

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG AMAURY MARCIAL GOMES JÚNIOR

A GEOPOLÍTICA DA CHINA E A SUA INFLUÊNCIA NA ARGENTINA:
possíveis reflexos para a Marinha do Brasil

Rio de Janeiro

2016

CMG AMAURY MARCIAL GOMES JÚNIOR

A GEOPOLÍTICA DA CHINA E A SUA INFLUÊNCIA NA ARGENTINA:
possíveis reflexos para a Marinha do Brasil

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como
requisito parcial para a conclusão do Curso de
Política e Estratégias Marítimas.

Orientador: CMG RM1 Leonardo Faria de
Mattos

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2016

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer ao meu saudoso pai Amaury e a minha mãe Ormy que sempre acreditaram em mim e me apoiaram.

À minha esposa Margareth e ao meu filho Pedro, que me acompanham nesta jornada, sem os quais eu não teria chegado até aqui. Muito obrigado pela paciência, compreensão e amor de vocês.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, meu orientador, ao qual sou muito grato pela disponibilidade, orientações, apoio e incentivos, além dos ensinamentos, que foram fundamentais para a elaboração desta tese.

Ao Professor Severino Cabral que muito me ajudou nas conversas que tivemos na Escola Superior de Guerra, as quais me inspiraram ideias que pude abordar no desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos da Turma C-PEM 2016, pela cordialidade, companheirismo e disponibilidade para debater ideias e indicar fontes de estudo.

À Escola de Guerra Naval, pela oportunidade de realizar este excelente curso de altos estudos militares, último da carreira, que me permitirá aprimorar tanto pessoal quanto profissionalmente.

RESUMO

A República Popular da China, durante seu processo de abertura econômica e inserção no sistema internacional, a partir de Deng Xiaoping, apresentou um elevado crescimento econômico, transformando-se na fábrica do mundo. A China procura aumentar sua influência geopolítica na Ásia, por meio de iniciativas como a *One Belt, One Road*, bem como em outras regiões do mundo, como a América do Sul, especialmente na Argentina e no Brasil, que possuem papel estratégico como exportadores de alimentos e matérias primas para a China. Dessa forma, esta tese descreverá a geopolítica da República Popular da China, identificará as suas possíveis influências na Argentina e os reflexos dessa interação para a Marinha do Brasil. Na conclusão serão propostas ações para a Marinha do Brasil decorrente das oportunidades observadas da crescente presença da China na Argentina. Para se alcançar esses objetivos, a metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica com a verificação e leitura de documentos, a identificação de referências, transcrições de citações diretas e indiretas de autores, conforme a Metodologia Científica.

Palavras-chave: Argentina, Atlântico Sul, Brasil, China, Entorno Estratégico Brasileiro.

ABSTRACT

The People's Republic of China, with the process of economic liberalization and integration into the international system, initiated by Deng Xiaoping, had a high economic growth, becoming the factory of the world. China seeks to increase its geopolitical influence in Asia through initiatives such as One Belt, One Road, as well as in other regions of the world, such as South America, especially in Argentina and Brazil, which play a strategic role as exporters of food and raw materials to China. Thus, this thesis will describe the geopolitics of the People's Republic of China, identify its possible influences in Argentina and the reflections of this interaction for the Brazilian Navy. In the conclusion, actions will be proposed for the Brazilian Navy due observed opportunities of the increasing presence of China in Argentina. In order to reach these objectives, the methodology adopted will be the bibliographical research with the verification and reading of documents, the identification of references, transcriptions of direct and indirect citations of authors, according to the Scientific Methodology.

Keywords: Argentina, Brazil, Brazilian Strategic Surrounding, China, South Atlantic.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de crescimento do PIB da China de 1961 a 2015.....	99
Gráfico 2 – Importações de Petróleo da China em Percentuais de Participação por Países.	100
Gráfico 3 – PIB baseado na paridade de poder de compra da China e dos EUA em relação total mundial.....	101
Gráfico 4 – PIB das 5 maiores economias do mundo.....	102
Gráfico 5 – Comparação da importação de petróleo entre a China e os EUA.....	103

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Territórios disputados na guerra sino-indiana de 1962.....	104
Figura 2 – Guerra sino-vietnamesa de 1979 ou a terceira Guerra do Vietnã.....	105
Figura 3 – Linha de Nove Traços.....	105
Figura 4 – Linhas de Comunicação Marítimas no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental.....	106
Figura 5 – <i>One Belt, One Road</i>	107
Figura 6 – <i>Heartland</i> da RPC.....	107
Figura 7 – Mapa político da RPC.....	108
Figura 8 – Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas.....	109
Figura 9 – Geoestratégia A2/AD da RPC.....	110
Figura 10 – Distribuição dos investimentos diretos chineses no mundo.....	111
Figura 11 – A Bacia de Neuquén e a formação <i>Vaca Muerta</i>	112
Figura 12 – Local do afundamento do barco pesqueiro chinês	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto Interno Bruto 2014, com base na Paridade de Poder de Compra.....	114
Tabela 2 – Produto Interno Bruto 2014.....	114
Tabela 3 – Os 50 Maiores Exportadores e Importadores de Mercadorias em 2014.....	115
Tabela 4 – Ranking Mundial dos 50 Maiores Portos em 2014 em Volume Total e Tráfego de Contêineres.....	116
Tabela 5 – Investimentos Estrangeiros da China em Outros Países.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	<i>Anti-Access Area Denial</i>
AIIB	<i>Asian Infrastructure and Investment Bank</i>
AIP	<i>Air-Independent Propulsion</i>
AJ	Águas Jurisdicionais
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
ALC	América Latina e Caribe
AMRJ	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
AMTI	<i>Asian Maritime Transparency Initiative</i>
ARA	Armada da República Argentina
ASEAN	<i>Association of Southesat Asian Nations</i>
BCRA	<i>Banco Central de la República Argentina</i>
BID	Base Industrial de Defesa
BPC	Banco Popular da China
CCD	Comissão Conjunta de Defesa Argentina e China
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNOOC	<i>China National Offshore Oil Company</i>
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
CSBA	<i>Center For Strategic And Budgetary Assessments</i>
EEB	Entorno Estratégico Brasileiro
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional

IED	Investimento Estrangeiro Direto
IMPSA	Indústrias Metalúrgicas Pescarmona S.A.
INDEC	Instituto Nacional de Estadísticas y Censos
INVAP	Investigación Aplicada S.A.
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
MANSUP	Missil Anti-Navio Superfície
MB	Marinha do Brasil
MBCAN	Missil Balístico Convencional Anti-Navio
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTCR	<i>Missile Technology Control Regime</i>
NAe	Navio-Aeródromo
NAM	<i>Non-Aligned Movement</i>
NPaOc	Navio Patrulha Oceânico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização da Nações Unidas
PAE	<i>Pan American Energy</i>
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
PLA	<i>People's Liberation Army</i>
PLAN	<i>People's Liberation Army Navy</i>
PMS	<i>Preparation for Military Struggle</i>
PND	Política Nacional de Defesa
RC	República da China
RMB	Renmimb

RPC	República Popular da China
SCO	<i>Shanghai Cooperation Organization</i>
SDR	<i>Special Drawing Rights</i>
SINOPEC	<i>China Petroleum & Chemical Corporation</i>
SISGAAZ	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SSN	Submarino Nuclear de Ataque
SSBN	Submarino Balístico Nuclear
TCF	<i>Trillion Cubic Feet</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	<i>United States of América</i>
USD	<i>United States Dollar</i>
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A GEOPOLÍTICA DA CHINA.....	15
2.1	Evolução da Geopolítica Chinesa.....	16
2.2	Interações Geopolíticas e Lições Geoestratégicas para o Brasil.....	47
3	A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA DA CHINA NA ARGENTINA E OS REFLEXOS PARA A MARINHA DO BRASIL.....	51
3.1	A China no Contexto do Entorno Estratégico Brasileiro Sul-Americano.....	51
3.2	Argentina e China, uma Associação Estratégica.....	56
3.3	Brasil, Argentina e a Influência da China no MERCOSUL.....	69
4	CONCLUSÃO.....	75
	REFERÊNCIAS.....	81
	ANEXO A - Gráficos.....	99
	ANEXO B - Figuras.....	104
	ANEXO C - Tabelas.....	114
	NOTAS.....	120

1 INTRODUÇÃO

A China, durante milênios, foi uma grande potência, à exceção do período conhecido com Os Cem Anos de Humilhação, de 1839 a 1949, durante o qual esteve dividida por grandes potências europeias e sob o jugo do Japão durante a 2ª Grande Guerra Mundial.

No período de Mao Tsé-Tung, a República Popular da China (RPC) adotou um isolamento insular com uma postura revolucionária em relação à ordem mundial e uma política externa de realismo periférico.

A partir de Deng Xiaoping, a RPC se inseriu na ordem mundial, buscou a modernização de sua indústria, adotou a política de um país, dois sistemas¹ e desenvolveu o princípio político-econômico do socialismo com características chinesas². A sua industrialização e abertura econômica a transformaram na fábrica do mundo e impulsionou a sua economia.

Nos últimos anos o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da China foi superior a sete por cento e em 2015 ficou em 6,9% (GRAF. 1, ANEXO A). Para sustentar o crescimento continuado, a RPC necessita exportar seus produtos industrializados e importar matérias-primas, como petróleo e gás. Por outro lado, com uma população de mais de 1,3 bilhão de pessoas e apenas sete por cento de terras aráveis, a China é obrigada a importar alimentos.

A RPC enfrenta riscos³ internos e externos ao seu desenvolvimento econômico, dos quais se destacam, internamente, as desigualdades regionais com a urbanização da população rural, pobreza, escassez de recursos naturais, bem estar social, consolidação de uma mercado interno de consumo, legitimação política do partido comunista chinês, conflitos étnicos, nacionalismo e a questão da democratização; e externamente, obstáculos a regionalização econômica, acesso a mercados, crises financeiras, segurança e defesa,

terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa e responsabilidade internacional.

Para minimizar os riscos ao seu desenvolvimento, atender aos imperativos econômicos de desenvolvimento continuado e alimentar sua população, a RPC expande, de forma crescente, sua influência no mundo, em especial no Entorno Estratégico Brasileiro⁴ (EEB), cujos países se tornaram essencialmente exportadores de matéria-prima e alimentos para a China e importadores de produtos industrializados.

Conforme a Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012b), o EEB é formado pelos países da América do Sul, o Atlântico Sul, os respectivos países africanos lindeiros e a Antártica.

A Argentina foi o país escolhido do EEB para o presente estudo da influência geopolítica da RPC, nesse espaço estratégico para o Brasil. Portanto, esta tese descreverá a geopolítica da RPC e identificará as possíveis influências na Argentina. A importância desta interação para a Marinha Brasil (MB) será analisada e descrita em forma de reflexos, ameaças ou oportunidades.

No capítulo 2, a Geopolítica da China, inicialmente, será abordada, de forma descritiva, a evolução do pensamento geopolítico chinês, especialmente quanto à crescente percepção da importância do mar, incluindo a proteção de suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM). Serão abordadas as estratégias adotadas para a consecução dos imperativos geopolíticos e a defesa de suas LCM. Com base na análise da Geopolítica da China serão identificadas propostas de ações possíveis de serem adotadas pela MB.

No capítulo 3, será verificada como a RPC entende a América do Sul e identificada a influência exercida pela RPC na Argentina, no contexto de seu pensamento geopolítico. Como resultado desta análise, serão verificados os reflexos, as possíveis oportunidades ou ameaças para a MB, decorrentes da influência da RPC na Argentina, e

enumeradas propostas, entendidas como relevantes, de ações decorrentes para contribuir com a MB.

Na Conclusão será realizada a consolidação da influência da geopolítica da RPC na Argentina e das possíveis ações que contribuiriam para a MB, com base nos reflexos, oportunidades ou eventuais ameaças identificadas.

A justificativa desta tese se caracteriza pela relevância da crescente influência da China nos países do EEB e que, por meio do estudo de sua geopolítica e da sua presença na Argentina, permitirá a compreensão desse processo, a fim de considerar possíveis ações do governo brasileiro para se contrapor a esse avanço, bem como identificar oportunidades para a MB, eventualmente geradas, a partir da presença chinesa na Argentina.

2 A GEOPOLÍTICA DA CHINA

A China é o quarto maior país do mundo, possui uma área total de 9.596.960 quilômetros quadrados (km²), uma fronteira terrestre de 22.457 km, fazendo fronteira com 14 países, dentre os quais se destacam a Rússia, a Índia, o Cazaquistão, Myanmar, Mongólia, Coreia do Norte, Vietnã e Paquistão, e uma linha costeira de 14.500 km de extensão (EUA, 2016b).

Com base nos dados computados até 2014 do Banco Mundial (2016), a RPC é a segunda maior economia do mundo, com base no PIB nominal de US\$ 10.354.832 milhões, porém considerando-se o PIB com base na paridade do poder de compra de US\$ 18.017.073 milhões (TAB1, ANEXO C) ela já é a maior economia do mundo (FMI, 2015a), o que, somado a uma população de mais de um 1,3 bilhões de habitantes, aumenta seu papel como um importante e influente ator na economia global. Entretanto, apesar de ter retirado oitocentos milhões de pessoas da pobreza, a RPC ainda é classificada como um país em desenvolvimento, com uma renda nacional bruta per capita de US\$ 7.400, uma fração em relação aos países desenvolvidos, além de possuir graves pressões demográficas e desigualdades sociais.

Para sustentar seu crescimento econômico (GRAF. 1 ANEXO A), alimentar sua população e manter sua capacidade de produção, a RPC depende da importação de alimentos, matérias-primas e petróleo, principalmente, de países da África, da América do Sul, como o Brasil e a Argentina, e do Oriente Médio. O principal fornecedor de petróleo para a China é a Arábia Saudita (GRAF. 2, ANEXO A), mas tem crescido as importações de Angola e da Venezuela, entre outros (EUA, 2014a).

Este capítulo está dividido em duas seções, na primeira será estudada a evolução geopolítica da China, sua geoestratégia, a importância do comércio marítimo e de suas LCM,

e na segunda seção serão verificadas as possíveis influências geopolíticas com o Brasil e oportunidades geoestratégicas para a MB.

2.1 Evolução da Geopolítica Chinesa

A China não conferiu grande importância ao mar no passado. A antiga civilização chinesa não encontrou civilizações que rivalizassem com a dela, nem em escala ou sofisticação. A unificação da China ocorreu em 221 a.C. e, apesar da ocorrência de períodos de fragmentação e reunificação, manteve o ideal de união e império. A influência cultural e política do Império Chinês se espalhavam por uma área continental, por todas as terras conhecidas. A extensão desse território conferia a percepção de que a “China era um mundo em si mesma” e que o imperador governava “Tudo sob o Céu” (KISSINGER, 2011, p. 25). A China, apesar de negociar com a Índia pela Rota da Seda, permanecia isolada pelos Himalaias e o planalto tibetano, além dos desertos da Ásia Central que a separavam das civilizações persas, babilônicas e do Império Romano. Com o Japão, os contatos foram interrompidos por anos a fio e a Europa ficava ainda mais longe, na região conhecida pelos chineses como os Oceanos Ocidentais. Considerava que seu território terminava onde se encontrava com o mar (KISSINGER, 2011).

Na dinastia Song (960 a 1279 d.C.), a China possuía a primazia na tecnologia náutica e poderia ter lançado seus navios na exploração e conquista dos mares, mas não o fez, demonstrando pouco interesse pelos países longe de sua costa. Com a conquista mongol e o comando da armada Song, planejaram duas invasões ao Japão que acabaram rechaçadas pelo vento mitológico *kamikaze*⁵. Com a decadência do período mongol, apesar de exequível, tais expedições jamais foram tentadas novamente e, posteriormente, nenhum imperador chinês demonstrou interesse na conquista do arquipélago japonês (KISSINGER, 2011).

No entanto, durante a dinastia Ming, entre os anos de 1405 e 1433, o almirante Zheng He⁶ realizou expedições navais, conhecidas como os navios de tesouro para destinos distantes como a Índia e o estreito de Hormuz. Era uma esquadra poderosa e superior tecnologicamente, em sofisticação, tamanho e quantidade de embarcações em comparação à armada espanhola a surgir após 150 anos desses eventos. A cada parada, Zheng He proclamava o poder do novo imperador e convidava os soberanos a prestarem-lhe reverência e reconhecerem sua posição na ordem mundial sinocêntrica. Contudo, nestas viagens, não ocorreram estabelecimento de colônias nem conquistas territoriais, no máximo propiciou condições favoráveis ao comércio e, talvez, precocemente, o exercício do *soft power*⁷ chinês (KISSINGER, 2011).

Essas expedições encerraram-se em 1433, na mesma época do recrudescimento de invasões no norte da China. O imperador seguinte ordenou a destruição de sua esquadra e dos registros das viagens e elas jamais voltaram a ocorrer. Com isso, seu poder naval se tornou débil, ao ponto de determinar que a população costeira se movimentasse dez milhas para o interior, de forma a evitar-se a ameaça da pirataria costeira. Essas ações reforçaram a percepção da China como o centro do mundo, o Império do Meio, e as demais nações eram vistas como estados menores que absorveriam a cultura chinesa e pagariam tributos ao Imperador, como sendo a ordem natural do universo. Tal visão perdurou por muito tempo, até a era moderna⁸, quando em 1863 já havia perdido duas guerras contra potências ocidentais, seu território estava sendo dividido entre eles e, mesmo assim, parecia tratar a situação como as antigas invasões bárbaras, as quais seriam assimiladas pela cultura superior e perseverança chinesa (KISSINGER, 2011).

A antiga China estava voltada estritamente para seu território e suas fronteiras internas, pois as ameaças advinham das tribos nômades do Norte, que viviam nas suas fronteiras, o que levou as dinastias sucessivas a construir a Grande Muralha da China, de

forma a tentar conter estas ameaças. Como visto, a não ser pelas sete viagens de Zheng He, na dinastia Ming, em direção ao Ocidente, nas quais foi possível abrir uma rota marítima da seda, prevaleceu na China o pensamento geoestratégico⁹ do poder terrestre em detrimento ao poder naval, devido à sua autossuficiência agrícola, ao ponto de vista dinástico da China como o centro do mundo¹⁰ e as ameaças de invasões nômades, por terra. No período das grandes navegações europeias e de expansão colonial¹¹, a China fechou, intencionalmente, as portas ao mundo por meio de decretos que baniam o comércio marítimo, indo de encontro as características da circulação global que os oceanos permitem (QI, 2006) (DENG, 1999).

Com exceção das viagens de Zheng He, nas dinastias Ming e Qing¹² os navios eram utilizados para combater a pirataria e defender a costa, não sendo capazes de se desenvolver e se equiparar às forças navais das nações europeias (ERICKSON; GOLDSTEIN; LORD, 2009).

Segundo Henry Kissinger (2011), os valores da sociedade chinesa decorrem do pensamento do filósofo Confúcio¹³, cuja filosofia passou a ser adotada oficialmente a partir da dinastia Han, de 206 a.C a 220 d.C., na qual, para escapar ao caos, a sociedade deveria ser justa e harmoniosa. O aprendizado era a chave para o seu desenvolvimento e a redenção do Estado deveria ser alcançada pela conduta correta do indivíduo. Seu pensamento apontava para um código de conduta social e não para a doutrina religiosa de vida após a morte. O imperador chinês, nesta ordem social, era o soberano e líder espiritual. No papel político, era compreendido no topo da hierarquia como o Imperador da Humanidade e deveria ser reverenciado pelo ato *knowtow*¹⁴. No segundo papel, como metafísico, possuía o status de Filho do Céu¹⁵ e tinha a obrigação moral de uma conduta humanitária, realização de rituais corretamente e eventualmente aplicar severas punições. Caso se desviasse da virtude, Tudo sob o Céu seria destruído, a dinastia perderia o Mandato Celestial, rebeliões ocorreriam e uma nova dinastia seria instaurada para restaurar a Grande Harmonia do Universo.

A China, no início da Era Moderna, possuía há mais de mil anos uma burocracia imperial organizada que regulamentava a sua economia e sociedade¹⁶. Consequentemente, sua visão da ordem mundial foi amplamente diferente daquela observada pelo Ocidente, onde os Estados eram soberanos e iguais diplomática e juridicamente. Contrariamente, a China não se envolveu prolongadamente com outros países, pois os mesmos não possuíam a sua magnitude e ela se elevava em seu entorno geográfico como uma lei da natureza, o que não se pressupunha em uma rivalidade com seus vizinhos. Sua política visava conter os povos bárbaros do Norte e fazer os Estados tributários reconhecerem seu status especial, para em troca conceder direitos de comércio, e pouco interesse demonstrava pelos povos bárbaros ocidentais (KISSINGER, 2011).

Os chineses acreditavam que povos vizinhos se beneficiavam com a sua cultura, desde que reconhecessem a sua soberania e fossem subservientes ao imperador e aos rituais imperiais¹⁷. A diplomacia era vista como uma tarefa metafísica para administrar a Grande Harmonia. Somente após as incursões ocidentais em seu território e da derrota em duas guerras¹⁸, no século XIX, durante a dinastia Qing, a China criou algo próximo de um ministério de relações exteriores (KISSINGER, 2011).

A China não possuía condições de conquistar todos os seus vizinhos, que frequentemente eram mais bem armados e com maior mobilidade ao longo de suas extensas fronteiras, como o expansionista Império Russo, os mongóis, tibetanos, manchus e uigures ao Norte e Oeste, e ao Sul e Leste havia povos com tradição nas artes marciais e identidade nacional, como os vietnamitas que resistiram e superaram a China em combate. Poderiam organizar grandes exércitos e expedições punitivas, mas teriam as dificuldades das distâncias de suas linhas logísticas em terras inóspitas. Por outro lado, a população chinesa era formada essencialmente por agricultores e sua elite dominava o confucionismo, a caligrafia e a poesia. Esses povos, individualmente, eram uma grande ameaça para a China e formidáveis inimigos

se unidos, e acabariam por invadir atraídos por suas riquezas e seu papel de centralidade como o Império do Meio. A Grande Muralha da China é um evidente exemplo para impedir as invasões e um reflexo da vulnerabilidade chinesa, dessa forma a China buscou uma estratégia defensiva, na diplomacia e nas relações comerciais, para persuadir estes povos a observar a centralidade e majestade do Império Chinês, dissuadir potenciais inimigos para se evitar invasões, a formação de coalizões entre os povos bárbaros contra ela própria e manobrar para lançar ataques de bárbaros contra bárbaros, aproveitando-se de suas rivalidades. Não havia interesse em dominar os bárbaros e sim mantê-los em uma periferia dividida sob a influência chinesa. A China tentou aplicar essa estratégia com os europeus no século XIX. (KISSINGER, 2011).

Quando conquistados, devido à superioridade demográfica Han, os chineses acabavam por assimilar os conquistadores, inclusive suas terras de origem, geração após geração, e esses, eventualmente, se veriam realizando o projeto chinês (KISSINGER, 2011).

Dessa forma, percebe-se que a ordem mundial chinesa se baseava no confucionismo e em sua centralidade, o Império do Meio, e, apesar de eventualmente formar grandes exércitos e expedições punitivas, sua política externa estava voltada para o apaziguamento¹⁹ em relação aos bárbaros, inclusive os Ocidentais, de forma a se evitar as invasões ou realizar a assimilação à cultura chinesa após décadas de dominação por um determinado povo bárbaro, como foi o caso das invasões mongóis²⁰ e manchu²¹. Nesse contexto, o poder terrestre possuiu papel dominante, tendo em vista as vulnerabilidades do Império Chinês em suas fronteiras e sua estratégia defensiva, o que acabou por provocar o seu afastamento intencional do mar e a perda de seu poder marítimo e naval.

Na dinastia Qing, ocorreu o auge do império chinês com a expansão territorial da China pela incorporação de diversos territórios e profunda ampliação de sua influência no Tibet, Xinjiang e Mongólia, rivalizando com outros impérios. Sua riqueza e extensão

territorial acabaram por atrair a atenção das potências ocidentais e companhias de comércio, fora do contexto da ordem mundial chinesa, que não queriam destituir a dinastia vigente e obter o Mandato Celestial, e sim substituir a ordem sinocêntrica por uma nova ordem mundial baseada no livre comércio e o não pagamento de tributos, estabelecer embaixadores residentes na capital e efetuar o intercâmbio diplomático sem vassalagem, com a força se necessário. Inicialmente, as potências ocidentais aceitaram o papel de suplicantes e o comércio como tributo, mas esta situação não perduraria. Os britânicos não aceitavam esta condição, e percebiam uma marinha inexistente e um exército armado, basicamente, com arcos e flechas. Na missão Macartney (1793 a 1794), o imperador não aceitou a negociação britânica e agiu conforme a centralidade da China, utilizou do artifício dos cinco charutos²² e recusou a proposta britânica de intercâmbio comercial e diplomático, pois considerava que era Londres que necessitava do auxílio chinês (KISSINGER, 2011).

Em 1816, outra missão diplomática conduzida por Lord Amherst fracassou. Os acontecimentos dessa missão desembocariam na Guerra do Ópio²³, na qual a dinastia Qing perdeu o controle da maior parte de sua política externa e comercial e passou a ser objeto de contenda de forças coloniais rivais (KISSINGER, 2011).

Com a Guerra do Ópio e a ocupação e invasão do território chinês por potências estrangeiras, inicia-se o chamado Século de Humilhação, que corresponde ao período de 1839, marcado pelo início da Guerra do Ópio, a 1949, com a vitória do Partido Comunista Chinês (PCC) na guerra civil, no qual a China cede o controle efetivo sobre grandes áreas de seu território para países que, anteriormente, havia tratado com condescendência, como o Japão e o Reino Unido. Caracterizou-se pela perda de soberania, repetidas derrotas militares, decadência imperial e grande sofrimento humano. A China caiu do topo para a base da ordem internacional (STRATFOR, 2016).

Apesar de sua impotência militar e visão exagerada de seu papel na ordem

mundial, utilizando-se da estratégia de jogar os novos bárbaros uns contra os outros, da persistência, paciência, cultura e disciplina de seu povo conseguiram evitar a dominação por uma única nação e manter um governo chinês independente (KISSINGER, 2011).

Este autor depreende o papel fundamental do *ethos*²⁴ do povo chinês para sobrepular as invasões e a partilha de seu território pelas potências ocidentais e o Japão. A influência do confucionismo, a visão sinocêntrica, a forma tradicional de administrar os bárbaros²⁵ do Império do Meio, a paciência, persistência e cultura milenar do povo chinês, de difícil compreensão pelos povos ocidentais, foram decisivas para a assimilação dos antigos conquistadores e para sua existência como nação durante os cem anos de humilhação, bem como fundamentar suas bases para sua futura ascensão.

A chegada de Mao Tsé-Tung ao poder, em 01 de outubro de 1949 com a fundação da RPC, interrompe o século de humilhações, reunifica a China, que havia retrocedido a uma situação semelhante ao período dos Estados Combatentes²⁶, a eleva ao patamar de grande potência mundial e marca, o que é considerado pelos chineses, o surgimento de uma nova dinastia, porém destruindo a antiga ordem, valores e tradições dinásticas do Mandato Celestial. Mao mantinha o Estado em um processo doloroso de testes brutais dos quadros revolucionários, conforme sua doutrina da revolução contínua, pois considerava o confucionismo e sua harmonia como uma forma de subjugação (KISSINGER, 2011).

Segundo Bader (2016), a RPC, no período de Mao Tsé-Tung, era uma força revolucionária não somente internamente, mas também em relação ao sistema internacional, que considerava ilegítima a vitória dos imperialistas sobre suas vítimas. A RPC rejeitava a ordem internacional e demandava por um sistema mais democrático. Na era Mao, a RPC foi excluída pelos Estados Unidos da América (EUA) do sistema internacional e, por sua própria escolha, não aceitava aderir à Organização das Nações Unidas (ONU) e a nenhum de seus tratados, nem qualquer outra organização internacional, sem substituir Taiwan²⁷. A RPC via

com hostilidade os EUA e seus aliados, pois percebia um projeto de hegemonia norte-americana sobre os países do Terceiro Mundo²⁸. A RPC apoiava movimentos insurgentes revolucionários no sudeste asiático e em outras partes do mundo, como a África, e eram designados por Pequim como Guerra de Liberação Nacional, de forma a serem implantados regimes socialistas. Aproximava-se do Movimento dos Países Não-Alinhados²⁹ (MNA) e do Grupo dos 77³⁰, porém mantinha seu isolamento conforme os objetivos de Mao de se afastar da ordem mundial. Neste período, a China era fraca, havia saído de décadas de guerras e ocupações, e Mao queria prosseguir com a revolução sem interferência externa.

Taiwan é considerada uma província rebelde pela RPC, porém o governo exilado da República da China (RC) reclamava para si a soberania e o governo do Estado chinês. De fato, Taiwan ocupou o assento na ONU do governo chinês, apoiada pelos EUA. Esta situação perdurou até 25 de outubro de 1971, quando os EUA retiraram seu veto e, assim, a RPC ocupou seu assento no Conselho de Segurança da ONU, no lugar de Taiwan.

Segundo Kissinger (2011), tanto a RPC como Taiwan se consideravam como soberanos do governo chinês e não aceitavam a proclamação nem o reconhecimento de dois países chineses independentes. Taiwan era a sede do governo exilado da RC e não pretendia se tornar um país independente e, sim, recuperar a soberania sobre toda a China. Para Pequim, Taiwan era e ainda é uma província rebelde, cuja secessão e aliança com o Ocidente representavam um resquício do século de humilhação e o projeto de unificação da Nova China não se completaria. A disputa entre a RPC e a RC recaía sobre qual governo seria o legítimo soberano da China. Consequentemente, ocorreram duas crises no estreito de Taiwan, a primeira em agosto de 1954 e a segunda em 23 de agosto de 1958, nas quais a RPC as utilizou como pretexto para alcançar uma posição mais vantajosa nas relações internacionais contra os EUA e a União das Repúblicas Soviéticas (URSS).

Ao longo do período de negociações com os EUA, de 1955 a 1971, Pequim

manteve a recusa em repudiar o uso da força contra Taiwan. Quanto à URSS, a centralidade chinesa observada por Mao impedia de se submeter a um império comandado a partir de Moscou, o que eventualmente provocou a cisão sino-soviética. A RPC não aderiu ao Pacto de Varsóvia³¹, buscou organizar o MNA contra a hegemonia soviética, diferenciou a sua economia distinguindo-se do socialismo da URSS e não aceitou a presença militar russa em suas bases navais (KISSINGER 2011).

Em sua primeira década, a RPC havia travado a Guerra da Coreia (25 de junho de 1950 a 27 de julho de 1953), os dois confrontos no estreito de Taiwan e restaurou as suas fronteiras históricas ao reocupar Xinjiang (1949) e o Tibete (1950-1951), logo após o fim da guerra civil chinesa (1949) (KISSINGER, 2011, p. 186). No entanto, a China, ainda um país pobre, atrasado, eminentemente agrícola e em pleno processo de consolidação revolucionária, iniciou um período de crises e conflitos, no qual buscou desenvolver-se e escapar da contenção em suas fronteiras terrestres, perpetrada pela URSS (KISSINGER, 2011).

Na tentativa de avançar rapidamente na economia, Mao lançou o plano “O Grande Salto Adiante”³², para desenvolver a indústria e a agricultura com metas inalcançáveis, e concretizar os ideais maoistas, com a eliminação da propriedade e iniciativa privadas e a reorganização da força de trabalho em comunas, o que se mostrou um desafio além das capacidades do povo chinês (KISSINGER, 2011).

Para conter o desafio indiano de suas fronteiras no Himalaia, na região chamada Tibete do Sul (FIG. 1, ANEXO B), é travada a guerra sino-indiana de 1962³³ para cessar a ação militar indiana e forçar negociações. Como resultado, o território em disputa permanece sendo reivindicado por ambas as partes até os dias atuais (KISSINGER, 2011).

A RPC buscou apoio da URSS antes do início do conflito, conforme o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético³⁴ de 1950, o que foi concedido, mas este acordo se mostrou fugaz, pois a URSS não apoiou efetivamente a China e adotou a

neutralidade durante o conflito, o que enfureceu os chineses. Não obstante, em 1964 as relações com a URSS se agravaram, quando esta denunciou a agressão chinesa contra a Índia. Consequentemente, a China se viu cercada por adversários, com perspectivas de guerras ao longo de suas fronteiras terrestres, especialmente na região Norte, e marítimas. Assim, havia diversas ameaças à RPC: a URSS se tornara um potencial inimigo; a Índia fora humilhada na guerra sino-indiana; a Guerra do Vietnã³⁵ se agravava; existiam governos autoproclamados exilados em Taiwan e no enclave tibetano do norte da Índia; o Japão como seu oponente histórico; e do outro lado do Pacífico os EUA, que viam a China como um grande adversário. Neste contexto geopolítico, Mao retornou a antiga estratégia de jogar bárbaros contra bárbaros, recrutar inimigos distantes para lutar contra aqueles que estavam próximos, empregando o conceito chinês de deterência ofensiva³⁶ (KISSINGER, 2011).

Este autor observa, com base nos acontecimentos da era de Mao Tsé-Tung no poder, que a China manteve-se isolada da ordem mundial, fechada para o mundo, intrinsecamente pela visão de sua importância, por assim dizer O Império do Meio, autossuficiente e central, e por entender o sistema internacional dominado pelos EUA e seus aliados ocidentais. Assim, permaneceu hostil ao sistema internacional, de tal forma que manobrava política e militarmente para consecução da revolução contínua maoista e a consolidação de suas fronteiras terrestres. Dessa forma, apesar de sua gigantesca fronteira marítima, o mar continuava negligenciado pelos chineses.

Ainda na era Mao, em 1969, com o agravamento do conflito sino-soviético, com um milhão de tropas soviéticas na fronteira norte da China, a retomada da diplomacia com os EUA passou a ser estratégica. Durante os anos de 1970 e 1971, no governo Richard Nixon ocorreram trocas de mensagens diplomáticas sigilosas. Em 14 de abril de 1971, uma equipe de pingue-pongue³⁷ dos EUA foi recebida por Zhou Enlai, o premiê chinês, no Grande Salão do Povo, como uma forma de demonstrar uma busca de um melhor relacionamento com os

EUA fora de ações de governo. A condição para restaurar as relações diplomáticas³⁸ era a retirada das forças estadunidenses de Taiwan e do Estreito de Taiwan, porém sem mencionar a devolução da Ilha. A China buscava segurança e progresso por meio de uma coexistência combativa, com o mesmo peso para a prontidão de lutar e a coexistência. Para os EUA, a soberania de Taiwan era uma questão a ser submetida a uma futura resolução internacional e o progresso nas negociações somente ocorreriam com a adesão da RPC ao sistema internacional e a aceitação do Direito Internacional. Permanecia o imperativo estratégico de diálogo com os EUA e, neste contexto, o presidente Nixon³⁹ aceitou o convite de visitar Pequim (KISSINGER, 2011).

No dia 09 de julho de 1971, a primeira missão diplomática chegou, em segredo, ao país comunista, chefiada por Kissinger. Como resultado da visita de Nixon, foi emitido o Comunicado de Xangai, no qual havia cláusulas anti-hegemônicas e a resolução pacífica sobre a questão de Taiwan, marcando a volta da China à comunidade internacional. A China buscou a cooperação estratégica de forma a contrabalançar o poder da URSS, em uma quase aliança com os EUA. Porém, Pequim não descartou o uso da força contra Taiwan, mas adiava esse dia, como Mao afirmava que poderia esperar cem anos. Mao permanecera entre o pragmatismo sinocêntrico e o fervor revolucionário, mas acabou seguindo por um pragmatismo calculado (KISSINGER, 2011).

A China não aceitava a estratégia ocidental de deterência nuclear por destruição mútua assegurada e continuava aplicando a antiga estratégia de usar bárbaros contra bárbaros e obter uma periferia dividida, com relação aos antagonismos contra a URSS, a Índia e os EUA. A vastidão de seu território, sua cultura milenar e sua imensa população teriam a capacidade de superar destruições em massa e prevalecer sobre o suposto conquistador, o que demonstra de certa forma a disparidade entre os conceitos de defesa chinês e ocidental (KISSINGER, 2011).

Consequentemente, em substituição a proposta geopolítica chinesa da Linha Horizontal⁴⁰, de contenção da URSS, que se aproximava de um sistema de alianças tradicional e limitava a liberdade de ação chinesa, a RPC apresentou o conceito dos Três Mundos⁴¹, no qual devolveu liberdade de ação ideológica, conferiu um papel independente e ativo no Terceiro Mundo e maior flexibilidade nas suas ações. Contudo, não solucionava o imperativo geopolítico chinês, a ameaça soviética, a integração ao sistema internacional para alavancar seu desenvolvimento econômico e a manutenção da quase-aliança com os EUA (KISSINGER, 2011).

Com a morte de Mao Tsé-Tung⁴² e ascensão de Deng Xiaoping ao poder, a RPC retoma o caminho de reinserção internacional e abertura, iniciada com a visita do Presidente Nixon, abonando o seu papel de liderança revolucionária.

O sucessor de Mao realizou reformas domésticas e acelerou a abertura para o mundo, o que caracterizou uma mudança de atitude em direção ao sistema internacional. No seu governo a RPC aderiu as principais organizações internacionais, tais como a ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, a Agência Internacional de Energia Atômica, o fórum de Cooperação Econômica Ásia Pacífico (APEC), entre outras. Apesar de a RPC declinar de se tornar uma potência revisionista e de seu papel revolucionário, ainda dirigia uma atitude ambígua em direção a ordem mundial ao buscar uma ordem internacional mais democrática, alinhada com os países do Terceiro Mundo (BADER, 2016).

Deng Xiaoping adotou uma ruptura com a ortodoxia maoista, conforme o slogan aprovado pela Terceira Plenária do 11º Comitê Central do PCC, em dezembro de 1978, Reforma e Abertura, de forma a levar a China a um processo de modernização socialista, pois necessitava de tecnologia, especialização e capitais estrangeiros para combater suas deficiências econômicas (KISSINGER, 2011).

Neste período a RPC trava a Terceira Guerra do Vietnã⁴³, de fevereiro a março de 1979, na qual invade o Vietnã (FIG. 2, ANEXO B) e se retira após seis semanas, com pesadas baixas. Esta invasão teve o propósito de punir o Vietnã pela ocupação do Camboja⁴⁴, em novembro de 1978, e desafiou o Tratado de Amizade e Cooperação entre o Vietnã e a URSS, assinado por estes países em junho 1978, no qual havia cláusulas militares. Como resultado, a RPC alcançou seu objetivo principal, com a comprovação na limitação do alcance geoestratégico da URSS, pois os soviéticos não honraram o Tratado para a defesa de Hanói (KISSINGER, 2011).

Durante a Guerra do Vietnã, a RPC apoiou o Vietnã contra os EUA, pois via a presença de bases norte-americanas como um cerco ao seu entorno, que começava da Coreia do Sul, passando pelo Estreito de Taiwan e naquele momento, chegava à Indochina. Esse era um entendimento com referências ao jogo de *wei qi*⁴⁵, e assim, além dos aspectos ideológicos, visava afastar as bases dos EUA para longe de suas fronteiras, porém esses não eram os objetivos norte vietnamitas, que eram de unificação do Vietnã (KISSINGER, 2011).

Segundo Kissinger (2011), o Vietnã, unificado e vitorioso, se mostraria uma ameaça geopolítica superior para a RPC do que para os EUA. Os vietnamitas olhavam a RPC com desconfiança. Do século II a.C. ao século X, o Vietnã esteve sob domínio chinês e se tornou um Estado independente com o fim da dinastia Tang (618 a 907). Dessa forma, o *ethos* vietnamita incorporou duas forças contraditórias, a absorção da cultura chinesa, bem como a forte oposição à sua dominação política e militar, o que permitiu o desenvolvimento de uma tradição militar e orgulho pela independência. Para a RPC, o Vietnã era um desafio geopolítico. Ambos disputariam pela supremacia na Indochina e no Sudeste Asiático.

Nesse contexto, com o Vietnã aliado aos soviéticos e a presença de cinquenta divisões de seu exército na fronteira norte da China, a RPC atuaria na formação de uma coalizão antissoviética e antivietnamita na Ásia, alcançando a maior cooperação estratégica

com os EUA no período da Guerra Fria⁴⁶. E a partir do governo Carter, ocorre a normalização das relações internacionais com a RPC (1978/1979), com o estabelecimento das respectivas embaixadas em Washington e Pequim. Destaca-se o fato de que a RPC mantinha a questão de que Taiwan era um problema interno chinês, no qual nenhum país estrangeiro poderia interferir, porém buscava uma aliança efetiva, não formal, mas de interesses paralelos, com os EUA de forma a concretizar a política das Quatro Modernizações da China⁴⁷ e retirar o país do atraso e da pobreza existentes (KISSINGER, 2011).

Segundo Kissinger (2011), a terceira Guerra do Vietnã é um bom exemplo da deterência ofensiva chinesa, da sua capacidade de conquistar objetivos estratégicos de longo prazo e de se opor a potências mais fortes. Caso o Vietnã, com o apoio da URSS, conquistasse a hegemonia no Sudeste Asiático, a RPC ficaria cercada e vulnerável, os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático⁴⁸ (ASEAN) sofreriam, possivelmente, um forte revés e as LCM pelo estreito de Málaca seriam seriamente afetadas.

Percebe-se que, a partir da década de 1980, a RPC encontrou o equilíbrio geoestratégico e geopolítico necessário para lançar as bases de seu crescimento econômico e afastar as ameaças da fome, da pobreza e do atraso científico e tecnológico, decorrente da sua reinserção na ordem mundial, da normalização das relações com os EUA e de um pragmatismo do estabelecimento de uma aliança informal entre os dois países, em um contexto de ambiguidades entre eles, além da aplicação da deterência ofensiva, tanto nas disputas com a Índia, no Tibete do Sul, quanto com o Vietnã, e, mais importante, da constatação do alcance geoestratégico da URSS, o que permitiu aos chineses concluir que os soviéticos, com suas cinquenta divisões estacionadas ao longo da fronteira norte da China, não invadiriam o país, a não ser com elevado custo, ou mesmo que, possivelmente, não havia a vontade política para tal⁴⁹. Dessa forma, a China iniciou o seu caminho para se tornar a maior economia mundial e uma superpotência.

Com a abertura seguindo seu rumo e os recuos da URSS em relação a China, a RPC retomou “o curso de uma liberdade de manobra ampliada” (KISSINGER, 2011, p. 378), atuou no sentido de encontrar um novo equilíbrio entre as duas superpotências da Guerra Fria e adotou um conceito de política externa no qual o país não se prenderia nem cederia a pressão de uma ou mais superpotências. Basicamente, buscava fortalecer sua posição no Terceiro Mundo e se colocar em um patamar moral quanto ao seu papel como a maior das potências neutras e a parte das disputas das superpotências.

Com a diminuição da ameaça soviética, o antigo alinhamento entre a RPC e os EUA começou a enfraquecer e os dois países começaram a se afastar, processo acentuado pelos acontecimentos da Praça Tiananmen⁵⁰ (KISSINGER, 2011).

A RPC, a partir dos princípios chineses de relações internacionais do pragmatismo orientado pelos interesses e objetivos nacionais, sobrepujando a ideologia, e no qual repudiava a intervenção em seus assuntos domésticos de outros países, continuava seu caminho de reformas orientado pela política do socialismo com características chinesas de forma a alavancar o crescimento econômico (KISSINGER, 2011).

Com a queda da URSS, em 1991, criou-se um novo panorama geopolítico, os interesses comuns do período de quase aliança entre a RPC e os EUA não eram mais convergentes. A RPC, para a manutenção de seu desenvolvimento contínuo, buscou o aprofundamento nas relações internacionais e na economia mundial. Como resultado, apresentou o maior crescimento do PIB per capita da história e trilhou o caminho para se tornar uma potência econômica global (KISSINGER, 2011).

Em 1976, o volume do comércio exterior dos EUA com a RPC era de 336 milhões de dólares, que correspondia a um décimo do comércio com Taiwan. No final da década de 1990, o comércio entre os dois países quadruplicou e as exportações chinesas para os EUA cresceram sete vezes⁵¹. Entre 1978 e 1984, com o crescimento da economia chinesa, a renda

dos camponeses dobrou, o setor privado passou a ser responsável por cerca de 50% da produção industrial e o PIB cresceu a uma taxa média de 9% ao ano, por toda a década de 1980, e não menos que 7% na década de 1990, e a renda per capita cresceu nas áreas rurais três vezes em relação ao ano de 1978, e cinco vezes nas áreas urbanas. Um crescimento sem precedentes e que ocorre até os dias atuais (KISSINGER, 2011).

Conforme os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) (2015a) e do Banco Mundial (2016d), a RPC ocupa o primeiro lugar (TAB. 1, ANEXO C e GRAF. 3, ANEXO A) como maior economia do mundo, com base na paridade de poder de compra (*purchasing power parity*⁵²) como fator de conversão do PIB, e o segundo lugar (TAB. 2, ANEXO C e GRAF. 4, ANEXO A), com relação ao PIB nominal (BANCO MUNDIAL, 2016b, 2016c). Dessa forma, para a RPC garantir o seu crescimento econômico contínuo no novo milênio é necessário que tenha acesso aos recursos minerais, energéticos e alimentos.

Segundo Guangkai (2009), apesar da RPC enfrentar algumas adversidades em tempos de paz e que devem ser devidamente tratadas, a China continuará a adotar os *four continues*⁵³, nos quais, com os países desenvolvidos, continuará com diálogos estratégicos, a fortalecer a confiança mútua, a aprofundar a cooperação e a promover o desenvolvimento de relações bilaterais estáveis e de longo prazo; com os países vizinhos, continuará a política externa de construir parcerias, a fortalecer as relações de boa vizinhança e amizade, e a engajar energicamente na cooperação regional para desenvolver um ambiente de paz e estabilidade, de forma a criar um relacionamento do tipo “ganha-ganha” e de confiança mútua; com outros países em desenvolvimento, continuará a aumentar a cooperação e solidariedade, a cimentar amizades tradicionais, a prover assistência e a apoiar demandas justas e de interesse comum; e a RPC continuará a ter papel ativo nos fóruns multilaterais, a assumir as devidas obrigações internacionais, a atuar de forma construtiva e a facilitar o desenvolvimento de uma ordem internacional mais justa e imparcial.

A RPC, com seu crescimento econômico, tem a possibilidade de utilizar seu *soft power* para distender oposições e conquistar a confiança entre seus vizinhos e parceiros econômicos.

Para Kissinger (2011), a política externa chinesa visa o exercício de uma liderança mais ativa e a manutenção de um ambiente pacífico, de tal forma que o acesso às matérias-primas seja garantido e permita a continuidade do crescimento de sua economia. A China enseja uma política de desenvolvimento pacífico em um mundo harmonioso⁵⁴ e multipolar, e confere importância à ONU para a segurança e desenvolvimento internacionais.

Na visão deste autor, a RPC configura-se como um pilar de equilíbrio geopolítico na Ásia, uma força estabilizadora regional, o que confere o ambiente necessário ao seu desenvolvimento econômico, em um momento no qual o país está forte e as ameaças internas, tais como a oposição da etnia Uigur da região de Xinjiang e o movimento separatista do Tibete estão controlados. Esse crescimento econômico, entretanto, depende muito de suas LCM. Assim, observa-se a crescente importância atribuída ao Poder Marítimo do país, o qual foi negligenciado no passado pela China. Como o comércio de mercadorias e a utilização de oleodutos e gasodutos, por via terrestre, encontram as dificuldades geográficas e as enormes distâncias para os países vizinhos, como o Cazaquistão, Rússia e Paquistão, o caminho natural a ser seguido é o mar.

Para Friedman (2008), os imperativos geopolíticos da RPC são a manutenção da unidade Han⁵⁵; o controle das regiões *buffers*⁵⁶; e a proteção da costa contra invasões estrangeiras.

Ainda segundo Friedman (2008), os desafios geopolíticos da RPC, em suas fronteiras terrestres, são relativamente menores. Existem regiões *buffers* que, além de proverem a profundidade, possuem defesas naturais que torna custosa, ou mesmo inviável, qualquer ação militar, são elas o Tibete, Xinjiang, a Mongólia Interior e a Manchúria. Nas

fronteiras com o Laos e Myanmar existem selvas montanhosas difíceis de atravessar; a fronteira sudoeste, com Myanmar e a Índia, está bem segura devido aos Himalaias que são uma barreira ao comércio intensivo e, especialmente, às forças militares; a fronteira com o Cazaquistão não apresenta obstáculos geográficos, mas as distâncias a serem percorridas na província de Xinjiang são um desafio; e a Mongólia Interior é uma região plana, mas pobre e sem infraestrutura de transporte, portanto, o que parece ser de fácil acesso, na verdade não é. Os prováveis pontos de fricção são as fronteiras com o Vietnã e a região fronteira da Manchúria com a Rússia, de Vladivostok a Blagoveschensk. A Rússia não possui interesse e nem capacidade de invadir a China e a península coreana não apresenta ameaças com as quais a RPC não possa lidar.

Segundo Qi (2006), o ambiente geoestratégico ao longo das fronteiras da China apresentou melhoras importantes. Ao final do século XX, a RPC concluiu com seus vizinhos reuniões para demarcação de fronteiras e assinou o Tratado de Cooperação e Amizade⁵⁷ com a Rússia. Com a RPC e a Rússia nos papéis principais, a *Shanghai Cooperation Organization*⁵⁸ (SCO) iniciou e adotou um modelo de cooperação regional. Em 2002, em relação a ASEAN, buscou a política de eliminar a teoria de ameaça chinesa e de garantir que desenvolvimento econômico não pode desestabilizar a região e publicou uma declaração de que não recorreria ao conflito quanto a soberania sobre as ilhas *Spratly*⁵⁹. Em 2003, a RPC formalizou o *Instrument of Accession to the Treaty Of Amity And Cooperation in Southeast Asia* (ASEAN, 2003) e assinou um acordo de livre comércio, além de iniciar diálogos sobre cooperação e segurança com a ASEAN. A China e a Índia assinaram, nesse ano, a *Declaration on Principles for Relations and Comprehensive Cooperation* (ÍNDIA, 2003) e as duas marinhas conduziram exercícios conjuntos pela primeira vez. Ainda em 2003, assinou com o Paquistão a *Joint Declaration on Bilateral Cooperation* (RPC, 2003).

Desde novembro de 2012, a RPC participa das negociações para a criação do

Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), um acordo de livre comércio e investimentos na região da Ásia-Pacífico com os dez países-membros da ASEAN, a Austrália, a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e a Nova Zelândia (BRIDGES WEEKLY, 2016).

A RPC reivindica a soberania e jurisdição sobre as ilhas e áreas marítimas no interior da linha de nove traços⁶⁰ (FIG. 3, ANEXO B), as ilhas *Spratly* e *Paracel*, no Mar do Sul da China. A região delimitada por esta linha possui dois milhões de quilômetros quadrados, corresponde a 22% da área terrestre da China e 80% do Mar do Sul da China (BAUMERT;MELCHIOR, 2014).

A RPC e o Vietnã buscam obter vantagens por meio de construção de ilhas artificiais⁶¹ no Mar do Sul da China. Porém, em 12 de julho de 2016, o Tribunal Permanente de Arbitragem decidiu a favor das Filipinas uma disputa no Mar do Sul da China, levada ao Tribunal em 2013 pelas Filipinas. O tribunal decidiu que as reivindicações territoriais chinesas não possuem base legal e que as ilhas artificiais violaram as leis internacionais ao causarem graves danos aos arrecifes de corais e ao meio ambiente. A RPC não aceitou a decisão e manterá forças militares na região para garantir a sua soberania, segurança, direitos e interesses marítimos (MACIAS, 2016).

Dessa forma, a RPC atua geopoliticamente no interior da linha de nove traços de forma a garantir uma área potencialmente rica em gás, petróleo e recursos pesqueiros, em conformidade com o seu imperativo de acesso a fontes de energia e alimentos. Devido às diversas sobreposições de reivindicações nessa área marítima, há a possibilidade de crises políticas e militares envolvendo os países da região.

Na opinião deste autor, é possível que a RPC esteja aplicando o cerco estratégico no Mar do Sul da China, de forma a alcançar uma posição favorável, em relação aos outros países na disputa, forçar a balança de poder para o seu lado e garantir o acesso aos recursos naturais da região, sem que um conflito armado de maiores proporções ocorra.

Para a RPC, a sua linha costeira é seu ponto mais vulnerável, não somente em relação a uma invasão estrangeira, mas essencialmente quanto a uma ameaça econômica. Deng Xiaoping apostou que a abertura aos investidores estrangeiros, a reorientação econômica para a indústria e o comércio exterior não desestabilizaria o país, não criaria tensões entre as províncias costeiras e o interior nem colocaria as regiões costeiras sob o controle estrangeiro, porém, com a manutenção de um forte governo central, um exército leal e do aparato do PCC, de forma que as lealdades se mantivessem ao Estado e não às companhias estrangeiras, que podem proporcionar a riqueza individual (FRIEDMAN, 2008).

Quanto à manutenção da unidade interna, a ameaça é a ruptura da maioria Han. Caso isso ocorra e se o governo central enfraquecer, as regiões *buffers* poderiam sair do controle chinês e a RPC ficaria vulnerável a ação estrangeira para tirar vantagens de suas fraquezas. Portanto, a questão geopolítica primária é a de que, para se desenvolver economicamente, deve engajar no comércio internacional, utilizando-se das províncias costeiras como interface com o mundo, e lidar com a crescente influência estrangeira nas cidades costeiras, cada vez mais ricas, de tal forma que evite uma competição de interesses com o governo central (FRIEDMAN, 2008).

A RPC teme ser contida pelos EUA no Mar da China (KISSINGER, 2011), pois se tornou dependente das LCM, e, do ponto de vista militar, ela atua para que o custo de um bloqueio naval seja elevado, para o que, aparentemente, não há o interesse dos EUA nesse sentido (FRIEDMAN, 2008).

A RPC não possui um problema geopolítico baseado no campo militar, ela alcançou e mantém seus três imperativos geopolíticos, porém sua maior vulnerabilidade reside no imperativo da manutenção da unidade Han, cuja ameaça é econômica. Essa se apresenta em duas formas, a primeira está relacionada a sua vulnerabilidade em relação ao comércio internacional, devido a sua economia ser orientada para exportação e da vontade e

habilidade de outros países de importar seus produtos, bem como da necessidade da importação de petróleo para sua indústria. Qualquer ruptura nesse fluxo comercial afetaria a economia chinesa. A segunda, que deriva da primeira, está relacionada às disparidades econômicas entre as ricas regiões costeiras, envolvidas com o comércio global, e o interior pobre e isolado. Mais uma vez, a China confronta o dilema entre a região costeira e o interior, no qual Pequim busca balancear os interesses nacionais para manter a estabilidade interna (FRIEDMAN, 2008).

Bingguo (2010) aponta para o grande desafio doméstico da RPC, representado pela sua imensa população, sua fraca fundação econômica, a desigualdade entre as cidades e o campo, o desequilíbrio na estrutura industrial e a produtividade subdesenvolvida.

Ainda segundo Bingguo (2010), as relações externas da RPC estão fundamentadas na paz, desenvolvimento e cooperação, e que, de forma independente, adota uma política externa pacífica, adere ao caminho do desenvolvimento e a estratégia “ganha-ganha” de abertura, salvaguarda da soberania chinesa, da segurança e de seus interesses, e que a RPC está pronta para trabalhar com outros países para construção de um mundo harmonioso, com paz duradoura e prosperidade comum. Como Bingguo (2010) observa, esse posicionamento não é contraditório, pois a RPC não deve escolher o caminho do desenvolvimento pacífico em detrimento dos interesses nacionais, especialmente os interesses imperativos, nos quais não são toleradas violações, e que, na opinião de Bingguo, são o socialismo com características chinesas, a primazia do PCC e o sistema socialista; a soberania chinesa, integridade territorial e a unidade nacional; e as garantias básicas para o desenvolvimento econômico e social.

As LCM da Rota Marítima da Seda⁶² já se configuram como as mais importantes para a RPC, por proverem acesso ao Sudeste Asiático, ao Sul da Ásia e ao Oriente Médio, como rota para importação de matérias-primas estratégicas, as quais incluem o petróleo, o ferro e o cobre (CLEMENS, 2015).

Como Kaplan (2016) observa, o Mar do Sul da China é o mar navegável do *rimland*⁶³ da Eurásia, pontuado pelos estreitos de Málaca, Sunda, Lombok e Makassar, por onde passam metade da tonelagem da frota mercante (FIG. 4, ANEXO B) e um terço de todo o tráfego marítimo mundial. O petróleo transportado pelo Estreito de Málaca e Mar do Sul da China corresponde ao triplo do que passa pelo Canal de Suez e quinze vezes mais do que é transportado pelo Canal do Panamá. Por ele transitam 15,2 milhões de barris por dia⁶⁴.

A RPC importa, por via marítima, mais de oitenta por cento de todas as suas importações de petróleo (GRAF. 2, ANEXO A) (ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009).

O acesso ao estreito de Málaca e a proteção das LCM da RPC são fundamentais para a consecução do imperativo de suprimento dos recursos energéticos para sustentar o seu desenvolvimento continuado (QI, 2006).

A RPC é a maior exportadora e a segunda maior importadora de produtos do mundo (TAB. 3, ANEXO C), e a maior importadora de petróleo a partir de 2014, ultrapassando os EUA (GRAF. 5, ANEXO A) (BO, 2014). Como o comércio exterior é fundamental para o desenvolvimento econômico chinês, a RPC procura formas de proteger suas vulneráveis LCM, de expandir sua presença nos mares e ampliar sua presença política e financeira no contexto internacional. Portanto, configura-se como um novo imperativo geopolítico a proteção de suas LCM e a garantia do acesso a recursos e mercados a fim de evitar a interdição estrangeira (BAKER, 2016).

A iniciativa estratégica *One Belt, One Road*⁶⁵ (FIG. 5, ANEXO B), anunciada, em 2013, pelo presidente da RPC Xi Jinping, demonstra que os interesses chineses e suas rotas marítimas irão, cada vez mais, se intensificar em direção ao Ocidente, nos próximos anos, por meio da expansão de suas LCM pelo Mar do Sul da China e Oceano Índico rumo ao Sul e Sudeste asiático, Oriente Médio e África. Esta estratégia também busca mitigar os riscos de segurança, por meio da criação dos corredores econômicos terrestres com o Cazaquistão,

Paquistão, Índia, Myanmar e Bangladesh (CLEMENS, 2015) (BO, 2014).

A RPC desenvolveu, predominantemente, o comércio exterior por via marítima, o qual percebe-se ser vital para a sua atividade econômica (BAKER, 2016). Conforme dados de 2014 do *World Shipping Council* (2016), a RPC possui seis portos entre os dez primeiros colocados no ranking mundial de maiores volumes de carga em toneladas e sete portos no ranking mundial de tráfico de containers (TAB. 4, ANEXO C).

Segundo o General Liang (2015), a estratégia *One Belt, One Road* é um estágio inicial da globalização⁶⁶ para a ascensão de uma grande potência, bem como para se opor ao avanço dos EUA em direção ao Oriente. Como o Poder Naval da RPC ainda é relativamente fraco e os EUA realizam uma contenção na região leste, RPC se movimentou na direção oposta, Oeste, de forma a diluir a pressão sofrida no Pacífico, portanto a escolha principal para o país seria priorizar o comércio pela rota da seda terrestre e marítima (LIANG, 2015).

A RPC, na reunião de cúpula anual da SCO, nos dias 23 e 24 de junho de 2016, em Tashkent, capital do Uzbequistão, propôs que as economias dos países-membros da organização cooperassem com a iniciativa *One Belt and One Road*, desenvolvessem áreas de livre comércio e convocou o *Asian Infrastructure and Investment Bank* (AIIB) e o Banco de Desenvolvimento dos BRICS para apoiar os projetos da organização. A SCO está se tornando a ligação para uma aliança econômica entre a *Silk Road Economic Belt* e as economias da Eurásia. De qualquer forma, a iniciativa *One Belt and One Road* promoverá oportunidades de desenvolvimento aos países-membros. Nesta mesma reunião foram aceitos os ingressos da Índia e do Paquistão na SCO (LIENA; XUEPENG; SI, 2016).

A RPC busca criar uma área de livre comércio asiático, mas devido as crises, no seu entorno geopolítico, pelas disputas pelas ilhas Diaoyu e Senkaku com o Japão e a ilha Huangyan com as Filipinas, em 2012, as negociações para a criação de uma área de livre comércio no Nordeste asiático, entre a RPC, Coreia e Japão, não avançaram e as negociações

para o *swap*⁶⁷ cambial com o Japão fracassaram. Para Liang (2015), o sucesso levaria a criação da terceira maior economia mundial de vinte trilhões de dólares, e uma vez criada, poderia incorporar o Sudeste Asiático e criar, assim, uma área de livre comércio do Leste asiático de trinta trilhões de dólares e, conseqüentemente, se tornar a maior economia do mundo. Liang (2015) especula ainda que esta área poderia atrair a Índia e as repúblicas centro asiáticas, seguir mais para o Oeste e incorporar o Oriente Médio. A questão é que uma área de livre comércio dessa magnitude provavelmente não estaria disposta a usar internamente o USD, portanto a China promoveria a internacionalização do renmimb⁶⁸ (RMB) (LIANG, 2015).

A expansão econômica chinesa, impulsionada pela sua estratégia *One Belt, One Road* de globalização, possui um componente importante para a sua economia, a internacionalização do RMB. Devido aos grandes investimentos estrangeiros, em USD, na RPC, e como o USD não pode circular livremente, o Banco Popular da China⁶⁹ (BPC) deve emitir a mesma quantidade de RMB, no câmbio corrente, pois esses investimentos em USD, após obterem os seus dividendos, podem ser retirados da China, além da saída de USD devido ao comércio internacional. Dessa forma, uma grande quantidade de USD pode sair do país, mas o RMB fica, sem ser destruído por esta saída, tornando o RMB em uma força monetária em circulação (LIANG, 2015).

Segundo Liang (2015), a internacionalização do RMB iria além da estratégia *One Belt, One Road* e dividiria o mundo com o USD e o euro.

A RPC parece se mover para um sistema de reservas multicambiais, suportado por um uso maior de *special drawing rights*⁷⁰ (SDR), bem como uma gradual internacionalização do RMB (CHIN; YONG, 2010, citado por LEE, 2010). Entretanto, essa internacionalização será um processo longo, no qual a RPC deve desenvolver um sistema financeiro eficiente e remover os controles de câmbio e capital. De acordo com Lee (2010), um sistema monetário

tripolar ocorrerá, inevitavelmente, na emergência de um mundo multipolar, no qual o RMB possuirá um papel de maior relevância.

Pela geopolítica, o *Heartland*⁷¹ chinês (FIG. 6, ANEXO B), região do território onde se concentra a vasta maioria da população chinesa, também conhecida como a China Han, a qual pode ser delimitada pela linha isoietal⁷² de 15 polegadas de chuvas anuais (FRIEDMAN, 2008), deve encarar o mar, pois os benefícios do desenvolvimento econômico são crescentemente dependentes deste e as ameaças a sua segurança advém do mar (QI, 2006). Outra questão geopolítica é a busca da RPC em evitar a contenção, como a realizada pelos EUA contra a URSS⁷³.

Segundo Clemens (2015), a RPC tem desenvolvido esforços estratégicos e buscado oportunidades de negócios na Rota Marítima da Seda, de forma a criar oportunidades para escapar da contenção crescente e ao cerco ao pivô da Ásia exercido pelos EUA. Clemens destaca que diversos autores militares chineses consideram a Rota Marítima da Seda crucial para o desenvolvimento e ascensão da RPC. Xi Jinping e as lideranças centrais têm, continuamente, reforçado que a preservação das condições condutivas do desenvolvimento econômico continuado é um fator de segurança prioritário (CLEMENS, 2015).

De uma visão centrada no poder terrestre, a China passa a conferir maior importância ao mar e ao comércio marítimo. De fato, Qi (2006) observa que a China possui a maior população mundial, porém é relativamente deficiente em recursos naturais para atender a sua produção. Seu território (FIG. 7, ANEXO B) possui 9,6 milhões de km², o que a configura em um poder terrestre, mas também possui jurisdição sobre um vasto território marítimo de três milhões de km², com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e demais pleitos, com uma linha costeira de 14.500 quilômetros (EUA, 2016b), inúmeras ilhas e recursos oceânicos. A área costeira e a plataforma continental correspondem a 273 milhões de hectares, o que é mais de duas vezes as terras aráveis da

China. Para nações costeiras, o desenvolvimento dos territórios marítimo e terrestre são igualmente importantes, porém, para a China, o mar é ainda mais importante para uma estratégia de desenvolvimento continuado, pois é a principal artéria de comércio exterior, uma área para a competição internacional. O longo período de prosperidade, bem como a existência da nação chinesa, seu desenvolvimento e ressurgimento são cada vez mais dependentes do mar. Soma-se a este contexto o fato da aceleração do processo de globalização econômica estar movendo a economia chinesa em direção aos grandes oceanos. Qi avalia que, em 2020, o comércio marítimo da RPC ultrapassará o dos EUA em um trilhão de dólares e será necessário importar três quartos de todo óleo combustível consumido (QI, 2006).

Com a adoção da estratégia *One Belt, One Road* e o processo de internacionalização do RMB, inclusive ao passar a fazer parte da cesta de SDR, a RPC aprofunda a sua globalização. O cinturão terrestre (*belt*), correspondente à rota da seda, é uma alternativa para se escapar da contenção sofrida no Mar do Sul da China, e garantir a importação, por via terrestre, de hidrocarbonetos, o que diminuirá os riscos relacionados ao estreito de Málaca. A nova rota da seda marítima, uma reedição moderna da antiga esquadra do tesouro de Zheng He, demonstra a crescente importância do mar e do comércio marítimo para o desenvolvimento continuado da RPC. Para defender seus interesses econômicos e as suas vulneráveis LCM, no Mar do Sul da China e no Oceano Índico, a RPC desenvolveu a geoestratégia da *String of Pearls*⁷⁴, para o apoio logístico dos navios da *People's Liberation Army Navy* (PLAN) que protegem as LCM chinesas.

Este autor considera que essa geoestratégia pode ser entendida, conforme os estudos de Coutau-Bégarie (2010, p. 557-572), nas seguintes abordagens:

a) primeiramente, a da geoestratégia enquanto estratégia dos Estados, onde há o enfoque nas funções do território como espaço de guerra, fonte de poder e Teatro de

Operações, fundamentada no princípio geográfico, e no que é possível fazer e com que meios, e na necessidade de se apoiar as forças militares em um nível global ou regional, de forma a permitir a continuidade da estratégia na era de guerra total;

b) a geoestratégia considerada como a estratégia dos grandes espaços, onde o espaço estratégico encontra-se dilatado na atualidade. No plano operacional, as frentes de combate estão diluídas e as operações são conduzidas em uma escala estendida, sendo mobilizados todos os recursos e todo o espaço disponível. É a guerra total ou guerra global⁷⁵. Spykman (1969) afirmava que, na busca da paz e segurança, a área de análise deve corresponder com a superfície do globo terrestre;

c) a geoestratégia vista como a estratégia unificada, é a abordagem na qual se busca o inter-relacionamento entre as estratégias terrestres, marítimas, aéreas e espaciais e seus ambientes, nos quais os tempos, distâncias e modos de combates são diferentes;

d) a geoestratégia vista como a estratégia da complexidade, onde “a ampliação do espaço e o inter-relacionamento dos ambientes obrigam a estratégia a combinar fenômenos que se situam em planos diferentes” (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 565), nesta abordagem devem ser considerados os planos mundial, regional e local, a diminuição do tempo de reação, devido à transmissão de informações em tempo real, e a arma nuclear cujo míssil balístico dissolve estratégias e elimina e une os espaços. Nesse ambiente de crescente complexidade, a vitória militar não soluciona todos os problemas necessariamente, pois pode ser acompanhada por uma derrota política;

e) a geoestratégia vista como estratégia de substituição, na qual o discurso geoestratégico visa destacar a importância do seu espaço como poder, de forma a compensar a ausência de meios.

Mahan (1987) observou a importância para o Reino Unido, em sua vitória na Guerra dos Sete Anos⁷⁶, de 1756 a 1763, contra a França e a Espanha, de ter utilizado o mar

para acumular suas riquezas durante o período de paz, e na guerra, ter dominado o mar com sua marinha e suas numerosas bases espalhadas pelo mundo. Mahan (1987) ressalta, ainda, a importância da manutenção das LCM, sem as quais as bases de nada adiantariam, e que se configuraram como o contorno principal de sua estratégia na guerra.

Do ponto de vista geoestratégico, o estabelecimento de bases ou facilidades logísticas pela RPC, para o apoio aos navios da PLAN, que realizam a proteção de suas LCM, como os portos de Djibouti e Salalah (ERCKSON; CARLSON, 2016) e a base de Gwadar (QI, 2006) vai ao encontro das teorias de Mahan (1987), na qual destaca a dependência dos navios quanto ao ressuprimento e a importância de se possuir bases em países aliados, bem como o atual desenvolvimento de uma força naval oceânica, no sentido de ser capaz de projetar poder e sustentar operações à distância, ou seja, a PLAN busca se tornar uma marinha de águas azuis⁷⁷ (ERICKSON; CARLSON, 2016) (QI, 2006).

As áreas marítimas da China estão ligadas de Norte a Sul e conectadas aos oceanos mundiais, porém o acesso está obstruído por duas cadeias de ilhas⁷⁸ (FIG. 8, ANEXO B) e a sua condição geoestratégica marítima é de um encerramento parcial, o que determina que a PLAN deva adotar medidas estratégicas relacionadas às fronteiras marítimas, oceanos e espaços estratégicos de forma geral (QI, 2006).

Segundo McDevitt (2016a; 2016b), a estratégia naval *offshore water defense*, algumas vezes traduzidas como *near seas*, da RPC (RPC, 2015), ou ainda *Anti-Access Area Denial* (A2/AD)⁷⁹ pela doutrina militar dos EUA, corresponde as operações navais no interior da área marítima costeira até a segunda cadeia de ilhas (FIG. 9, ANEXO B).

A estratégia naval *far seas*⁸⁰, ou *open seas protection* (RPC, 2015), são as operações navais bem além da segunda cadeia de ilhas, o que inclui o Mar das Filipinas e o Pacífico Central, e visa defender os interesses chineses além-mar e as suas LCM, o que requer navios com capacidade de operar em águas azuis (BURNS, 2015) (MCDEVITT, 2016a).

As operações *near seas* envolvem campanhas conjuntas com a PLAN, a Força Aérea e a Força de Foguetes Estratégicos cujo objetivo é afastar uma força hostil, atacando-a longe da RPC, o que corresponderia ao *anti-access*. Caso isso falhe e a força hostil esteja dentro do alcance para lançar seus armamentos, a PLAN agiria no sentido de negar a liberdade operacional e tática da força atacante, o que seria a *area denial*, com o emprego de sua força de submarinos, bases aéreas e mísseis balísticos convencionais anti-navio (MBCAN), como o DF-21D ⁸¹ (MCDEVITT, 2016b).

Para operações *far seas* de proteção em mar aberto é necessário uma diversidade de meios e capacidades navais para que a RPC se defenda propriamente, tais como navios de apoio logístico, navios-escolta multipropósitos, submarinos nucleares e navios aeródromos (MCDEVITT, 2016b).

A RPC tem investido na aquisição e construção de navios para uma marinha de águas azuis e defesa de seus interesses além-mar, notadamente o Navio-Aeródromo (NAe) “Liaoning” (ex-Varyag), que foi adquirido da Ucrânia e entrou em serviço em 25 de setembro de 2012, a construção dos novos submarinos nucleares de ataque (SSN) Tipo 093G (em operação) e Tipo 095 (em andamento), capazes de lançar mísseis antinavio YJ-18, e a construção de um novo navio-aeródromo, tendo por base o NAe “Liaoning” (GLOBALSECURITY.ORG, 2016a) e (HAIJUN 360, 2016).

Nesse contexto, com o aumento gradual do emprego da estratégia *far seas* e, consequentemente, de sua capacidade de projeção de poder na região Ásia-Pacífico, no Oceano Índico e no Golfo de Aden, como em missões de escolta contra atos de pirataria, é necessário que os navios permaneçam longos períodos em operação no mar e longe de suas bases, e, para tal, a PLAN investe na construção de novos navios de apoio logístico, bem como a utilização de navios de linhas comerciais e portos para prover o suporte logístico nas missões expedicionárias. Novos navios de apoio logístico estão sendo construídos, como os

Tipo 903A (HAIJUN 360), com capacidade de abastecer até três navios-escolta nas operações *far seas* e uma formação maior em operações *near seas*, e o maior e mais moderno Tipo 901, lançado em dezembro de 2015, para suporte logístico integrado e reabastecimento de NAe (ERICKSON; CARLSON, 2016).

McDevitt (2016a) avalia que, até o ano de 2020, a PLAN se tornará a segunda maior marinha de águas azuis do mundo e apresenta uma estimativa dos navios da PLAN, especificamente com capacidades de operações *far seas*, na qual, no ano de 2020, a PLAN possuirá dois NAe, entre dezoito e vinte *Destroyers* semelhantes à classe de navios com o sistema Aegis⁸² dos EUA, trinta a trinta e duas fragatas multimissão modernas, seis a sete grandes navios anfíbios, oito a dez navios-tanque, vinte submarinos convencionais da classe Yuan (Tipo 39 A/B), com capacidade de propulsão *air-independent propulsion* (AIP)⁸³, seis a sete SSN e cinco a seis SSBN. Esse possível cenário colocaria a PLAN em um patamar equivalente em relação às forças combinadas da Sétima Esquadra dos EUA somada com as do Japão.

Conforme a estratégia militar chinesa (RPC, 2015), o destino da China está inter-relacionado com o do mundo. Esse, sendo próspero e estável, proverá oportunidades para a RPC, cujo desenvolvimento pacífico também oferecerá oportunidades a todos os países. Dessa forma, a construção de uma forte defesa nacional e de poderosas Forças Armadas é uma tarefa estratégica para a modernização da China e uma garantia de segurança para o desenvolvimento pacífico chinês.

A RPC considera que uma guerra mundial não deve ocorrer e que a situação internacional permaneça relativamente em paz, porém avalia que existam novas ameaças relacionadas ao hegemonismo, *power politics*⁸⁴ e neo-intervencionismo, bem como questões complexas e voláteis como ameaças terroristas, pirataria, questões étnicas e religiosas e disputas territoriais e de fronteira, de tal forma que o mundo enfrenta ameaças imediatas e

potenciais de guerras localizadas (RPC, 2015).

Tendo em vista as ameaças citadas e a mudança do centro de gravidade⁸⁵ estratégico e econômico mundial cada vez mais para a Ásia e para o Oceano Pacífico, com os EUA aumentando a sua presença militar na região e de alguns países vizinhos adotarem ações provocativas, ao fortalecer militarmente ilhas reclamadas pela RPC, a questão iminente é a proteção além-mar dos interesses energéticos, matéria-prima, de suas LCM estratégicas, bens, pessoas e instituições (RPC, 2015).

As Forças Armadas chinesas participam ativamente na segurança dos interesses chineses executando as seguintes tarefas estratégicas (RPC, 2015): salvaguardar a soberania e segurança terrestre, marítima e aérea; resolutamente salvaguardar a unificação da China; proteger os interesses além-mar da RPC; manter a deterência estratégica e conduzir o contra-ataque nuclear; participar na cooperação na segurança regional e internacional para a manutenção da paz; fortalecer os esforços contra a infiltração, separatismo e terrorismo de forma a manter a estabilidade social e segurança política da China; e apoiar o desenvolvimento social e econômico nacional.

Estas tarefas das Forças Armadas chinesas estão intrinsecamente relacionadas ao atingimento e manutenção dos imperativos geopolíticos da RPC.

A RPC (2015) adota a orientação estratégica de defesa ativa, que é a essência do pensamento militar estratégico do PCC, e se resume em aderência a unidade da defesa estratégica e ofensiva operacional e tática; aos princípios de defesa⁸⁶, autodefesa⁸⁷ e *post-emptive strike*⁸⁸; e a postura de “*We will not attack unless we are attacked, but we will surely counterattack if attacked*”⁸⁹ (RPC, 2015, p. 5). Nesse contexto, a RPC desenvolveu a orientação estratégia militar para o novo milênio, chamada de *Preparation for Military Struggle*⁹⁰ (PMS), cujo ponto básico é vencer guerras locais informatizadas, com ênfase na guerra naval e PMS marítimo. Forças de combate integradas serão empregadas para

prevalecer em operações sistemas versus sistemas, ataques de precisão e operações conjuntas.

De acordo com os requisitos estratégicos de defesa de águas costeiras e proteção em mar aberto, a PLAN irá gradualmente mudar seu foco de defesa das águas costeiras para a proteção em mar aberto, e construir uma marinha de guerra combinada, multifuncional e eficiente, de forma a incrementar suas capacidades de deterrence estratégica, contra-ataque, manobras, operações conjuntas, defesa e suporte (RPC, 2015).

Para a RPC (2015), os oceanos suportam a paz duradoura, estabilidade e o desenvolvimento sustentável da China, o que implica em que a mentalidade tradicional do poder terrestre sobre poder marítimo deve ser abandonada e grande importância deve ser conferida ao mar e a proteção dos interesses e direitos marítimos. Conforme declarado em sua estratégia militar, é necessário que a China desenvolva uma força naval moderna que permita salvaguardar a sua soberania, interesses e direitos marítimos, proteger suas LCM estratégicas e participar da cooperação internacional, de tal forma que a RPC se torne em uma potência marítima. O PLAN, em cumprimento de suas obrigações internacionais, continuará a realizar missões de escolta no Golfo de Áden e em outras áreas, cooperará com outras marinhas e conjuntamente proteger as LCM internacionais.

2.2 Interações Geopolíticas e Lições Geoestratégicas para o Brasil

O *People's Liberation Army* (PLA) também busca ampliar, de forma pragmática, a cooperação militar e os laços de amizade com diversos países, de forma a atuar conjuntamente contra ameaças, promover confiança mútua, treinamento de pessoal, assistência material, equipamentos, tecnologia e realizar exercícios bilaterais e multilaterais (RPC, 2015).

Em que pese as diferenças geopolíticas do que representa o Mar do Sul da China para a RPC e o Atlântico Sul para o Brasil, este autor entende que é possível traçar um

paralelo e identificar certas semelhanças geopolíticas entre o Brasil e a China. O Brasil encontra-se em paz com seus países vizinhos, atua no sentido de contribuir com a estabilidade regional e busca intensificar o processo de desenvolvimento integrado e harmônico. Tanto a RPC quanto o Brasil possuem um grande território continental⁹¹ e extensa linha costeira⁹², como resultado, ambos os países possuem características de continentalidade e maritimidade. Tanto a RPC quanto o Brasil dependem das suas LCM para exportar seus produtos. Quase todo comércio exterior brasileiro é realizado por via marítima, cerca de 95,9% das exportações⁹³ e, nesse sentido, a defesa de suas LCM é vital.

Conforme a PDN (BRASIL, 2012b), no século XXI poderão ser intensificadas as disputas por áreas marítimas. O Brasil possui uma natural vocação marítima, respaldada pelo seu extenso litoral e importância estratégica no Atlântico Sul.

De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (BRASIL, 2012a), o Estado Brasileiro deve possuir a capacidade de proteger o povo brasileiro e de garantir que outros países não interfiram com o seu território, suas águas jurisdicionais, seu espaço aéreo sobrejacente, bem como o leito marinho e o subsolo.

A Ordem Internacional é determinada, predominantemente, pela relação entre Estados, portanto, a defesa e proteção do Brasil são a missão principal das Forças Armadas Brasileiras contra agressões externas (BRASIL, 2012a).

No cenário internacional, o Brasil deve possuir uma estrutura de defesa compatível com a importância política, econômica e estratégica do País, de forma a dissuadir potenciais agressores, proteger seus recursos e possuir voz na ordem mundial, com respeito às posições oficiais adotadas, e garantida a sua tradição pacífica (BRASIL, 2012a).

De acordo com os Objetivos Estratégicos das Forças Armadas, constantes na END (BRASIL, 2012b), a MB confere prioridade para assegurar os meios necessários para cumprir a tarefa de negar o uso do mar a forças navais inimigas, que se aproximem do território

brasileiro.

Independentemente de se priorizar as tarefas de negação do uso do mar, controle de área marítima e projeção de poder, o foco deve ser direcionado à defesa proativa das plataformas de petróleo, das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB); e na prontidão contra ameaças às LCM, oriundas de Estado estrangeiro ou de forças não convencionais (BRASIL, 2012b).

Inferese-se que a adoção de uma geoestratégia unificada⁹⁴, de forma a aplicar a integração entre as estratégias terrestres, marítimas, aéreas e espaciais e seus ambientes, combinando-se tempos, distâncias e modos de combates diferentes, apontaria para o emprego da estratégia A2/AD, que poderia ser desenvolvida doutrinariamente pela MB, com a necessária participação das demais Forças Armadas, de forma a defender áreas focais no oceano e proteger o continente, ou uma região estratégica específica.

Percebe-se que o programa de submarinos da MB e a construção do submarino nuclear vão ao encontro desta proposta. Faltaria a capacidade de produzir MBCAN, o que não é viável, pois o Brasil é associado, desde 1995, ao *Missile Technology Control Regime* (MTCR)⁹⁵, o que limita o alcance dos mísseis a trezentos quilômetros e uma capacidade de carga de quinhentos quilogramas. Contudo, o Brasil possui tecnologia de mísseis com alcance de trezentos quilômetros⁹⁶, além dos conhecimentos e tecnologias que estão sendo obtidos com o desenvolvimento do Míssil Anti-Navio Superfície (MANSUP).

Conforme observado pelo Vice-Almirante Ronaldo Fiuza de Castro, em entrevista concedida a um sítio de notícias da internet, o MANSUP pode ser considerado um míssil escola, pois seu legado poderá ser utilizado para se alcançar e desenvolver tecnologias e armas mais complexas, porém a MB “não possui atualmente sistemas capazes de detectar e engajar um alvo a uma distância compatível com o uso de um míssil com 180 km e micro-turbina” (MÜLLER, 2014, p. 5).

Observa-se que de nada adiantaria a esta geoestratégia se não houver uma capacidade de detecção de navios ou forças navais a grandes distâncias, como é o caso da defesa *offshore* da RPC. Portanto, é imperativo o uso de satélites de órbitas polares baixas, como os CBERS⁹⁷, que cubram a AJB e possuam esta capacidade de detecção e de radares de vigilância de costa em proveito da defesa e proteção das AJB.

Percebe-se que, a partir da geoestratégia de substituição, na qual o Brasil poderia aproveitar as vantagens das ilhas oceânicas de Fernando de Noronha e de Trindade, é possível descrever as seguintes propostas estratégicas:

a) tendo em vista a importância das LCM para o Brasil e o seu papel no Atlântico Sul, como líder regional, uma proposta de ação geopolítica seria a criação de uma base ou estação naval, com um porto capaz de receber navios-escolta e de apoio logístico, na Ilha de Fernando de Noronha;

b) a possibilidade de realizar estudos para a construção de uma pista de pouso para aeronaves de asa fixa, ou mesmo para veículos aéreos não tripulados na Ilha de Trindade⁹⁸, que poderiam ser controlados a partir da própria ilha; e

c) outra proposta de linha de ação, ao alcance dos recursos tecnológicos e financeiro do País, na opinião deste autor, seria a instalação e operação de radares⁹⁹ de monitoramento e de vigilância, superfície e aérea, para o controle da área marítima, e o espaço aéreo sobrejacente, no entorno da Ilha de Trindade e áreas costeiras. Esse sistema radar poderia ser integrado ao futuro Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul¹⁰⁰ (SISGAZ).

Portanto, verifica-se que existem interações para o Brasil e possíveis influências no EEB, em especial na Argentina, que serão abordados no próximo capítulo.

3 A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA DA CHINA NA ARGENTINA E OS REFLEXOS PARA A MARINHA DO BRASIL

Em decorrência da geopolítica da RPC, da sua necessidade de alimentar sua imensa população e de matérias-primas para a sua indústria e manutenção do desenvolvimento continuado de sua economia, a influência econômica e militar chinesa se faz sentir no EEB, de forma crescente na América do Sul e, em especial, no principal parceiro econômico do Brasil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Argentina.

A expansão da China na Ásia, África e América do Sul é estratégica e advém de uma questão interna, pois a RPC deve crescer anualmente até 2020, segundo Xi Jinping, ao menos a 6,5%¹⁰¹, para manter a estabilidade social, além de ser imperativa a obtenção de matérias-primas para sua economia (CARDENAL; ARAÚJO, 2012).

Neste capítulo, o desenvolvimento do estudo foi dividido em três seções. Na primeira é identificada a importância da América do Sul para a China, na segunda é analisada a crescente influência chinesa na Argentina e na terceira seção é verificada a influência da China no MERCOSUL, a importância das relações entre o Brasil e a Argentina e possíveis parcerias entre a MB e Armada da República Argentina (ARA).

3.1 A China no Contexto do Entorno Estratégico Brasileiro Sul-Americano

No EEB, a expansão chinesa provoca transformações em países da África, com grandes investimentos chineses em infraestrutura, e na América do Sul, por meio de investimentos diretos, aquisição de empresas e terras, projetos ferroviários e agrícolas, como os realizados na Argentina (CARDENAL; ARAÚJO, 2012), e o grande projeto de construção de um canal na Nicarágua (STRATFOR, 2015).

A atuação da RPC na América do Sul é uma estratégia que está fundamentada em seu Livro Branco (RPC, 2012) e é parte de sua política desenvolvimentista e de inserção internacional (SEVARES, 2015).

No Livro Branco para a América Latina e Caribe (ALC) (RPC, 2012), a China aponta a dimensão territorial e a riqueza de recursos naturais como grandes potenciais de desenvolvimento; estabelece suas estratégias nos campos político, econômico, cultural e social, para a paz e segurança; e ressalta o caminho de desenvolvimento pacífico e a estratégia “ganha-ganha” de abertura, com base nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica¹⁰², como parte de sua política para a região, na qual busca aprofundar a cooperação, acelerar o progresso comum e intensificar as trocas entre os países.

Percebe-se que nas relações econômicas de países da América do Sul, como a Argentina e o Brasil, esta estratégia do “ganha-ganha”, na verdade, tem se configurado em um formato das relações comerciais, onde estes países importam produtos industrializados da China e exportam alimentos e matérias-primas, repetindo a lógica do comércio internacional entre os países centrais e os periféricos.

No campo político destacam-se as estratégias de mecanismos de consulta, cooperação nos assuntos internacionais e trocas no nível de províncias/estados e cidades da China com os demais países da ALC (RPC, 2012).

No campo econômico, são estabelecidos quatorze estratégias de cooperação. Destacam-se as estratégias para o incremento do comércio, investimentos diretos de companhias chinesas em praticamente todos os setores da economia dos países da ALC, com destaque na agricultura, energia, infraestrutura, indústria e recursos naturais, cooperação financeira, entre outros (RPC, 2012).

Com isso, no período de 2012 a 2015, a RPC realizou uma série de medidas de aproximação. Dentre as principais, em 2012, na Argentina, o Premiê Wen Jiabao propôs

estudos para a criação de uma zona de livre comércio entre a China e o MERCOSUL, que não avançou e não produziu resultados. Em 2013, o Premiê Wen Jiabao anunciou a criação do Fundo de Cooperação China-ALC, destinado a realizar investimentos na indústria e em pesquisas, no qual instituições financeiras chinesas aportaram cinco bilhões de dólares e, por sua vez, o Banco de Desenvolvimento Chinês disponibilizou uma linha de crédito de dez bilhões de dólares para financiar obras de infraestrutura, com a participação de empresas chinesas, iniciativa esta destinada a criar uma reserva de quinhentas mil toneladas de alimentos. Nesse mesmo ano, foi criado, em Pequim, o foro de Ministros de Agricultura da China e ALC para promover, de forma integral e estratégica, o comércio, o investimento e o intercambio tecnológico no setor agrícola. Em 2014, o presidente Xi Jinping, em visita ao Brasil, anunciou a criação de um fundo de US\$ 35 bilhões para financiar projetos de infraestrutura. E, em 2015, foi realizada a primeira reunião ministerial do foro Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos e a China, no qual foram aprovadas diversas medidas nos campos econômico, político e de segurança, além do anúncio de que a China investirá US\$ 250 bilhões na ALC na próxima década (SEVARES, 2015).

No campo cultural e social destacam-se a cooperação em ciência, tecnologia e educação, e a formulação de uma estratégia de incremento nas trocas científicas com os países da região, com foco nas tecnologias aeronáuticas, astronáuticas, biocombustível e marinhas (RPC, 2012).

No campo da paz e segurança, a China pretende conduzir diálogos na área de defesa, visitas mútuas e aprofundar os intercâmbios de treinamento militar, além de continuar a auxiliar no desenvolvimento das Forças Armadas da ALC (RPC, 2012).

As relações econômicas com a RPC têm proporcionado aos países sul-americanos grandes benefícios, como crescimento econômico e ingresso de capitais, mas, por outro lado, têm reforçado a especialização no setor primário. Quase a totalidade das exportações dos

países da América do Sul para a China são de matérias-primas, ou de seus derivados imediatos, enquanto que as suas importações são de produtos industrializados. Esse processo se desenvolve impulsionado pelo comércio, empréstimos externos e Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) da China nos países da região, principalmente, para desenvolver o setor primário da economia (SEVARES, 2015).

Segundo Sevares (2015), a Ásia é o principal destino dos IED chineses, sendo Hong Kong, ou seja a própria China, o maior recebedor desses investimentos. Em segundo lugar vem a ALC, apesar dos EUA serem o maior captador desses recursos no continente americano (FIG. 10, ANEXO B) (TAB. 5, ANEXO C). A entrada de investimentos chineses tem influenciado os Bancos Centrais da região a, gradualmente, adotar o *yuan* como uma nova moeda de reserva, em substituição ao USD (OSVALDO; KUWAYAMA, 2012).

A RPC se converteu, nos últimos anos, no principal destino de exportações e origem das importações de muitos países sul-americanos, especialmente os do Cone Sul, e, paralelamente, seus investimentos na região cresceram sensivelmente. A China é o principal consumidor mundial de alimentos exportados por países da América do Sul, como o trigo, a soja, arroz e carne, e o segundo consumidor de milho (SEVARES, 2015).

Ainda segundo Sevares (2015), a questão da segurança alimentar chinesa é estrutural e de longo prazo, pois apenas sete por cento de suas terras são cultiváveis, e como cerca de quatrocentos milhões de pessoas deverão migrar do campo para as cidades nos próximos 25 anos, a superfície arável reduzirá ao ritmo de dois milhões de hectares ao ano, o que aumentará ainda mais a sua demanda por alimentos. Nesse contexto, Sevares (2015) observa que somente a Argentina e o Brasil juntos respondem por vinte por cento de todas as importações de alimentos realizadas pela RPC. Desse total, a Argentina responde por quatro por cento, dos quais 75% correspondem a soja e seus derivados.

As importações de produtos manufaturados chineses são diversificadas e

aumentaram mais rapidamente do que as exportações, para a RPC, de países da América do Sul. Consequentemente, tem ocorrido uma substituição das produções locais pelos produtos industrializados importados da China. Por outro lado, as exportações da ALC para RPC estão concentradas em um reduzido portfólio de produtos e sofrem com as variações bruscas nos preços dos produtos primários, o que provoca uma grande vulnerabilidade para os exportadores da região. O mesmo não ocorre com as exportações dos produtos industrializados chineses. Acrescenta-se o fato do protecionismo chinês, para os produtos agrícolas e manufaturados, na forma de barreiras não tarifárias. Para exemplificar, em 2008, a RPC bloqueou um carregamento de óleo de soja da Argentina, alegando razões sanitárias, mas o bloqueio foi uma resposta contra as medidas antidumping da Argentina a produtos manufaturados chineses. Esta vulnerabilidade das exportações de produtos primários foi especialmente sentida em 2014, quando despencaram os preços especialmente o do petróleo, que caiu mais de 50% em três meses (SEVARES, 2015).

Por outro lado, para garantir o fornecimento de alimentos no futuro e controlar verticalmente a produção, a RPC realiza aquisições de terras em outros países na África, Sudeste Asiático e América do Sul, destacando-se a Argentina e o Brasil. Esse processo atraiu a atenção da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e tem sido denunciado como uma nova forma de colonialismo. Os governos da Argentina e do Brasil têm reagido a estas ações com legislações para limitar e restringir a compra de terras por estrangeiros (CARDENAL; ARAUJO, 2011).

Segundo Sevares (2015), a competitividade industrial e a oferta de produtos primários e seus derivados não são suficientes para cobrir a demanda pelos produtos industrializados chineses, o que, desde 2010, provoca na região um déficit comercial com a RPC, principalmente pelo déficit da Argentina (ARGENTINA, 2016c), Venezuela, México e países centro-americanos.

A entrada de empresas chinesas e a importação de produtos industrializados da China, nos países da América do Sul, podem restringir o desenvolvimento e provocar a desindustrialização, uma vez que esses países se tornaram importadores de manufaturados e exportadores de commodities, que são vulneráveis às variações de preço no mercado internacional.

A magnitude dos atores internacionais e dos interesses em jogo excede a capacidade de negociação de países isoladamente. Portanto, pequenos países da América do Sul e Ásia, bem como grandes potências, recorrem a associações estratégicas para as negociações internacionais com grandes blocos de poder. Em relação a China, contrariamente, os países sul-americanos têm realizado negociações isoladamente, sem aproveitar os organismos regionais para ações coordenadas e obter um maior poder de negociação (SEVARES, 2015, p. 181).

3.2 Argentina e China, uma Associação Estratégica

A Argentina mantém com a RPC excelentes relações diplomáticas, baseado em um vínculo econômico que repete a lógica das relações dos países subdesenvolvidos com os países centrais, na qual consiste em exportações de matéria-prima e importações de produtos industrializados, recebimento de empréstimos e investimentos, no que configura em uma assimetria comercial (SEVARES, 2015).

Historicamente, as relações diplomáticas da Argentina com a China remontam a 1935, quando o General Chiang Kai-shek propôs um Tratado de Comércio e Amizade entre ambos os países. Contudo, as negociações não avançaram, pois a Chancelaria argentina decidiu privilegiar suas relações com o Japão. A situação muda em 1944, quando ocorre a ruptura das relações com a Alemanha e o Japão, com a designação de um primeiro

embaixador argentino na China. Em 1947, foi firmado o Tratado de Amizade, como primeiro passo para o comércio bilateral, porém a Revolução de 1949, na China continental, interrompeu as negociações, consequentemente a Argentina transferiu a representação diplomática para Taipei e o tratado seria ratificado com Taiwan, República da China (SEVARES, 2015).

Apesar da revolução comunista na China continental, a Argentina, interessada na necessidade chinesa por cereais e produtos agropecuários, também manteve relações com a RPC, e em 1957 ocorreu a primeira troca de embaixadores, mas as relações se mantinham distantes, dentro do contexto da Guerra Fria, pois a China promovia a revolução no exterior e ainda era aliada da URSS (SEVARES, 2015).

Com a aproximação entre os EUA e a RPC, na década de 1970, como visto no capítulo anterior, a Argentina alterou sua orientação de distanciamento, no contexto da Guerra Fria, e normalizou suas relações diplomáticas com a RPC, reconhecendo-a como o único governo legalmente instituído para a China e que Taiwan fazia parte do território chinês, além de ter apoiado a entrada da RPC na ONU. Por sua parte, a RPC reconheceu a soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, em virtude do princípio da integridade territorial (SEVARES, 2015).

Em 1974, a Argentina enviou sua primeira representação comercial a Pequim, pois havia o interesse em exportar cereais à RPC, mas as relações diplomáticas tiveram um impasse. Somente a partir do Golpe Militar de 1976 ocorreu, paradoxalmente¹⁰³, uma revitalização das relações com a RPC que, por seu lado, tinha interesse em manter relações com um país influente na América do Sul. Como consequência, em 1977, foi assinado um Convênio Comercial e realizado, pela primeira vez, uma exportação para a RPC de quinze mil toneladas de óleo de soja, o que se configurou no prenúncio do que seriam as relações comerciais com a China no futuro (SEVARES, 2015).

Nesse contexto de avanço nas relações, em 1980, ocorreu a viagem do primeiro mandatário argentino à RPC, o General Jorge Rafael Videla, quando foi firmado um convênio de cooperação econômica, científico, creditício e cultural (SEVARES, 2015).

Quando da eclosão da Guerra das Malvinas, em 2 abril 1982, a RPC se absteve de votar a Resolução 502¹⁰⁴, de 03 de abril de 1982, no Conselho de Segurança da ONU, para a retirada das tropas argentinas da ilha (VALÉRIO; HENTZ, 2013).

Segundo Sevares (2015), com a restauração da democracia na Argentina pelo presidente Raúl Alfonsín, a partir de 10 de dezembro de 1983, as relações bilaterais com a RPC aprofundaram-se e, em 1985, o Premiê Zhao Ziyang visitou a Argentina, e, em seguida, o presidente argentino Raúl Alfonsín visitou a RPC. Como resultado, foram assinados vários acordos de cooperação, como o Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear¹⁰⁵. Neste acordo, como nos demais, havia incluso em suas cláusulas o princípio de não intervenção nos assuntos internos e, dessa forma, a Argentina não se manifestou sobre os acontecimentos da Praça de Tiananmen, sobre a repressão no Tibete e sobre outros temas relacionados aos direitos humanos de forma geral.

No governo de Carlos Menem, passa a ser adotado o princípio do Realismo Periférico¹⁰⁶ nas relações internacionais e, conseqüentemente, foi realizado um alinhamento com os EUA (SEVARES, 2015).

Segundo Escudé (2012), a partir do alinhamento com os EUA, a capacidade militar da Argentina foi reduzida quase a zero, foram aprofundadas as políticas econômicas liberais e buscada a integração econômica com os países vizinhos.

Apesar do afastamento em relação a China, Carlos Menem, quando a visitou em 1995, anunciou que apoiaria o ingresso da RPC na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que ocorreu no ano 2000¹⁰⁷. No governo Kirchner, as relações com a China se intensificaram e, neste período, ocorreu um aumento dos IED chineses e a Argentina

reconheceu a RPC como economia de mercado¹⁰⁸. De forma pragmática e de posicionamento histórico da Argentina em relação à China, os governos dos Kirchner privilegiavam as relações econômicas com a RPC e se abstinham de mencionar as questões de direitos humanos naquele país (SEVARES, 2015).

Segundo Sevares (2015), as negociações dos governos da Argentina e do Brasil com a RPC, quando da visita do presidente Hu Jintao aos países da América do Sul, em 2004, foi um exemplo de falta de estratégia regional, em relação ao MERCOSUL, e uma falta de estratégia nacional, em relação a Argentina. Em novembro daquele ano, para as negociações com a RPC, quanto ao seu reconhecimento como economia de mercado, seria necessário que o Paraguai reconhecesse o governo da RPC como representante da China na ONU, para que o MERCOSUL fosse aceito como parte negociadora e assim obter maior peso nas negociações, o que não ocorreu. Além disso, Argentina e Brasil não acordaram uma posição conjunta, e como consequência, ambos efetuaram o respectivo reconhecimento isoladamente.

Como resultado da visita, foram firmados diversos acordos dos quais se destaca o *Memorándum de Entendimiento entre la República Argentina y la República Popular China sobre Cooperación en Materia de Comercio e Inversiones*¹⁰⁹, no qual estabeleceu uma relação estratégica entre os dois países, com acordos de cooperações na área de infraestrutura, energia, agricultura, indústria básica, minérios, telecomunicações, entre outros, além de acesso a empréstimos e financiamentos. Mediante o memorando, a China removeu os obstáculos às importações de soja e azeite¹¹⁰ da Argentina. Por outro lado, o acordo na área de infraestrutura de ferrovias condicionou a importação de grandes quantidades de locomotivas e vagões, com possíveis consequências de atrasar ou eliminar a recuperação da indústria local. Com esse nível de relação estratégica, a China procurou mudar a imagem de competidor impiedoso e promover as relações Sul-Sul (SEVARES, 2015).

Em 2007, Argentina e China firmaram um acordo de cooperação militar¹¹¹, para

aprofundar a aliança estratégica do memorando de 2004, e previa intercâmbios na área de logística militar, equipamentos, operações de manutenção de paz, e de treinamento de pessoal civil e militar para capacitação de instituições de ambos os países (SEVARES, 2015) (ARGENTINA, 2007).

Como esse acordo expirou em 2012, foi assinado um novo memorando na área de defesa¹¹², em julho desse mesmo ano, a fim de manter um mecanismo de diálogo político-estratégico permanente. Neste acordo, foram aprofundados os laços de cooperação na área de defesa entre os dois países, no qual foi criada a Comissão Conjunta de Defesa (CCD), e estabelecida a promoção de intercâmbios, exercícios militares combinados, e a cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e indústrias de defesa, entre os principais pontos (ARGENTINA, 2012).

Segundo Sevares (2015), com o passar dos anos as relações diplomáticas e comerciais entre os dois países cresceram e se fortaleceram. O crescimento do comércio exterior entre a Argentina e a China manteve a lógica de intercâmbio assimétrico, na qual os investimentos chineses foram predominantes na área da tecnologia de alimentos e a Argentina permaneceu dependente da evolução do preço da soja no mercado internacional.

Os investimentos chineses na Argentina vão além da simples transação comercial. Devido à questão da segurança alimentar da população chinesa, a estratégia para se garantir os alimentos é semelhante a sua política de investimentos em relação aos países africanos, dos quais se abastece de petróleo e outros recursos minerais. A RPC efetua compras no mercado mundial, adquire participações em empresas alimentícias mundiais, a fim de obter o seu controle, e compra terras aráveis em outros países. Dessas, a menos desejável são as compras externas, devido à dependência das políticas internas dos países produtores de alimentos, que poderiam restringir suas exportações para a China (CARDENAL; ARAUJO, 2011).

Os IED agropecuários da RPC na província de Rio Negro, na Argentina, estão em

conformidade com a estratégia chinesa de contribuir com a sua segurança alimentar, sem ter que passar pelos ditames do mercado internacional. A Argentina é a terceira maior exportadora de alimentos para a RPC¹¹³ e, dessa forma, a RPC considera o setor agropecuário da Argentina como uma oportunidade comercial e necessidade estratégica (CARDENAL; ARAUJO, 2011).

Nos últimos anos, foram assinados diversos acordos para o desenvolvimento de tecnologias na área de alimentos, biotecnologia e energia, como o *Protocolo para la Creación de un Centro Binacional Argentino-Chino en el Area e Ciencia y tecnologia de Alimentos*¹¹⁴, que é um instrumento para desenvolver tecnologias nas quais a Argentina possui capacitações e possibilidades de se aumentar as vendas e investimentos na China e, dessa forma, a própria China buscar fazer frente a sua crescente necessidade de alimentos e redução da população campesina; e o Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos Chineses na Argentina¹¹⁵ nos setores de energia, biocombustíveis, minério, processamento de alimentos, infraestrutura, maquinário agrícola, entre outros. Esses acordos representaram possibilidades de investimentos nos quais a Argentina possui competitividade (SEVARES, 2015).

Outros acordos importantes na área alimentar foram firmados. Um acordo bilateral no qual a China permite a importação de soja transgênica¹¹⁶, o Protocolo Fitossanitário que permitiu o acesso ao mercado chinês de produtos de economias regionais da Argentina e o acordo para a ampliação das importações de soja e milho transgênicos pela China (SEVARES, 2015).

Como exemplo do resultado deste incremento das relações comerciais, foi realizado o primeiro embarque de milho argentino para a RPC em 2013 e, como resultado do acordo fitossanitário de 2012, as exportações de milho para a China aumentaram 386% (SEVARES, 2015, p. 124).

De acordo com Sevares (2015), as relações econômicas com a RPC também

contemplaram a cooperação tecnológica, como a citada criação do Centro Binacional de Ciência e Tecnologia de Alimentos (ARGENTINA, 2008), o acordo para a produção de dois satélites entre a empresa argentina *Invetigación Aplicada S.A. (INVAP)*¹¹⁷ e o governo chinês, que ofereceu um sistema integral de lançamento destes satélites. A Argentina possui 35 acordos de ciência e tecnologia com a RPC nas áreas de processamento de carne, proteínas vegetais e segurança alimentar¹¹⁸.

O intercâmbio comercial com a RPC foi construído com base em diversos acordos comerciais. Pela sua quantidade e profundidade, a perspectiva é que continue aumentando, tendo em vista os interesses mútuos e a capacidade da Argentina em tecnologia alimentar (SEVARES, 2015).

O mês de julho de 2014 pode ser considerado um marco nas relações entre a Argentina e a China. Nesta ocasião o presidente chinês Xi Jinping visitou o país, quando foram assinados um acordo de associação estratégica integral¹¹⁹ e um convênio de cooperação econômica de investimentos¹²⁰, além de acordos mais específicos e que somam US\$ 7,5 bilhões de financiamentos em infraestrutura, especialmente ferrovias, locomotivas e vagões, hidrocarbonetos, na área nuclear, exportação de sorgo, entre outros (SEVARES, 2015).

O Convênio Marco de Cooperação Econômica com a China (ARGENTINA, 2014c) recebeu diversas críticas no país, pois os investimentos chineses passaram a gozar de maior vantagem do que outros países. O governo argentino poderá contratar empresas chinesas sem licitações, quando estas oferecerem financiamentos, e permite o ingresso de trabalhadores chineses na Argentina, como já ocorre em muitos países da África. Os setores da economia contemplados foram o energético, mineração, agricultura, produtos manufaturados e parques industriais. Em contrapartida, as empresas argentinas possuem os mesmos benefícios, mas há poucas empresas capazes de investir na China e não há agentes financeiros em condições de prover financiamento preferencial aos potenciais investidores,

além de não ser previsível que haja uma imigração de trabalhadores argentinos para a RPC. Como consequência, o provável a ocorrer será a redução da capacidade de competir das empresas argentinas contra as chinesas, nas obras e compras governamentais, o que reduz a capacidade do governo em promover a indústria e serviços do país (SEVARES, 2015).

Esse processo é semelhante ao que ocorre na África, em relação aos IED chineses, que são realizados no sentido de se garantir o fluxo de recursos energéticos, alimentos e matérias-primas e, em certa medida na Argentina, a ocorrência de uma imigração de trabalhadores chineses que podem se estabelecer neste país definitivamente.

Um dos acordos firmados, em julho de 2014, refere-se a instalação de uma base espacial de exploração lunar em Neuquén¹²¹, na Patagônia, por um período de 50 anos. Porém, segundo Sevares (2015), devido à existência de anexos sigilosos, é impossível avaliar a magnitude das concessões e consequências futuras. A construção da referida base foi noticiada este ano e será a terceira e mais moderna estação de pesquisa espacial da RPC, e a primeira fora do país. A base pertence ao PLA, porém é alegado pelas autoridades chinesas e argentinas que será operada por pessoal civil e terá uso pacífico, destinada às pesquisas científicas da Lua e de Marte. Porém, alguns analistas afirmam que a antena poderá ser utilizada para interceptação de satélites (PÉREZ, 2016).

Na área nuclear existem dois acordos¹²² para a construção, pela China, do quarto e quinto reatores nucleares na Argentina, sendo que o quinto reator será o do tipo PWR¹²³ de alta potência (ADIMRA, 2015).

No ano de 2009, o Banco Central da República da Argentina (BCRA) e o BPC realizaram um acordo de *swap* cambial¹²⁴, entre o peso argentino e o RMB, no valor de US\$ 10,2 bilhões por três anos, renovado em 2013, para garantir o acesso à moeda internacional, em caso de financiamento. Apesar de ter sido um acordo recíproco, na verdade configurou-se como um empréstimo, em RMB, para a Argentina importar produtos chineses. A RPC, até o

dia sete de agosto de 2016, possuía reservas cambiais da ordem de US\$ 3,2 trilhões de dólares¹²⁵, portanto não necessita de uma moeda em contínua depreciação, como é o caso do peso. Porém, a Argentina pode necessitar do aporte de divisas. Em julho de 2014, o acordo foi atualizado para onze bilhões de dólares e, em outubro, o BCRA realizou, pela primeira vez, duas incorporações nas reservas de RMB, na ordem de US\$ 814 milhões e US\$ 2.314 milhões (SEVARES, 2015).

No contexto da necessidade de divisas pela Argentina, essas incorporações reforçam a RPC como um país exportador, pois o RMB é controlado pela China e somente pode ser utilizado para a compra de produtos chineses. Portanto esta operação de *swap* condiciona a importação de produtos da RPC (SEVARES, 2015).

Segundo Sevares (2015), os IED da RPC na Argentina, conforme o Convênio Marco de Cooperação entre a Argentina e RPC¹²⁶, de 2014, prejudicam as empresas brasileiras, além das argentinas, que possuem ampla participação nos programas de infraestrutura da Argentina e de outros países da região.

Como exemplo, Sevares (2015) apresenta o caso do consórcio liderado pela empresa brasileira Camargo Corrêa, com participação das *Indústrias Metalúrgicas Pescarmona S.A.* (IMPSA), empresa argentina especializada em geração de energia, que venceu a licitação para a construção de duas represas no rio Santa Cruz, na Argentina, e que foi cancelada. O projeto foi entregue a um consórcio liderado pela empresa chinesa Gezhouba, que aportou financiamento oficial para a obra.

Um possível reflexo, decorrente do acordo de cooperação entre a Argentina e a RPC (ARGENTINA, 2014c), seria a diminuição do fluxo de investimentos e relações comerciais no seio do MERCOSUL, o que poderia enfraquecer o organismo regional (SEVARES, 2015).

Sevares (2015) observa que os acordos firmados com a RPC poderiam incentivar

investimentos diretos de empresas argentinas na própria China, mas estes investimentos devem estar associados a empresas locais e realizar transferência de tecnologias e, com o tempo, estas empresas passam a fabricar, independentemente, os produtos sem a necessidade de parceria com a empresa estrangeira. Contudo, as empresas estrangeiras que ingressam na Argentina não sofrem com essa ameaça. Diversas empresas chinesas já investem na Argentina, principalmente, nos setores do petróleo, energia elétrica, na indústria e no agronegócio.

Os principais IED da RPC na Argentina estão direcionados ao setor de hidrocarbonetos. Em 2009, a empresa *China National Offshore Oil Company* (CNOOC), gigante chinês do setor petrolífero, comprou 50% da empresa argentina Bidas¹²⁷, por US\$ 3,1 bilhões. Logo em seguida, a Bida comprou a *Pan American Energy* (PAE), empresa do grupo *British Petroleum*, por sete bilhões de USD, e agregou a concessão de *Cerro Dragón*, a mais produtiva, com as maiores reservas petrolíferas e com uma concessão de 40 anos, até 2057. Em 2011, a PAE adquiriu a Esso, da Exxon Mobil, com 700 pontos de abastecimento, o que ampliou o império da CNOOC, e de seus sócios argentinos, em pontos estratégicos de recursos de hidrocarbonetos (SEVARES, 2015).

Outro relevante IED chinês na Argentina foi a compra da Oxy¹²⁸ pela *China Petroleum & Chemical Corporation*¹²⁹ (SINOPEC), por US\$ 2.450 milhões. A Oxy é especializada em extração e exploração de hidrocarbonetos e pertencia a *Occidental Petroleum Corporation*¹³⁰ (SEVARES, 2015).

A Argentina possui uma das maiores reservas de xisto betuminoso do mundo, a formação de *Vaca Muerta*¹³¹ (FIG. 11, ANEXO B), na bacia de Neuquén, com capacidade para extração de 308 trilhões de pés cúbicos¹³² (TCF, sigla do inglês *Trillion Cubic Feet*) de gás de xisto (ou gás não convencional), porém *Vaca Muerta* não é a única região com tais reservas, as quais somam o total de 802 TCF. A Argentina é o segundo país em volume total de reservas de gás de xisto, perde para a China, e o quarto nas reservas de petróleo de xisto

(petróleo não convencional), com capacidade para 27 bilhões de barris. A reserva de *Vaca Muerta* é a única que se encontra em operação (ARGENTINA, 2016a). O país tem realizado concessões a empresas estrangeiras em *Vaca Muerta*, pois necessita de enormes investimentos para abrir novos poços e já possui acordos com a Chevron, Dow, Petronas e Gazprom¹³³. O grupo Bidas anunciou, em 2013, investimentos de quinhentos milhões¹³⁴ de USD, a YPF assinou um memorando de entendimento com a SINOPEC (YPF, 2015) e a própria YPF possui uma concessão de doze mil km² (YPF, 2016).

No setor de mineração, a empresa *China Metallurgical Group Corporation* comprou setenta por cento da *Compañía Minera de Sierra Grande* e reativou a mineração de ferro do depósito da Província de Rio Negro, com uma concessão de 20 anos. A empresa chinesa realizou investimentos de oitenta milhões de USD e investirá mais US\$ 150 milhões nos próximos anos. Outras empresas chinesas investem US\$ 33 milhões no setor e realizam prospecção de áreas com possibilidade de existir minério de ferro e cobre (SEVARES, 2015).

Mais recentemente, os IED de empresas chinesas são aplicados conforme a estratégia de garantir o abastecimento de alimentos, com a aquisição de participações acionárias e de empresas argentinas do setor alimentício e agrícola. A *China National Cereals, Oils & Foodstuffs* adquiriu 51% das ações da Nidera, empresa argentina, quinta maior exportadora de grãos do país, e todo o setor de agronegócio do *Noble Group*¹³⁵, se convertendo em um intermediário determinante no mercado de produtos agrícolas na Argentina e no mundo (SEVARES, 2015).

Para Sevares (2015), a política comercial é parte de uma política externa, que inclui a promoção da imagem da Argentina e promove o *soft power* do país, não somente pela exportação de produtos, mas por meio de IED que empresas argentinas têm realizado na China, em setores como a siderurgia, produtos químicos, biotecnologia, empresas com conteúdo tecnológico em seus produtos. Porém, a falta de um plano de ação em resposta a

política chinesa para a ALC (RPC, 2012) e de uma visão estratégica dificultam as relações com a RPC.

A expansão econômica da RPC busca ampliar novos mercados, atingindo o EEB. A Argentina, até 2015, durante o governo de Cristina Kirchner, ampliou o comércio e buscou parcerias com a RPC.

Apesar de todo o intercâmbio comercial, IED chineses na Argentina, e na América do Sul, e dos tratados assinados, como o Convênio Marco Cooperação Econômica com a China¹³⁶, o Acordo de Cooperação entre a Argentina e a RPC para a Construção e Operação de uma Base Espacial para a Exploração da Lua¹³⁷ e a Declaração Conjunta do Estabelecimento da Associação Estratégica entre a Argentina e China¹³⁸, não significa que conflitos entre os dois países não possam ocorrer.

Quanto aos acordos na área de defesa, entre a Argentina e a RPC, ambos os países assinaram um memorando de cooperação na área de defesa (ARGENTINA, 2012), no qual estão estabelecidos mecanismos como a CCD, intercâmbios, cooperação bilateral e exercícios conjuntos que aproximam as Forças Armadas de ambos os países, além da possibilidade de desenvolvimento da base industrial de defesa (BID) da Argentina, desenvolvimento de projetos de construção ou a aquisição de navios, ou outros equipamentos e meios militares.

No ano de 2015, foram noticiados em vários jornais e sites de notícias que a Argentina travava negociações com a RPC para a compra de produtos de defesa de origem chinesa, como navios patrulha oceânicos (NPaOc), aeronaves de asa fixa e blindados.

O jornal argentino *La Gaceta* (2015) noticiou que a Argentina mantinha negociações com a RPC para compra de doze, no máximo 24 aeronaves FC1/JF-17, porém não concretizado. A Argentina busca uma aeronave para substituir seus *Mirage*, conforme o projeto *Adquisición de Aeronaves Supersónicas II*, mas descartou a compra dos IAI Kfir C 10 israelenses. O projeto segue indefinido (INFODEFENSA, 2015a; 2015b).

Em janeiro de 2015, a RPC propôs à ARA a venda de NPaOc da classe Tipo 56, denominada de série “N”, de 1300 a 1800 toneladas de deslocamento, 89 a 96 metros de comprimento, quatro metros de calado e autonomia na faixa de duas mil a 3.500 milhas náuticas. A RPC também ofertou este navio ao Uruguai e um navio dessa classe já se encontra em operação na Nigéria. Em 2015, também foi noticiada a compra e produção conjunta de 110 blindados chineses Norinco VN1, da empresa *China North Industries Group* (Norinco), resultado do memorando de cooperação na área de defesa entre a Argentina e a China¹³⁹ (DEFENSA.COM, 2015a; 2015b).

O Ministro da Defesa da Argentina, Julio César Martinez, afirmou, em 14 de janeiro de 2016, que a Defesa do país está precária e com atraso tecnológico em equipamentos importantes das Forças Armadas argentinas e que, dessa forma, há a necessidade de adquirir tecnologia e fortalecer a BID da Argentina. O Ministro considera que a RPC é uma boa opção para se avançar nessas questões (ARGENTINA, 2016e).

A Argentina possui um grande potencial pesqueiro e barcos de países como a Espanha, Coreia e RPC adentram suas águas jurisdicionais (AJ) ilegal e impunemente, pela insuficiência de fiscalização e controle das autoridades locais (SEVARES, 2015, p. 139).

Apesar do Acordo de Cooperação sobre Pesca¹⁴⁰ com a RPC e do Conselho Federal Pesqueiro da Argentina ter permitido, a partir de 2013, a pesca por barcos chineses nas AJ da Argentina, para a captura da lula¹⁴¹, persiste a pesca ilegal no interior das AJ argentinas, envolvendo embarcações chinesas (SEVARES, 2015).

Em março de 2016, um navio patrulha da Prefeitura Naval Argentina interceptou e afundou um barco chinês que pescava ilegalmente na ZEE da Argentina (FIG. 12, ANEXO B). Alguns dias antes, um navio patrulha argentino havia efetuado disparos de advertência contra outra embarcação pesqueira chinesa, que ingressou na ZEE sem autorização e se evadiu (CUÉ, 2016).

A China é o maior mercado mundial de pescado, bem como a maior frota pesqueira ultramarina, com 2.460 embarcações. A dimensão da China e o tamanho de sua economia são aspectos chaves para se perceber que não só a Argentina, mas a América do Sul como um todo estão nos planos chineses com relação ao pescado (MARCO, 2016).

A pesca ilegal na ZEE da Argentina são atividades com potencial de conflito com o País envolvido, como no caso chinês, que, apesar de todos os acordos, em especial o da associação estratégica com a Argentina¹⁴², ainda assim, permite a ocorrência de pesca ilegal na ZEE da Argentina, por empresas chinesas.

3.3 Brasil, Argentina e a Influência da China no MERCOSUL

Conforme Watanabe (2015), no ano de 2014, na Argentina, houve uma queda nas importações de bens de capital do MERCOSUL da ordem de 34%, enquanto as importações da RPC cresceram 13%. A retração também ocorreu no de bens intermediários com uma queda de 9% para o MERCOSUL e um aumento de 9% para a RPC. Nesse contexto, o Brasil sofreu recuo nas exportações, devido à perda de espaço aos chineses, pois é responsável por cerca de 90% das exportações do MERCOSUL para a Argentina.

Apesar do crescimento das relações comerciais com a RPC, o Brasil ainda é o maior parceiro comercial da Argentina. O saldo da balança comercial entre os dois países é favorável ao Brasil, que é o principal destino das exportações e origem das importações da Argentina. A RPC é o segundo parceiro comercial da Argentina, sem considerar o bloco da União Europeia como um todo. A Argentina, da mesma forma que o Brasil, possui o saldo da balança comercial negativo com a China (ARGENTINA, 2016c).

Acredita-se ser imperativo o fortalecimento do MERCOSUL e a adoção de medidas coordenadas e conjuntas para as negociações comerciais com a RPC e a obtenção de

uma balança comercial positiva para os países do bloco regional. A necessidade de alimentos pela RPC confere poder de negociação ao MERCOSUL, que pode ser empregado para a negociação de tratados de livre comércio entre o bloco e a RPC.

Portanto, o MERCOSUL pode ser um instrumento de peso nas negociações comerciais com a RPC, tendo em vista a sua importância na oferta de alimentos. Segundo Mariano Turzi (2013, *apud* SEVARES, 2015), os países do MERCOSUL respondem pela metade das exportações mundiais de soja e seus derivados, o que confere poder de negociação frente a RPC, e que uma interação coordenada do setor agroindustrial dos países do bloco econômico poderia apontar para um novo regionalismo, com base nos interesses econômicos comuns.

Com a crescente importância do Oceano Pacífico no comércio mundial, com a China e Índia protagonizando cada vez mais o processo de globalização, é premente aos países da América do Sul contarem com saídas seguras e confiáveis a este oceano (ARGENTINA, 2011).

A Argentina possui projetos de infraestrutura que poderão dinamizar o comércio no seio do MERCOSUL e possibilitar o acesso do Brasil ao Oceano Pacífico por via terrestre. Estes projetos são o Corredor Bioceânico Aconcágua¹⁴³ e o Túnel de Água Negra¹⁴⁴ (SEVARES, 2015).

O Túnel Internacional de Água Negra Argentina-Chile será um ponto focal em um projeto mais amplo, referente ao Corredor Bioceânico Porto Alegre-Coquimbo, que permitirá uma eficaz vinculação econômica entre a Argentina, Brasil e o Chile. É considerada estratégica para a integração do MERCOSUL, para o desenvolvimento regional e da Argentina. O túnel promoverá maior intercâmbio comercial e agregará aproximadamente US\$ 252 bilhões ao PIB regional entre os três países (ARGENTINA, 2016f). Estima-se que a licitação da obra ocorra em 2016 e empresas chinesas, dentre outros países, manifestaram

interesse em participar do projeto (ROSSI, 2016).

De acordo com o LBDN (BRASIL, 2012a), o Brasil, com a maior costa atlântica do mundo, tem interesse na manutenção da paz e segurança neste oceano, que possui áreas estratégicas como a Garganta Atlântica¹⁴⁵; a ligação do Atlântico ao Pacífico, alternativa ao canal do Panamá, principalmente para os navios de grande porte; a rota do Cabo da Boa Esperança, que conecta o Atlântico Sul ao Oceano Índico, como alternativa ao Canal de Suez; e oferece o melhor acesso marítimo à região Antártica.

O Brasil passou por um conflito com a França sobre a pesca ilegal da lagosta nas AJB, no início da década de 1960. O episódio ficou conhecido como a Guerra da Lagosta¹⁴⁶, o que demonstra que interesses econômicos, respaldado pelo poder militar, podem ameaçar a soberania de um país e escalar para um conflito mais grave.

De fato, os recursos vivos e não vivos da ZEE podem atrair a cobiça de Estados estrangeiros, que atuariam de forma ilegal nas AJ de países como o Brasil e a Argentina.

Conforme observado pelo Almirante Roberto de Guimarães Carvalho (2004), as fronteiras da Amazônia Azul são apenas linhas traçadas sobre um mapa. O que realmente as define é a presença da Força Naval brasileira patrulhando suas águas. No mar não existem fronteiras definidas. Estas são delimitadas pela presença de navios de guerra, bem como a capacidade de detecção de navios a grandes distâncias no mar. Portanto, as riquezas da Amazônia Azul, seus recursos vivos e não vivos, podem ser alvo da cobiça de Estados estrangeiros, que podem invadir as AJB impunemente, caso o País não possua os meios para defender e proteger suas fronteiras marítimas.

Em aula inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares de 2014, da Escola de Guerra Naval, o então Chefe do Estado-Maior da Armada da MB, o Almirante de Esquadra Carlos Augusto de Sousa (2013) destacou que as transformações no cenário estratégico global, as tendências e a inserção internacional do Brasil são questões fundamentais na interação

entre a política externa e a política nacional de defesa. Dessa forma, a cooperação e a integração regional, destaques dessa interação, são fatores de estabilidade e prosperidade na América do Sul. Ainda segundo o Almirante Carlos Augusto (2013, p. 527) “cooperando com os vizinhos, as nossas próprias incertezas serão reduzidas”.

Além do incremento da interoperabilidade entre as Marinhas Amigas, para a aproximação e cooperação entre os países do EEB, como a Argentina, a consolidação da BID nesses países é fundamental para a promoção da confiança, segurança e modernização das Forças Armadas. Portanto, medidas no sentido de priorizar aquisições e realizar projetos conjuntos de fabricação de produtos de defesa poderão promover a BID sul-americana, o que poderá conferir maior autonomia a esses países (SOUSA, 2013).

Em 3 de julho de 2014, a Empresa de Gerenciamento de Projetos Navais¹⁴⁷ e a COTECMAR¹⁴⁸ assinaram um convênio para o desenvolvimento de um Navio Patrulha Amazônico¹⁴⁹ e, em 26 de outubro a Marinha do Peru, por meio da SIMA¹⁵⁰, aderiu ao convênio. Esse desenvolvimento conjunto do Navio Patrulha Fluvial Amazônico fortalece a cooperação na área de defesa dos três países (PLAVETZ, 2016).

Um dos projetos estratégicos da MB é a construção do Núcleo do Poder Naval, que inclui em um de seus programas a construção de quatro Corvetas Classe “Tamandaré” (OLIVEIRA, 2016). Este é um programa para uma nova classe de navios, cujo projeto de construção foi classificado pela RINAMIL¹⁵¹ e atenderá aos requisitos de meio ambiente da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL), o que facilitará uma futura comercialização deste navio a outras marinhas, fomentará a construção naval brasileira e a BID (SILVA, 2016).

O Brasil possui um Plano de Ação Conjunto com a RPC¹⁵² no qual, em seu artigo quarto, prevê diálogos para a promoção de iniciativas conjuntas e intensificação na cooperação em produtos de defesa (BRASIL, 2015b). Além deste plano, existe um Acordo

sobre Cooperação em Matéria de Defesa com a RPC¹⁵³, que prevê, em seu artigo primeiro, entre outras medidas, a cooperação em serviços e produtos de defesa, bem como sua gestão, pesquisa, aquisição, utilização e manutenção (BRASIL, 2011).

A Argentina e o Brasil possuem mecanismos, por meio de atos internacionais firmados com a RPC, que fornecem a base política para a realização de projetos conjuntos. Adicionalmente, o Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa¹⁵⁴, firmado em 30 de novembro de 2005, visa incrementar as relações entre a Argentina e o Brasil, de forma a promover a cooperação na gestão de política de defesa e ações nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de produtos e serviços de defesa.

Como a Argentina procura opções para a aquisição de NPaOc de até 1800 toneladas de deslocamento e o fato da China ter ofertado os NPaOc Tipo 56, infere-se que uma possibilidade a ser considerada pela MB seria propor à Argentina a participação, conjuntamente, no projeto de construção das Corvetas Classe “Tamandaré”, de forma a diminuir custos, ganhar escala e promover o incremento da cooperação entre ambos os países. Outra alternativa seria uma proposta de participar do projeto de construção de NPaOc, que se encontra em fase de concepção, conforme afirmado pelo Contra-Almirante Alexandre Rabello de Faria, Coordenador do Programa de Reaparelhamento da Marinha¹⁵⁵.

Observa-se como uma oportunidade a construção da Corveta “Tamandaré” em estaleiro chinês¹⁵⁶ associado a um estaleiro nacional, bem como a contratação de empresas da BID brasileira para as soluções dos diversos sistemas. Neste modelo, inicialmente a construção da primeira corveta poderia ser realizada em estaleiro chinês, contemplando a transferência de tecnologia e qualificação de engenheiros e técnicos brasileiros, e as demais a serem construídas em estaleiro nacional, de forma similar como foi o projeto das fragatas da classe “Niterói”, no qual quatro fragatas foram construídas no Reino Unido e as duas últimas, a Fragata “Independência” (F-44) e a Fragata “União” (F-45), construídas no Arsenal de

Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ). Outro exemplo, também bem-sucedido, foi a construção dos quatro submarinos classe “Tupi”, dos quais o primeiro foi construído na Alemanha e os demais no AMRJ. Esses modelos de projeto promoveram, de forma exitosa, a transferência de tecnologia ao País e proveram meios modernos e eficazes ao Poder Naval brasileiro.

A MB e ARA possuem um histórico de relacionamento que confere laços sólidos de amizade entre as duas Marinhas, e que são respaldados pelos acordos firmados¹⁵⁷, intercâmbios¹⁵⁸, exercícios e operações combinadas¹⁵⁹, entre as duas Marinhas. As Reuniões de Estados-Maiores entre a MB e a ARA promovem a aproximação entre as Marinhas, cuja décima quarta edição ocorreu entre os dias 17 e 21 de março de 2014, na qual foram discutidos temas de interesse e assumidos compromissos, conforme as ações planejadas no Plano de Cooperação Bilateral 2015/2016¹⁶⁰.

Nesse sentido, exercícios conjuntos com a PLAN, no âmbito das operações FRATERN¹⁶¹, ATLASUR¹⁶² e IBSAMAR¹⁶³, poderiam ser propostos, a fim de reforçar os laços de amizade entre essas Marinhas e aprimoramento de doutrinas como a A2/AD.

Além das parcerias comerciais e das relações entre o Brasil e a Argentina, a MB e a ARA possuem laços tradicionais de amizade. Dessa forma, verifica-se que poderia ser viável a construção conjunta de meios navais, como o projeto da Corveta “Tamandaré”, ou mesmo Navios Patrulhas Oceânicos, em prol tanto da MB quanto da ARA.

Com isso, infere-se que poderia ser aproveitado a presença e interesses da RPC nos respectivos países, muito além dos aspectos econômicos em relação a China, quanto à lógica de exportação de matérias-primas e alimentos e importação de manufaturados, para se negociar, de forma conjunta e coordenada, a construção de meios navais com o apoio da RPC em benefício dos dois países sul-americanos.

4 CONCLUSÃO

Este autor não pretendeu esgotar o assunto sobre a geopolítica da China, assunto complexo e estudado por diversos autores de renome como Kissinger, Kaplan, Erickson, Friedman, Bader, Guangkai, Liang, Qi, entre outros geopolíticos e estrategistas, que se dedicam a analisar o fenômeno do crescente poderio econômico, político e militar chinês, e a sua intrincada geopolítica, que afeta interesses e a balança de poder na Ásia e no mundo.

Esta tese teve como objetivo principal realizar uma análise da evolução do pensamento geopolítico chinês até os dias atuais, de forma a alcançar o entendimento de que a geopolítica da RPC é, essencialmente, econômica, e de que forma influencia a Argentina, país do Entorno Estratégico Brasileiro.

Com essas análises, este autor descreveu propostas de ações, que poderiam ser empreendidas pela MB, decorrentes das identificações das oportunidades e ameaças no contexto da geopolítica da RPC e na influência que esse país exerce na Argentina.

O Brasil e a China possuem certas semelhanças geopolíticas que os aproximam. Ambos encontram-se em paz com seus vizinhos, buscam a estabilidade regional e o desenvolvimento integrado e harmônico. Com enormes territórios continentais e extensa linha costeira, possuem semelhantes características de continentalidade e maritimidade. A importância do mar para os dois é crescente, pois suas LCM são as artérias do comércio exterior, fundamentais para o desenvolvimento econômico. Portanto, verifica-se que possuem o imperativo geopolítico de defesa e proteção de suas LCM.

A China, em seu passado imperial, negligenciou intencionalmente o mar, a partir da destruição da Esquadra de Zheng He, e de todos os seus registros, e dessa forma não desenvolveu um poder naval e não se tornou uma potência marítima, apesar de sua extensa costa. O mar era percebido como uma barreira.

Na antiguidade, a ordem mundial do Império Chinês era estruturada com base no confucionismo e em sua centralidade, o chamado Império do Meio. O poder terrestre exercia o papel principal na defesa, pois em suas fronteiras continentais existiam perigos de invasão por povos bárbaros, o que acentuou o afastamento do mar e o definhamento do poder marítimo chinês.

Uma característica do *ethos* do povo chinês é a visão sinocêntrica, derivada do confucionismo. O tamanho da população chinesa, sua paciência e persistência permitiram sobrepujar os antigos conquistadores, que foram assimilados pela cultura milenar chinesa. O *ethos* chinês foi um dos fatores que mantiveram a existência da nação chinesa, no período dos Cem Anos de Humilhação, e fundamentaram a sua ascensão como nova potência.

Na era de Mao Tsé-Tung, o mar continuou negligenciado, pois a China mantinha-se isolada e hostil em relação à ordem mundial, almejava a revolução contínua maoista e buscava a consolidação de suas fronteiras terrestres.

Com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, a RPC iniciou o caminho de abertura e reinserção no sistema internacional e, a partir da década de 1980, a RPC encontrou um relativo equilíbrio geopolítico e geoestratégico, o que permitiu focar no imperativo de crescimento econômico. As ameaças que se configuravam eram a fome, a pobreza e o atraso tecnológico e científico.

Vencidas as ameaças apontadas, a RPC se tornou a maior economia do mundo e crescentemente dependente do mar e de suas LCM. A RPC é a maior importadora de petróleo do mundo, dos quais mais de oitenta por cento são importados pelas LCM.

A RPC possui uma enorme população de 1,3 bilhão de pessoas e apenas sete por cento de suas terras são aráveis, portanto a China depende das importações de alimentos, os quais são obtidos de países, como o Brasil e a Argentina. De todas as importações de alimentos chineses, vinte por cento são originárias da Argentina, respondendo por quatro por

cento, e do Brasil, com os outros dezesseis por cento.

Verifica-se, portanto, ser um imperativo geopolítico que a RPC proteja suas LCM e garanta o acesso às fontes de alimentos, matérias-primas e energia, a fim de assegurar o seu crescimento econômico e o desenvolvimento continuado.

Essa proteção é provida pela PLAN, que cresce no sentido de se tornar uma marinha de águas azuis. Além disso, no contexto das relações internacionais, a RPC aplica um *soft power* nas relações econômicas com países de seu entorno e de além-mar, no sentido de distender oposições e conquistar a confiança, no que a RPC convencionou chamar de relações econômicas “ganha-ganha”.

Dessa forma, infere-se que a RPC seja um pilar de equilíbrio geopolítico na Ásia, uma força estabilizadora regional, pois converge aos seus interesses econômicos a conformação de um ambiente regional estável e pacífico, necessário ao seu desenvolvimento econômico.

A questão geopolítica da linha de nove traços é um fator potencial de crise política e militar, pois as ilhas e áreas marítimas em seu interior são disputadas pelo Vietnã, Filipinas, Taiwan e Malásia, além da própria China para terem a jurisdição e acesso aos recursos de hidrocarbonetos e pesqueiros da região. Entretanto, avalia-se que um conflito armado entre os países poderá não ocorrer, mesmo com a derrota da RPC para as Filipinas no Tribunal Permanente de Arbitragem.

A internacionalização do RMB e a estratégia *One Belt, One Road* consolidam o processo de globalização da economia da RPC. A nova rota da seda provê acesso a fontes de hidrocarbonetos por via terrestre, em um movimento estratégico para minimizar os riscos quanto à grande dependência da importação de petróleo por via marítima e a passagem pelo estreito de Málaca. Por outro lado, a RPC confere grande importância às suas LCM, com a iniciativa da rota da seda marítima e seu colar de pérolas, para o apoio logístico aos navios

PLAN, que patrulham as águas do Mar do Sul da China e Oceano Índico.

Infere-se que a geoestratégia da RPC *near seas*, ou A2/AD, para a defesa em profundidade de seu território da aproximação de forças navais hostis até a segunda cadeia de ilhas, e a *far seas*, além da segunda cadeia de ilhas, para a defesa das LCM e interesses chineses além-mar, apresentam possíveis aplicações para uma geoestratégia brasileira, no Atlântico Sul e em sua ZEE.

Em relação ao EEB, a RPC exerce crescente influência nos países da região, decorrente dos imperativos econômico e de segurança alimentar de sua imensa população, especialmente no principal parceiro do Brasil no MERCOSUL, a Argentina.

Consequentemente, empresas da RPC realizam IED para garantir o acesso às matérias-primas, recursos energéticos e alimentos, que somados ao aumento da importação de produtos industrializados da China, podem restringir o desenvolvimento e provocar a desindustrialização.

A RPC evoca uma política “ganha-ganha” com os países da América do Sul e Caribe, delineada no Livro Branco para a ALC, porém, verifica-se, nas transações comerciais com os países da América do Sul, como a Argentina e o Brasil, a lógica do comércio internacional entre os países centrais e os periféricos, no qual prevalece a importação de produtos industrializados da China e a exportação de alimentos, matérias-primas e petróleo, pelos países sul-americanos.

Nesse contexto, conclui-se que o MERCOSUL deve aproveitar o grande peso nas exportações de alimentos que o bloco possui e, mediante o estabelecimento de uma visão estratégica convergente, aumentar seu poder de negociação com a RPC. Estas negociações poderiam ser direcionadas para o estabelecimento de tratados de livre comércio entre o MERCOSUL e a China.

A Argentina possui um histórico de relacionamento com a RPC, com diversos

tratados assinados em diversas áreas, em especial os tratados na área econômica, de defesa e o de associação estratégica. Sua economia é cada vez mais dependente dos investimentos chineses.

Na área de defesa, a Argentina e o Brasil assinaram com a RPC acordos de cooperação, no qual existem mecanismos para a cooperação bilateral, desenvolvimento da BID e de projetos de construção ou a aquisição de navios. De fato, a China propôs à Argentina a venda de NPaOc Tipo 56 de até 1800 toneladas.

Portanto, após o estudo realizado sobre a geopolítica da China e a sua influência na Argentina, bem como as oportunidades e ameaças para a MB, este autor propõe as seguintes formulações de ações, com base nas geoestratégias unificada e de substituição, possíveis de serem adotadas pela MB, caso julgadas pertinentes pela Alta Administração Naval:

a) o Brasil, por meio da MB e demais Forças Armadas, poderia desenvolver uma doutrina de geoestratégia unificada, como a A2/AD, de modo a combinar tempo, distância e táticas de combate diferentes, com a integração de forças navais, aéreas e terrestres, além de satélites e radares de vigilância de costa, com a finalidade de defender áreas focais no oceano e proteger o continente, ou uma região estratégica específica;

b) a criação de uma base ou estação naval, com capacidade de atracação de navios-escolta e de apoio logístico, na Ilha de Fernando de Noronha;

c) a realização de estudos para a construção de uma pista de pouso para aeronaves de asa fixa, ou mesmo para veículos aéreos não tripulados na Ilha de Trindade, a serem controlados a partir da própria ilha;

d) a instalação e operação de radares de monitoramento e de vigilância, superfície e aérea, que poderiam ser integrados ao futuro SISGAAZ.

Após a análise da influência geopolítica da RPC na Argentina, realizada no

capítulo 3 desta tese, este autor infere que algumas propostas de ações podem ser formuladas:

a) realizar negociações com a ARA, a fim de propor a participação conjunta com a MB no projeto de construção da Corveta “Tamandaré” ou no projeto de construção de NPaOc, que ainda se encontra na fase de concepção na MB, o que poderia resultar em ganhos de escala e redução de custos, além da promoção da cooperação entre as Marinhas dos dois países;

b) a construção conjunta de meios navais em estaleiros chineses ou nacionais com apoio de empresas chinesas e participação da BID brasileira. Esta construção poderia ser semelhante aos modelos dos projetos das Fragatas Classe “Niterói” e Submarinos Classe “Tupi”;

c) a realização de operações navais conjuntas entre a ARA, MB e a PLAN.

Por fim, as ações propostas nesta tese são concepções, no entendimento deste autor, que refletem uma oportunidade para a MB reforçar a sua presença no Atlântico Sul, realizar estudos para o desenvolvimento de uma doutrina A2/AD, em áreas focais, e incrementar parcerias com a ARA, que beneficiem ambas as Marinhas, como uma forma de dividir esforços, reduzir custos e alavancar a construção de meios navais, fomentando nossa Base Industrial de Defesa.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Instituto Argentino del Petroleo y del Gas. *Shale em Argentina: Oportunidad Shale*. Buenos Aires: 2016a. Disponível em: <<http://www.shaleenargentina.com.ar/oportunidad-shale-57#.V5koMPkrI-U>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. Instituto Argentino del Petroleo y del Gas. *Shale em Argentina: Vaca Muerta*. Buenos Aires: 2016b. Disponível em: <<http://www.shaleenargentina.com.ar/vaca-muerta-72#.V5kiSfkrI-U>>. Acesso em 27 jul. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos – INDEC. *Balanza comercial argentina por zonas económicas y principales países. Años 2010-2015*. Buenos Aires: 2016c. Disponível em: <http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=3&id_tema_2=2&id_tema_3=40>. Acesso em: 29 jul. 2016.

_____. INVAP S.A. *Prefil de la Empresa*. Buenos Aires: 2016d. Disponível em: <<http://www.invap.com.ar/es/la-empresa/acerca-de-invap/prefil-de-la-empresa.html>>. Acesso em: 23 jul 2016.

_____. Ministerio de Defensa. *El Ministro Martínez se reunió con el embajador argentino en China*. Buenos Aires: 14 jan. 2016e. Disponível em: <<http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=22>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. *Los Ministros de Hacienda de Argentina y Chile acuerdan con el BID un préstamo que agiliza la construcción del Túnel Internacional de Agua Negra*. Buenos Aires: 15 abr. 2016f. Disponível em: <<http://www.economia.gob.ar/los-ministros-de-hacienda-de-argentina-y-chile-acuerdan-con-el-bid-un-prestamo-que-agiliza-la-construccion-del-tunel-internacional-de-agua-negra/>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. Ministerio de la Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva. Centro Argentino-Chino en Ciencia y Tecnología de los Alimentos. *Protocolo para la Creación de un Centro Binacional Argentino-Chino en el Area e Ciencia y tecnología de Alimentos*. Pequim: 01 set. 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwimr-OriYrOAhXFW5AKHR1EDp0QFghFMAU&url=http%3A%2F%2Fwww.mincyt.gob.ar%2F_post%2Fdescargar.php%3FidAdjuntoArchivo%3D31666&usg=AFQjCNEiR3U2oL39lQqyLxp67kGstyP_3A&sig2=cOQFpV9e7Ojd2EFYt4nz1A&bvm=bv.127984354,d.Y2I>. Acesso

em: 23 jul. 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Acuerdo de Cooperación entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Popular China sobre la Construcción, el Establecimiento y la Operación de una Estación de Espacio Lejano de China en la Provincia del Neuquén, Argentina, en el Marco del Programa Chino de Exploración de la Luna*. Buenos Aires: 18 jul. 2014a. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=10114&tipo=1&id=10640&caso=pdf>. Acesso em: 23 julho 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Acuerdo Entre El Gobierno De La República Argentina Y El Gobierno De La República Popular China Sobre La Cooperación En El Proyecto De Construcción del Reactor de Tubos de Presión y Agua Pesada en la República Argentina*. Buenos Aires: 18 julho 2014b. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=10334&tipo=1&id=10703&caso=pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Acuerdo Entre El Gobierno De La República Argentina Y El Gobierno De La República Popular China Sobre La Cooperación En El Proyecto De Construcción De Un Reactor De Agua Presurizada En Argentina*. Pequim: 04 fev. 2015. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=10057&tipo=1&id=10795&caso=pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Acuerdo para la Cooperación en los Usos Pacíficos de la Energía Nuclear entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Popular China*. Pequim: 15 abr. 1985. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=13550&tipo=1&id=3461&caso=pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Convenio Marco de Cooperación en Materia Económica y de Inversiones entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Popular China*. Buenos Aires: 18 julho 2014c. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=10337&tipo=1&id=10702&caso=pdf>. Acesso em: 23 julho 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Declaración Conjunta sobre el Establecimiento de la Asociación Estratégica Integral entre la República Argentina y la República Popular China*. Buenos Aires: 18 julho 2014d. Disponível em:

<http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=10338&tipo=1&id=10689&caso=pdf>. Acesso em: 23 julho 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Memorándum de Entendimiento entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Popular China para Expandir y Diversificar su Relación en Materia de Comercio e Inversiones*. Pequim: 13 jul. 2010. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=11997&tipo=1&id=9780&caso=pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Memorándum de Entendimiento entre el Ministerio de Defensa de la República Argentina y el Ministerio de Defensa Nacional de la República Popular China sobre Cooperación en Materia de Defensa*. Pequim, 03 jul 2012. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=10558&tipo=1&id=10240&caso=pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Memorándum de Entendimiento entre la República Argentina y la República Popular China sobre Cooperación en Materia de Comercio e Inversiones*. Buenos Aires: 17 nov. 2004. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=16413&tipo=1&id=7332&caso=pdf>. Acesso em 22 jul. 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Memorandum de Entendimiento sobre el Fortalecimiento de Intercambio y Cooperación en Materia de Defensa entre el Ministerio de Defensa de la República Argentina y el Ministerio de Defensa Nacional de la República Popular China*. Buenos Aires: 16 maio 2007. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=11642&tipo=1&id=8892&caso=pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores e Culto. Biblioteca Digital de Tratados. *Negociaciones entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Popular China para el Ingreso de la República Popular China a la Organización Mundial de Comercio*. Buenos Aires: 11 mar. 2000. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=11908&tipo=1&id=7337&caso=pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. Ministerio de Transporte. *Corredor Biocánico Aconcagua*. Buenos Aires: 11 ago. 2011. Disponível em: <http://www.transporte.gov.ar/content/acciones_elcorredorbiocenic_1313783614/>. Acesso em: 28 jul. 2016.

ASIAN MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE - AMTI. *ANOTHER PIECE OF THE PUZZLE: China builds new radar facilities in the Spratly Islands*. Washington, 2016a. Disponível em: <<https://amti.csis.org/another-piece-of-the-puzzle/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

_____. *Island Tracker*. Washington, 2016b. Disponível em: <<https://amti.csis.org/island-tracker/>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

ASOCIACIÓN DE INDUSTRIALES METALÚRGICOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA – ADIMRA. *Acuerdo entre Argentina y China por la V Central Nuclear*. Buenos Aires, 04 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.adimra.com.ar/index.do?sid=100&nid=1780>>. Acesso em: 23 jul 2016.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS – ASEAN. *Instrument of Accession to the Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia Indonesia*. Bali, 08 out. 2003. Disponível em: <http://asean.org/?static_post=instrument-of-accession-to-the-treaty-of-amity-and-cooperation-in-southeast-asia-2>. Acesso em: 04 jul. 2016.

BADER, Jeffrey A. How Xi Jinping Sees the World... and Why. *Brookings*, Washington D.C., fev. 2016. Disponível em <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/xi_jinping_worldview_bader-1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

BAKER, Rodger. Revisiting the Geopolitics of China. *Forbes*, Nova Iorque, 15 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/stratfor/2016/03/15/revisiting-the-geopolitics-of-china/?ss=Security#1c3045286d53>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

BANCO MUNDIAL. *Countries*. World Bank Group: Washington D.C., 06 abr. 2016a. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/china>>. Acesso em: 08 maio 2016.

_____. *GDP growth (annual %)*. World Bank Group: Washington D.C., 2016b. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?contextual=default&end=2015&locations=CN&start=1961&view=chart>>. Acesso em: 13 maio 2016.

_____. *World Data Bank*. World Bank Group: Washington D.C., 11 abr. 2016c. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. *World Data Bank*. World Bank Group: Washington D.C., 11 abr. 2016d. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP_PPP.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BAUMERT, Kevin; MELCHIOR, Brian. CHINA: Maritime Claims in the South China Sea. *Limits in the Seas*. Bureau of Oceans and International Environmental and Scientific Affairs of the U.S. Department of State, Washington, n. 143, 5 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/234936.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

BINGGUO, Dai. Adhere To The Path Of Peaceful Development. *USC US-China Institute*, Los Angeles, 06 dez. 2010. Disponível em: <<http://china.usc.edu/dai-bingguo-%E2%80%9Cadhere-path-peaceful-development%E2%80%9Ddec-6-2010>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BO, Zhou. The String of Pearls and the Maritime Silk Road. *China-United States Exchange Foundation*, Hong Kong, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.chinausfocus.com/foreign-policy/the-string-of-pearls-and-the-maritime-silk-road/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

BRAGA, Cláudio da Costa. *A Guerra da Lagosta*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004. 194 p.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. Ofício nº 30-240 de 31 de março de 2014. *XIV Reunião de Estados-Maiores (ReuEM) entre a Marinha do Brasil (MB) e a Armada Argentina (ARA)*. Brasília, 31 mar. 2014.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira é entregue ao Brasil*. Brasília, 26 mar. 2015a. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/jIPU0I5RgRmq/content/navio-de-pesquisa-hidroceanografico-vital-de-oliveira-e-entregue-ao-brasil>. Acesso em: 02 ago. 2016.

_____. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012a. 275 p.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. 1 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2012b. 155 p.

_____. Ministério da Defesa. *Projeto SisGAAZ*. Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/infograficos/14789-projeto-sisgaaz>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Defesa*. Pequim, 12 abr. 2011. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china-sobre-cooperacao-em-materia-de-defesa>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021*. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2015/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china-2015-2021>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

BRIDGES WEEKLY. RCEP Countries Concluded Auckland Round, Eye Next Steps. *International Centre for Trade and Sustainable Development*, Genebra, v. 20, n. 23, p. 1-3, 23 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/sites/default/files/bridgesweekly20-23a.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

BURNS, Alan. *Laying a Foundation for Ambition at Sea: The Role of the PLA (N) in China's Goal of Becoming a Maritime Power*. In: CHINA AS A “MARITIME POWER” CONFERENCE, 2015, Arlington. Arlington: Center for Naval Analyses. Disponível em: <https://www.cna.org/cna_files/pdf/Laying-Foundation.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2016.

CALLEN, Tim. PPP Versus the Market: Which Weight Matters?. *F&D Finance and Develop*, Washington D.C., v. 44, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2007/03/basics.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CARDENAL, Juan Pablo; ARAÚJO, Heriberto. *La silenciosa conquista china. Una investigacion por 25 paises para comprender como la potencia del siglo XXI esta forjando su futura hegemonia*. 2 Ed. Barcelona: Critica, 2012. p. 92-94; 177-183.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. A Amazônia Azul. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 124, n. 04/06, p. 19-21, abr/jun 2004.

CENTER FOR STRATEGIC AND BUDGETARY ASSESSMENTS - CSBA. *Commanding the Seas: Reinvigorating U.S. Navy Surface Warfare*. Washington, 17 nov. 2014. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=imgres&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi6y9utwNjOAhVJUZAkHaSrAqwQjB0IBA&url=http%3A%2F%2Fwww.csbaonline.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2014%2F11%2F111714-Press-Briefing-Slides.pdf&psig=AFQjCNE7KMBHuZgdF66pUex8x9O4ho9q_Q&ust=1472074866512913>. Acesso em: 23 ago. 2016.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO - CNUCED. *Bilateral FDI Statistics*. Genebra, 2014. Disponível em: <http://unctad.org/Sections/dite_fdistat/docs/webdiaeia2014d3_CHN.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

CUÉ, Carlos. E. Argentina metralha e afunda barco de pesca chinês em suas águas. *El Pais*. Buenos Aires, 16 mar. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/15/internacional/1458071690_194944.html>. Acesso em: 04 abr. 2016.

_____. Vaca Muerta, el sueño del oro negro argentino. *El Pais*. Neuquén, 17 jun. 2015. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/06/14/actualidad/1434286413_160142.html>. Acesso em: 27 jul. 2016.

CHIN, Gregory; YONG, Wang. 2010. Debating the International Currency System: What's in a Speech?. *China Security*, v. 6, n. 1 *apud* LEE, Jong-Wha. *Will the Renminbi Emerge as an International Reserve Currency?*. Asia Regional Integration Center, jun. 2010. Disponível em: <<https://aric.adb.org/grs/papers/Lee.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

CHINACULTURE.ORG. Han Ethnic Group. *Chinadaily.com.cn*, Pequim, 2016. Disponível em: <http://www.chinaculture.org/library/2008-02/05/content_23849.htm>. Acesso em: 26 jun. 2016.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Tradução de Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1989. 732 p. Título original: Vom Kriege.

CLEMENS, Morgan. *The Maritime Silk Road and the PLA*. In: CHINA AS A “MARITIME POWER” CONFERENCE, 2015, Arlington. Arlington: Center for Naval Analyses. Disponível em: <https://www.cna.org/cna_files/pdf/maritime-silk-road.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

COUTAU-BÉGARIE, Herv. *Tratado de Estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010, 664 p. Título original: *Traité de Stratégie*.

CUNNINGHAM, Nick. The Battle For China's Oil Market. *OILPRICE.com*, 15 jul. 2015. Disponível em: <<http://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/The-Battle-For-Chinas-Oil-Market.html>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

DEFENSA.COM. Argentina compra blindados chino Norinco VN 1. *Defensa.com*, Buenos Aires, 09 jun. 2015a. Disponível em: <<http://www.defensa.com/frontend/defensa/argentina-compra-blindados-chinos-norinco-vn-1-vn15873-vst330>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. La Oferta Naval China a la Armada Argentina y sus Efectos en los Países Vecinos. *Defensa.com*, Buenos Aires, 30 jan. 2015b. Disponível em: <<http://www.defensa.com/frontend/defensa/oferta-naval-china-armada-argentina-efectos-paises-vecinos-vn14550-vst330>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

DENG, Gang. *Maritime Sector, Institutions, and Sea Power of Premodern China*. 1 Ed. Westport: Greenwood Publishing Group, 1999, p. 135-137. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ddcV_cGegX4C&pg=PA137&lpg=PA137&dq=china+maritime+ban&source=bl&ots=oD_LWLd5eR&sig=ypjuGsYyCIcSxt0aTf6AiYSlaK4&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwihtMTi3fjLAhXGq4KHTSJDicQ6AEIQDAH#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 05 abr. 2016.

DOMÍNGUEZ, Gabriel. China's nine-dashed line has 'no basis under international law'. *Deutsche Welle*, 27 jul. 2015. Disponível em <<http://www.dw.com/en/chinas-nine-dashed-line-has-no-basis-under-international-law/a-18609290>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

EITEMAN, David K.; STONEHILL, Arthur I.; MOFFETT, Michael H. *Administração Financeira Internacional*. Tradução Christiane de Britto. 12 Ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2013, 620 p.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. Indochina Wars. *Encyclopædia Britannica*, London, 2016. Disponível em: <<http://global.britannica.com/event/Indochina-wars>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ERICKSON, Andrew; CARLSON, Christopher. Sustained support: the PLAN evolves its expeditionary logistics strategy. *IHS Jane's Navy International*, 2016. Disponível em: <http://www.janes360.com/images/assets/822/58822/Sustained_support_the_PLAN_evolves_its_expeditionary_logistics_strategy.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

ERICKSON, Andrew; GOLDSTEIN, Lyle. GUNBOATS FOR CHINA'S NEW "GRAND CANALS"? Probing the Intersection of Beijing's Naval and Oil Security Policies. *Naval War College Review*, Newport, v. 62, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://www.usnwc.edu/getattachment/f655705e-0ef3-4a21-af5a-93df77e527fa/Gunboats-for-China-s-New-Grand-Canals---Probing-t>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

ERICKSON, Andrew S. (Ed.); GOLDSTEIN, Lyle J. (Ed.); LORD, Carnes (ed.). *CHINA GOES TO SEA: Maritime Transformation in Comparative Historical Perspective*. 1 Ed. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. 485 p.

ESCUDE, Carlos. *Principios de Realismo Periférico: Una teoría argentina y su vigencia ante el ascenso de China*. 1 Ed. Buenos Aires: Ediciones Lumiere, 2012. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/documentos/Principios-del-realismo-periferico.pdf>>. Acesso em: 22 jul 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – EUA. Central Intelligence Agency. *Library*. Washington D.C., 2016a. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/cia-maps-publications/map-downloads/china_admin.jpg/image.jpg>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. Central Intelligence Agency. *East & Southeast Asia: China*. Washington D.C., 2016b. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. Central Intelligence Agency. *East & Southeast Asia: Spratly Isl.* Washington D.C., 2016c. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pg.html>>. Acesso em: 05 ago, 2016.

_____. United States Department of State. *Kennan and Containment, 1947*. Washington D.C., 2016c. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1945-1952/kennan>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. United States Energy Information Administration. *China is now the world's largest net importer of petroleum and other liquid fuels*. Washington D.C., 24 mar. 2014a. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=15531>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

_____. United States Energy Information Administration. *World oil transit chokepoints critical to global energy security*. Washington D.C., 01 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=18991>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. United States Navy. United States Navy Fact File. *AEgis Weapon System*.

Washington D.C., 2016d. Disponível em: http://www.navy.mil/navydata/fact_display.asp?cid=2100&tid=200&ct=2. Acesso em: 08 jul. 2016.

FIORI, José Luis. *O Brasil e o seu Entorno Estratégico na Primeira Década do Século XXI*. Revista Carta Maior, 2014. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Brasil-e-seu-%27entorno-estrategico%27-na-primeira-decada-do-seculo-XXI/4/28080>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, 255 p.

FRIEDMAN, George. *The Geopolitics of China: A Great Power Enclosed*. Stratfor, Austin, 15 jun. 2008. Disponível em: https://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-china-great-power-enclosed?utm_campaign=link&utm_medium=official&utm_source=googleplus. Acesso em: 14 mar. 2016.

FUNDO MONITÁRIO INTERNACIONAL – FMI. *Special Drawing Right (SDR)*. Washington, 06 abr. 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/sdr.htm>. Acesso em: 03 ago. 2016.

_____. *World Economic Outlook*. Google Public Data Explorer, 15 abr. 2015a. Disponível em: http://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=k3s92bru78li6_&ctype=l&strail=false&bcs=d&nselm=h&met_y=pppsh&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=world&idim=world:Earth&idim=country:CN:US&ifdim=world&tstart=645246000000&tend=1592017200000&hl=en&dl=en&ind=false. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. *World Economic Outlook*. Google Public Data Explorer, 15 abr. 2015b. Disponível em: http://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=k3s92bru78li6_&hl=en&dl=en#!ctype=l&strail=false&bcs=d&nselm=h&met_y=ngdpd&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=world&idim=country:CN:US:JP:DE:GB&ifdim=world&tstart=645332400000&tend=1592103600000&hl=en_US&dl=en&ind=false. Acesso em: 13 jun. 2016.

GLOBALSECURITY.ORG. *Chinese Warships*. Alexandria, abr. 2016a. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/china/navy.htm>. Acesso em: 08 jul. 2016.

_____. *WU-14 Dong Feng-21D (DF-21D) / CSS-5 Mod 5 - Anti-Ship Ballistic (ASBM)*. Alexandria, abr. 2016b. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/wmd/world/china/df-21d.htm>. Acesso em: 08 jul. 2016.

GOLDEN, Sean. LA PERCEPCIÓN DEL RIESGO: Una Visión desde China. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, Barcelona, n. 89-80, p. 63-83, abr. 2010 *apud* SEVARES, Julio. *China: Un socio imperial para Argentina y América Latina*. 1. ed. Buenos Aires: Edhasa, 2015. 208 p.

GUANGKAI, Xiong. *International Situation and Security Strategy*. 1. ed. Pequim: Foreign Languages Press, 2009. 319 p.

HAIJUN 360. *Chinese Naval Power*. Pequim, 2016. Disponível em: <<http://www.haijun360.com/>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

HOARE, James. On This Day – Beginning of Sino-Vietnamese War. *Hystory Answers*, Bournemouth, 17 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.historyanswers.co.uk/history-of-war/day-beginning-sino-vietnamese-war/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

INDIA. Ministry of External Affairs. *Declaration on Principles for Relations and Comprehensive Cooperation Between the Republic of India and the People's Republic of China*. 23 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/in-focus-article.htm?7679/Declaration+on+Principles+for+Relations+and+Comprehensive+Cooperation+Between+the+Republic+of+India+and+the+Peoples+Republic+of+China>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

INFODEFENSA.COM. Argentina asigna 267 millones de dólares a la compra de aviones supersónicos. *Infodefensa.com*, Montevideu, 16 set. 2015a. Disponível em: <<http://www.infodefensa.com/latam/2015/09/16/noticia-argentina-asigna-partida-adicional-compra-aviones-supersonicos.html>>. Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Argentina cancela “in extremis” la compra de los 14 cazas IAI Kfir C. 10 a Israel. *Infodefensa.com*, Montevideu 11 nov. 2015b. Disponível em: <<http://www.infodefensa.com/latam/2015/11/11/noticia-argentina-cancela-compra-cazas-israel.html>>. Acesso em 01 ago. 2016.

KAPLAN, Robert D. The South China Sea will be the battleground of the future. *Business Insider*, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/why-the-south-china-sea-is-so-crucial-2015-2>>. Acesso em: 02 abril 2016.

KENNAN, George F. The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, Nova Iorque, v. 25, n. 4, jul. 1947. Ensaio. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

KIM, Ha-young. Imperialism and instability in East Asia today. *International Socialism Journal*, Londres, 10 abr. 2013. Disponível em: <<http://isj.org.uk/imperialism-and-instability-in-east-asia-today/>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. 1 Ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011. 572 p.

LA GACETA. Argentina evalúa ofertas para comprar 24 aviones de combate. *La Gaceta*, Tucumán, 17 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.lagaceta.com.ar/nota/630477/politicanacional/argentina-evalua-ofertas-para-comprar-24-aviones-combate.html>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

LEE, Jong-Wha. *Will the Renminbi Emerge as an International Reserve Currency?*. Asia Regional Integration Center, jun. 2010. Disponível em: <<https://aric.adb.org/grs/papers/Lee.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

LIANG, Qiao. One belt, one road. *Heartland Eurasian Review of Geopolitics*, 17 jul 2015. Disponível em: <http://temi.repubblica.it/limes-heartland/one-belt-one-road/2070?refresh_ce>. Acesso em: 29 mar. 2016.

LIENA, Fei; XUEPENG, Geng; SI, Liu. Commentary: SCO Tashkent summit to lubricate security, economic “wheels”. *Xinhuanet*, Pequim, 23 jun 2016. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2016-06/23/c_135460557.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MACIAS, Amanda. The Hague just threw out Beijing's '9-dash line' in the South China Sea ruling. *Business Insider*. Nova Iorque, 12 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/no-nine-dash-line-in-the-south-china-sea-2016-7>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

MACKINDER, Halford John. The geographical pivot of history. *The Geographic Journal*, v. 170, Londres, n. 4, p. 298-321, dez. 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj2l9vumfHLAhUCS5AKHX0vBMQQFggnMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.iw.p.edu%2FdocLib%2F20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf&usq=AFQjCNG0ZLSa4dGu7g6RFVFsfhDKC6Cy8w&sig2=kInc-CjEUrZB5ngACM1KtQ>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. The Round World and the Winning of the Peace. *Foreign Affairs*, Nova Iorque, v. 21, n. 4, p. 595-605, jul. 1943.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*. Mineola: Dover Publications Inc., 1987, 557 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=nc7H1eQiArQC&dq=The+Influence+of+Sea+Power+Upon+History:+1660-1783+Dover+Publications&hl=pt-BR&source=gbp_navlinks_s>. Acesso em: 02 abr. 2016.

MARCO, Gabriel García. La enorme operación ilegal de barcos pesqueros de China en aguas de América Latina. *BBC Mundo*, 21 mar. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/03/160316_enorme_operacion_ilegal_barcos_pesqueros_china_aguas_america_latina_dgm>. Acesso em: 31 jul. 2016.

MCDEVITT, Michael. *Becoming a Great "Maritime Power": A Chinese Dream*. Arlington: Center for Naval Analysis, 2016a, 160 p. Relatório. Disponível em: <https://www.cna.org/cna_files/pdf/IRM-2016-U-013646.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. *China's Far Sea's Navy: The Implications of the "Open Seas Protection" Mission*. In: CHINA AS A "MARITIME POWER" CONFERENCE, 2016b, Arlington. Arlington: Center for Naval Analyses. Disponível em: <https://www.cna.org/cna_files/pdf/China-Far-Seas-Navy.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?*. São Paulo: EDUSP, 1999. 228 p.

MERRIAM-WEBSTER. *Power Politics*. Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/power%20politics>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MÜLLER, Leonardo Jones. MAN SUP – Mais que um míssil, um aprendizado. *Portal Defesa*, 10 nov. 2014. Disponível em: <<http://portaldefesa.com/3474-man-sup-mais-que-um-missil-um-aprendizado/>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

NYE, Joseph S. *Soft Power*. *Foreign Policy*, Arlington, n. 80, p. 153-171, out 1990. Disponível em: <<http://faculty.maxwell.syr.edu/rdenever/PPA-730-27/Nye%201990.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2016.

OLIVEIRA, Fernando Mauro B. de. *Projetos Estratégicos da Marinha*. In: SEMINÁRIO NAVAL BRASIL-FRANÇA, 2016, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/eventos/seminario-naval-brasil-franca.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC. *International Trade statistics: 2015*. Genebra, 2015. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2015_e/its2015_e.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

OSVALDO, Rosales; KUWAYAMA, Mikio. *China y América Latina y Caribe: Hacia una Relación Económica y Comercial Estratégica*. 1 Ed. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), mar. 2012. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2598/1/S1100769_es.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016.

PADILHA, Luiz. DAN Entrevista o Coordenador do Programa de Reaparelhamento da Marinha - 1ª Parte. *Defesa Aérea & Naval*, 19 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/dan-entrevista-o-coordenador-do-programa-de-reaparelhamento-da-marinha-1a-parte/>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

PÉREZ, Cristina. A misteriosa base que a China está construindo na Patagônia argentina. *BBC Brasil*, 19 março 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160318_china_base_patagonia_fn>. Acesso em: 03 abr. 2016.

PLAVETZ, Ivan. Brasil, Colômbia e Peru construirão barco patrulheiro para Amazônia. *Tecnologia & Defesa*, Osasco, 10 jan. 2016. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/brasil-colombia-e-peru-construirao-barco-patrolheiro-para-amazonia/>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

QI, Xu. Maritime Geostrategy and the Development of the Chinese Navy in the Early Twenty-First Century. Tradução de Andrew S. Erickson e Lyle J. Goldstein. *Naval War College Review*, Newport, v. 59, n. 4, p. 47-67, out. 2006. Disponível em: <<https://www.usnwc.edu/getattachment/2e68a7da-601b-4e59-951d-44ef56ecf949/Maritime-Geostrategy-and-the-Development-of-the-Ch.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA - RPC. Central People's Government of the People's Republic of China. *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. Pequim, 2012. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm>. Acesso em: 16 jul. 2016.

_____. China Internet Information Center. *One Country, Two Systems*. Pequim, 22 jun. 1984. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/dengxiaoping/103372.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. Embaixada da República Popular da China no Brasil. *Notícias de Atualidade*. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t865777.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

_____. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. *Build a new international order on the basis of the Five Principles of Peaceful Coexistence*. Pequim, 2016a. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18016.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2016.

_____. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. *China-Pakistan Joint Declaration*. Pequim, 04 nov. 2003. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t40148.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2016.

_____. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. *Treaty of Good-Neighborliness and Friendly Cooperation Between the People's Republic of China and the Russian Federation*. Pequim, 24 jul. 2001. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t15771.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2016.

_____. State Council Information Office of the People's Republic of China. *China's Military Strategy*. Pequim, 26 maio 2015. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2015-05/26/content_20820628.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

_____. State Council Information Office of the People's Republic of China. *White Paper on Socialist Legal System with Chinese Characteristics*. Pequim, 27 out. 2011b. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7137666.htm>. Acesso em: 29 jun. 2016.

_____. Xinhua Finance Agency. *The Belt and the Road: The Silk Road Economic Belt and 21-st Century Maritime Silk Road*. Hong Kong, 2016b. Disponível em: <<http://en.xinfinance.com/html/OBAOR/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ROSSI, Antonio. Macri relega el proyecto de Eurnekian y se inclina por el túnel de Agua Negra de Gioja. *La Política Online*, 21 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.lapoliticaonline.com/nota/94854/>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

SEVARES, Julio. *China: Un socio imperial para Argentina y América Latina*. 1. ed. Buenos Aires: Edhasa, 2015. 208 p.

SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION - SCO. *Sobre SCO*. Pequim, 2016. Disponível em: <http://rus.sectsko.org/about_sco/>. Acesso em: 04 jul. 2016.

SILVA, José Luiz Rangel da. Projeto Corveta Classe Tamandaré. In: SEMINÁRIO NAVAL BRASIL-FRANÇA, 2016, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/eventos/seminario-naval-brasil-franca.htm>>. Acesso em: 03 ago.2016.

SOUSA, Carlos Augusto de. *O Entorno Estratégico Brasileiro e as Perspectivas de Cooperação da MB*. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 523-538, dez. 2013.

SPYKMAN, Nicholas John. *The geography of the peace*. 1 ed. United States: Archon Books, 1969. 66 p.

STRATFOR. East Asian Sea Lanes. *Stratfor*, Austin, 2014. Disponível em <https://www.stratfor.com/sites/default/files/styles/stratfor_full/public/main/images/east_asia_sea_lanes.jpg?itok=q_co6B5D>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. Framing China's Future: What China Owes a Bygone Era. *Stratfor*, Austin, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/what-china-owes-bygone-era>>. Acesso em: 22 maio 2016.

_____. How a Chinese Billionaire Got Invested in Nicaragua's Canal Plan. *Stratfor*, Austin, 05 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/how-chinese-billionaire-got-invested-nicaraguas-canal-plan>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

TURZI, Mariano. Opiniones del académico Mariano Turzi: La República de la Soja. *Revista Dang Dai*, Buenos Aires, n. 6, 5 maio 2013 *apud* SEVARES, Julio. *China: Un socio imperial para Argentina y América Latina*. 1. ed. Buenos Aires: Edhasa, 2015. 208 p.

UNIVERSIA. Moeda na China. *Ciudad Gurpo Santander*, Boadilla del Monte, 2016. Disponível em: <<http://cursos-internacionais.universia.net/china/viver/moedas.html>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

UNIVERSIDADE DO TEXAS. Biblioteca da Universidade do Texas. China-Indian border. *U.S. Central Intelligence Agency*, Austin., 1988. Escala 1:14.500.000. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/china_india_border_88.jpg>. Acesso em: 05 jun 2016.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumiere; HENTZ, Luiz Antônio Soares. Islas Malvinas versus Falkland Islands: O arquipélago da discórdia. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 50, n. 198, p. 189-209, abr. 2013. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496960/000983411.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Consequências Estratégicas para uma Marinha de Águas Marrons. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 7-20, dez. 2010. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/pagina_revista/n16/_edicao16.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

WATANABE, Marta. China tira mercado do Mercosul na Argentina. *Valor Econômico*, 11 de fev. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3906464/china-tira-mercado-do-mercossul-na-argentina>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

WORLD SHIPPING COUNCIL. *About the Industry*. Washington D.C., 2016. Disponível em: <<http://www.worldshipping.org/about-the-industry/global-trade/ports>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

XINHUANET. *6.5 pct annual growth China's bottom line for 2016-2020*. Pequim, 03 nov. 2015. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-11/03/c_134779826.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

YPF. *Vaca Muerta*. Buenos Aires, 2016. Disponível em: <<http://www.ypf.com/EnergiaYPF/Paginas/vaca-muerta.html>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. *YPF y Sinopec firman un MOU para desarrollar nuevos proyectos de petróleo y gas en el país*. Pequim, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.ypf.com/YPFHoy/YPFSalaPrensa/Documents/12-YPF-Sinopec-MOU-Press-Release.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

YU, Wang. Our Way: Building Socialism with Chinese Characteristics. *PA Political Affairs*, 15 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.politicalaffairs.net/our-way-building-socialism-with-chinese-characteristics/>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

YUNZHU, Yao. China's Military Strategy: Defensive or Offensive?. *Valdai Club Foundation*, 25 jun. 2015. Disponível em: <http://valdaiclub.com/a/highlights/china_s_military_strategy_defensive_or_offensive/>. Acesso em: 04 jul. 2016.

ZHOU, Lihuan; LEUNG, Denise. China's Overseas Investments, Explained in 10 Graphics. *World Resource Institute*, Washington, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.wri.org/blog/2015/01/china%E2%80%99s-overseas-investments-explained-10-graphics>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ANEXO A – Gráficos

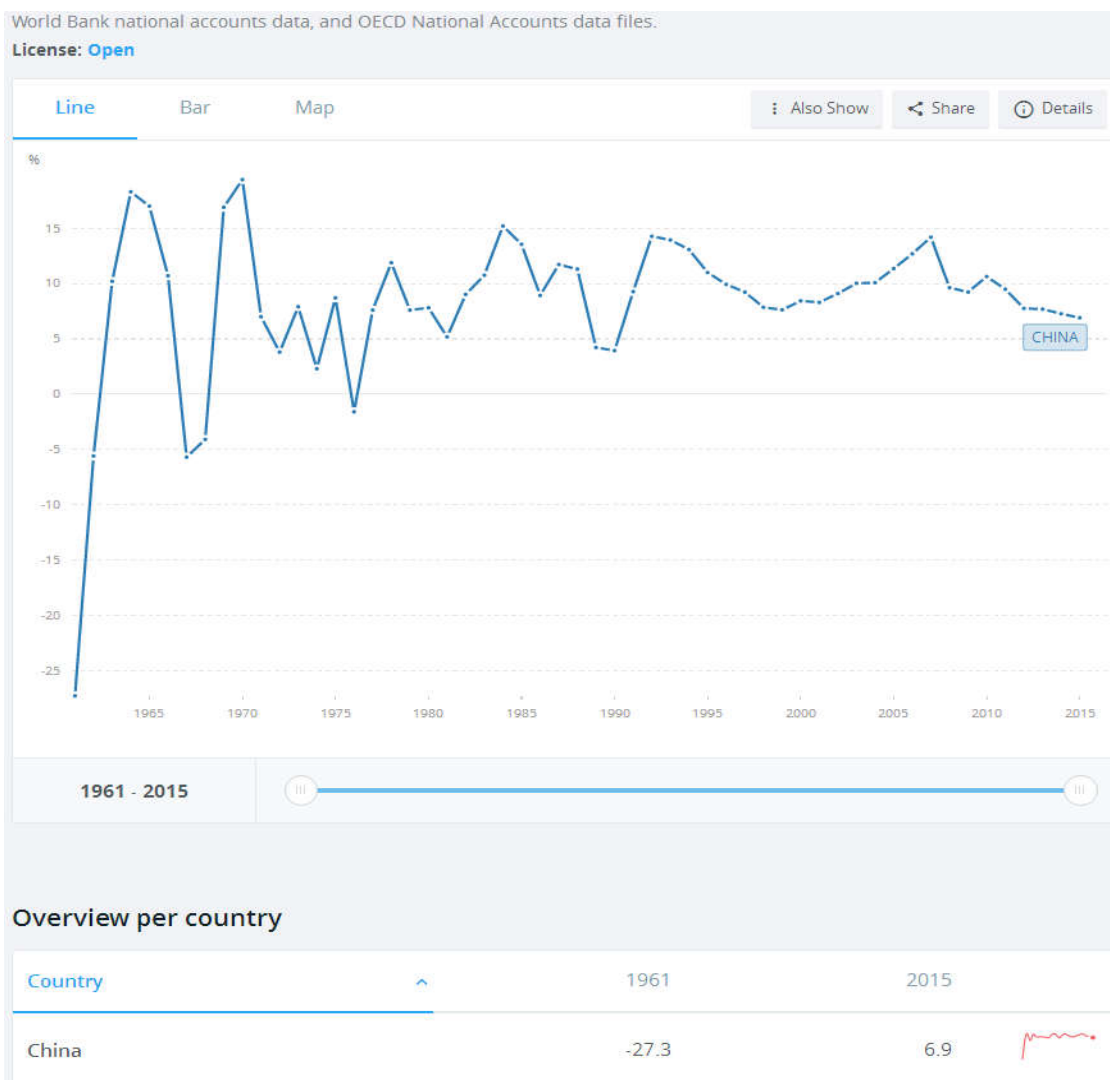
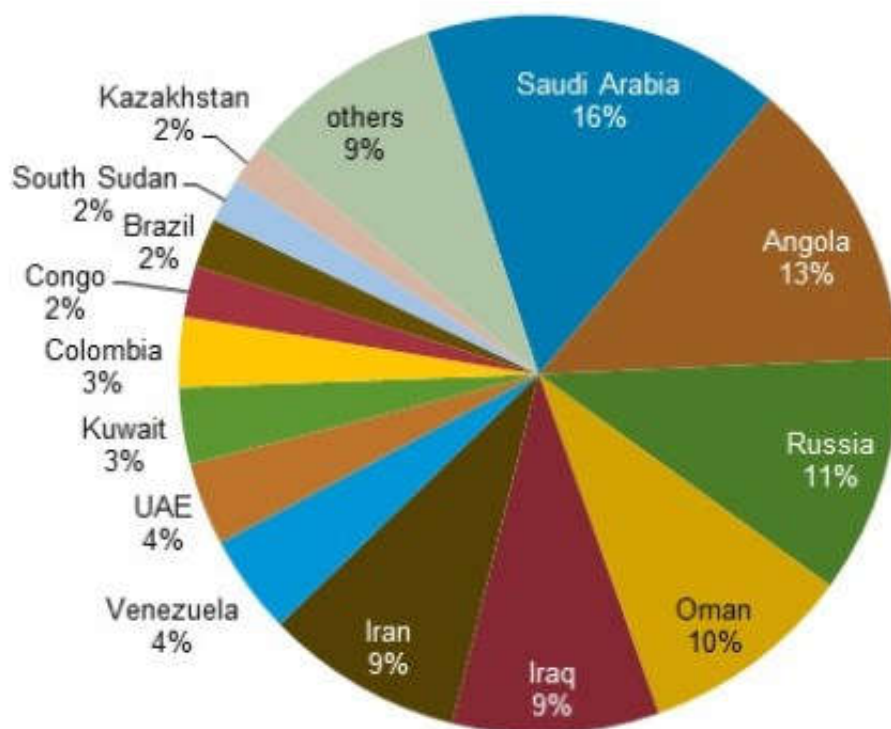


GRÁFICO 1 – Percentual de crescimento do PIB da China de 1961 a 2015.
Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016b.

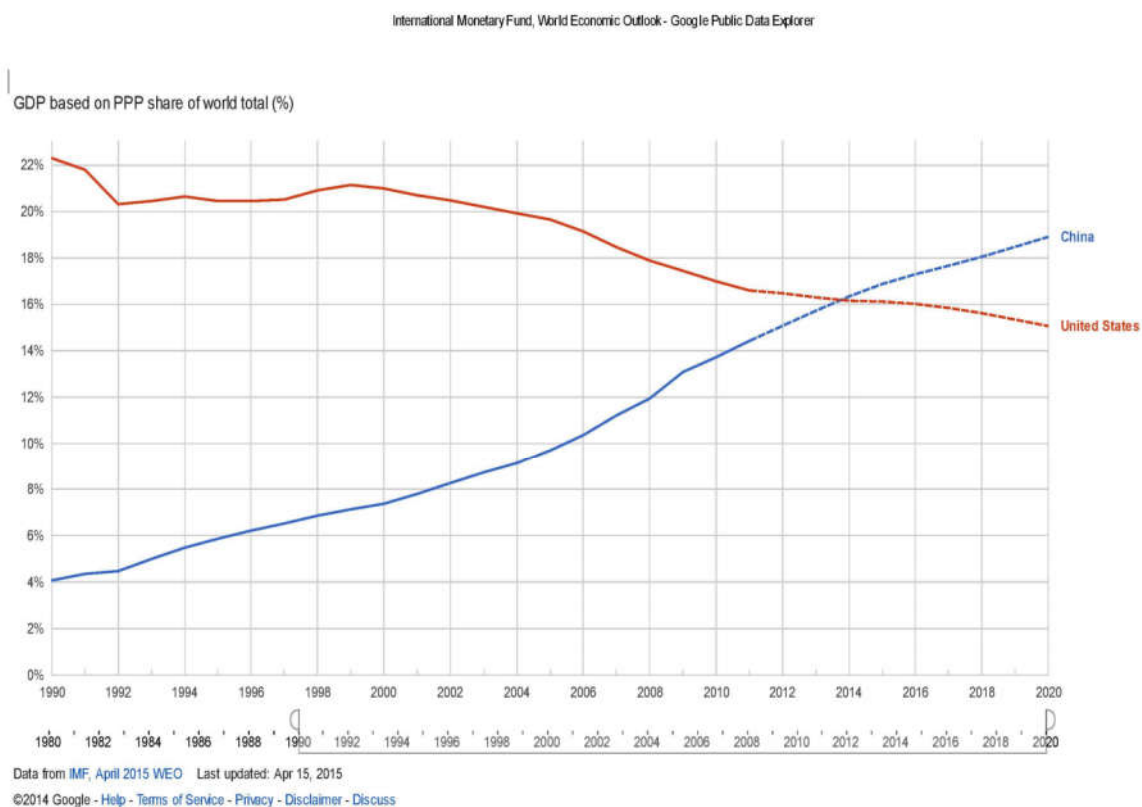
China's crude oil imports by source, 2014



Sources: FACTS Global Energy, Global Trade Information Services, Inc.

GRÁFICO 2 – Importações de Petróleo da China em Percentuais de Participação por Países.

Fonte: CUNNINGHAM, 2015.

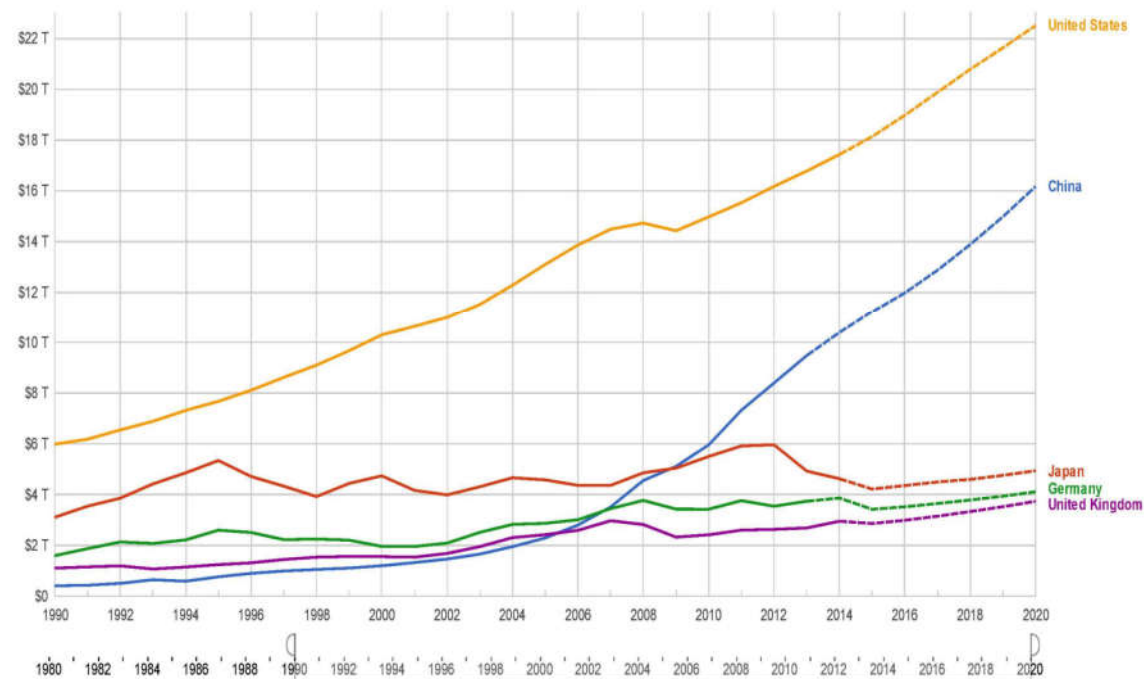


http://www.google.com.br/publicdata/explorer?ds=k3s92tru78li6_&ctype=l&strail=false&bcs=d&nselm=h&met_y=pppsh&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=world&idim=world:Earth&idim=country:CN:US&idim=world&start=645246000...

GRÁFICO 3 – PIB baseado na paridade de poder de compra da China e dos EUA em relação total mundial.
Fonte: FMI, 2015a.

International Monetary Fund, World Economic Outlook - Google Public Data Explorer

GDP, current prices

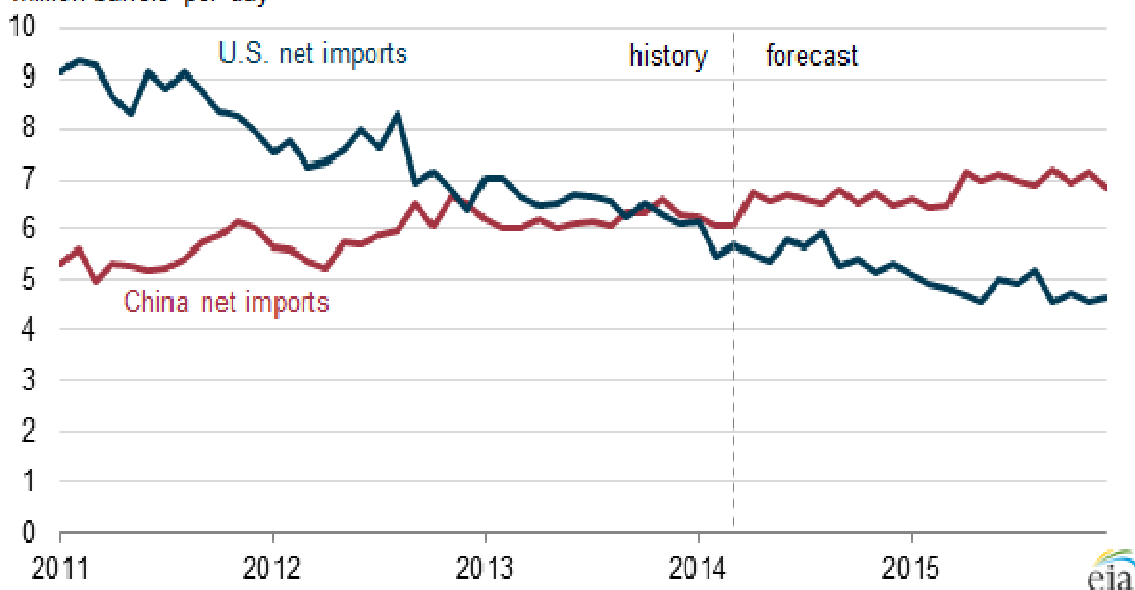


Data from IMF, April 2015 WEO Last updated: Apr 15, 2015

©2014 Google - [Help](#) - [Terms of Service](#) - [Privacy](#) - [Disclaimer](#) - [Discuss](#)

GRÁFICO 4 – PIB das 5 maiores economias do mundo, preço corrente.
 Fonte: FMI, 2015b.

Comparison of net petroleum and other liquids imports for China and the United States
million barrels per day



Source: U.S. Energy Information Administration, Short-Term Energy Outlook, March 2014

Note: Net petroleum and other liquids imports are defined as total liquid fuels consumption minus domestic production.

GRÁFICO 5 – Comparação da importação de petróleo entre a China e os EUA.
Fonte: EUA, 2014a.

ANEXO B - Mapas

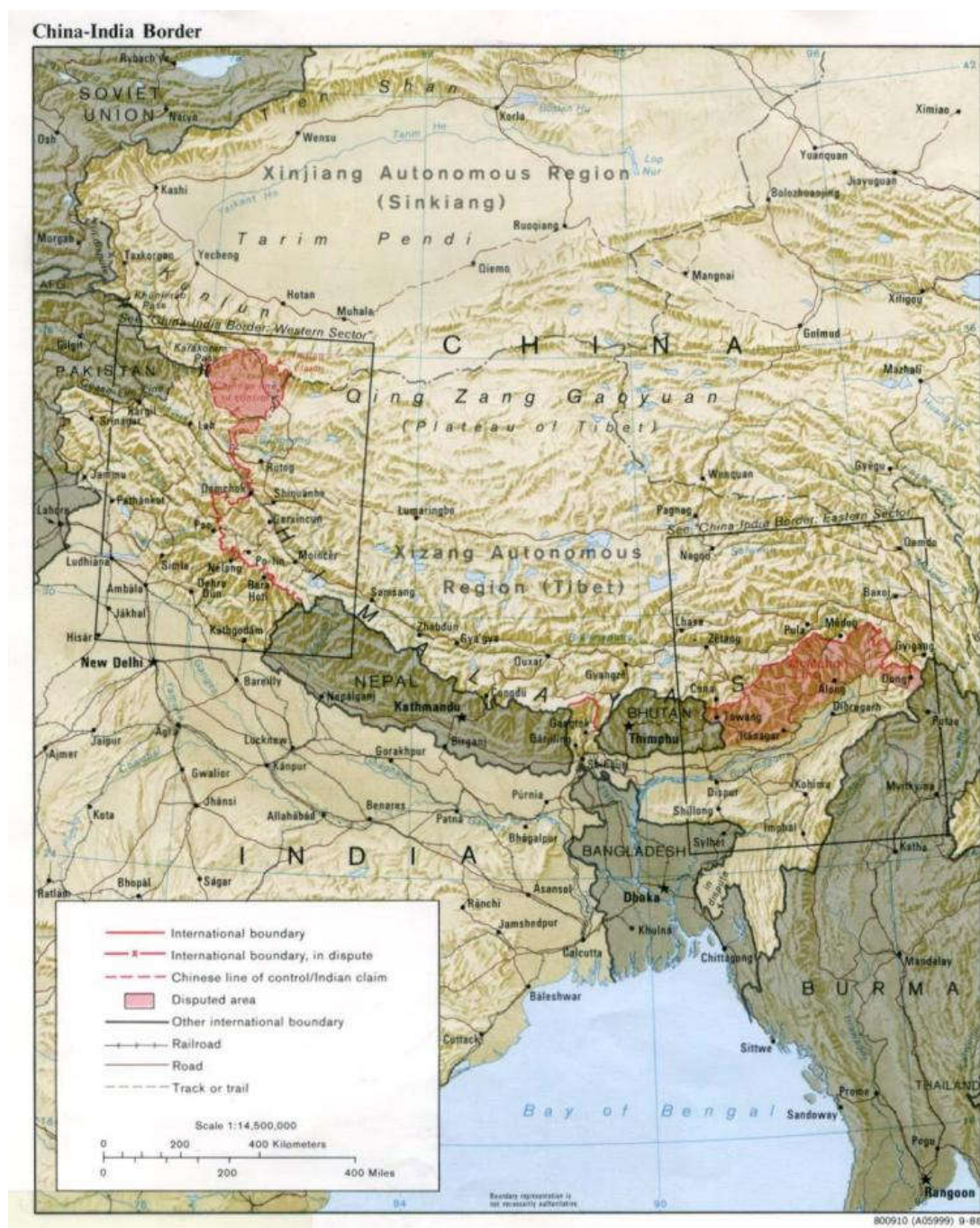


FIGURA 1 – Territórios disputados na guerra sino-indiana de 1962.
 Fonte: UNIVERSIDADE DO TEXAS, 1988.

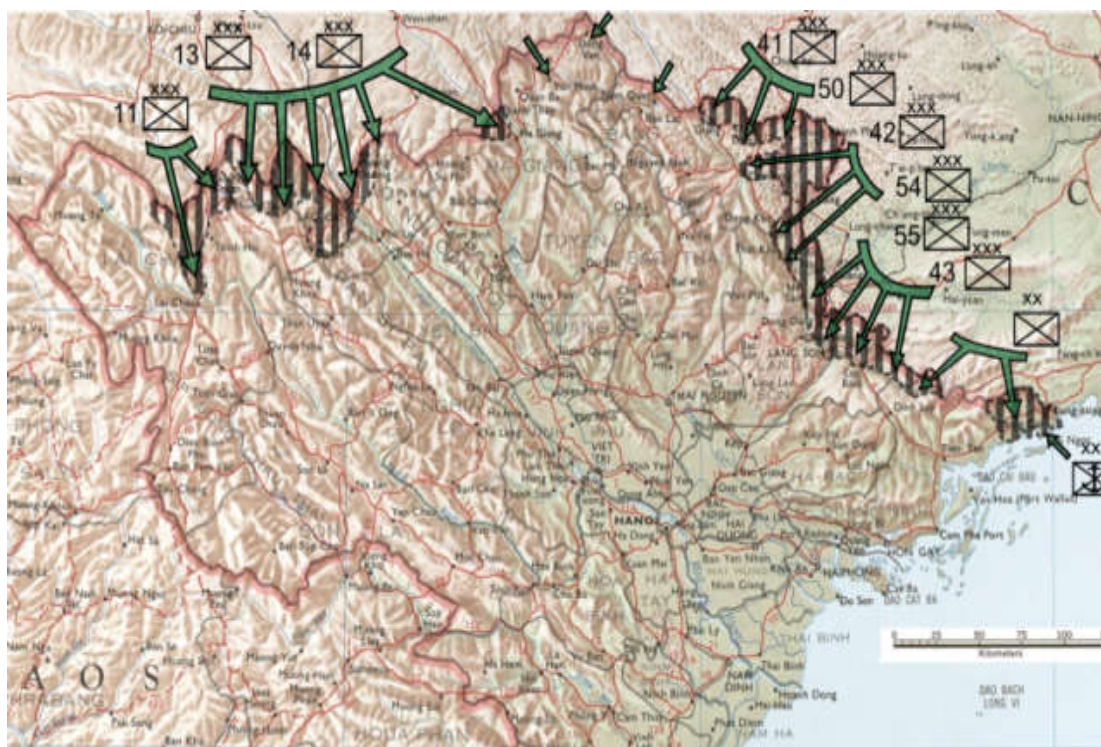


FIGURA 2 – Guerra sino-vietnanesa de 1979 ou a terceira Guerra do Vietnã.
Fonte: HOARE, 2014.



FIGURA 3 – Linha de Nove Traços.

Fonte: DOMÍNGUEZ, 2015.



FIGURA 4 – Linhas de Comunicação Marítimas no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental.

Fonte: STRATFOR, 2014.



FIGURA 5 – *One Belt, One Road*.
Fonte: RPC, 2016b.

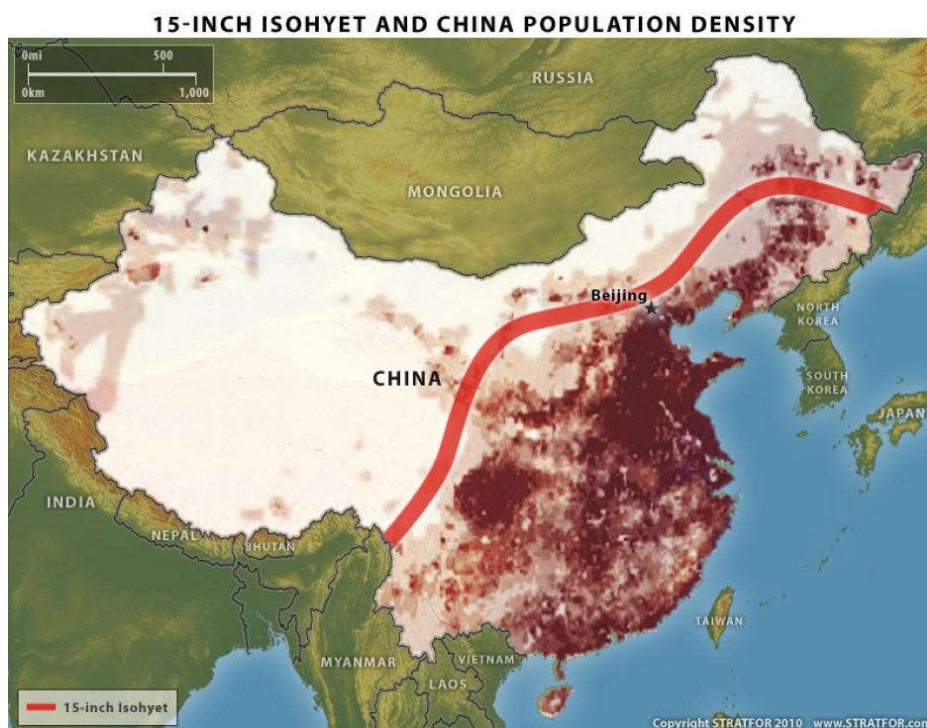


FIGURA 6 – *Heartland* da RPC.

Fonte: FRIEDMAN, 2008.



FIGURA 7 – Mapa político da RPC.

Fonte: EUA, 2016a.

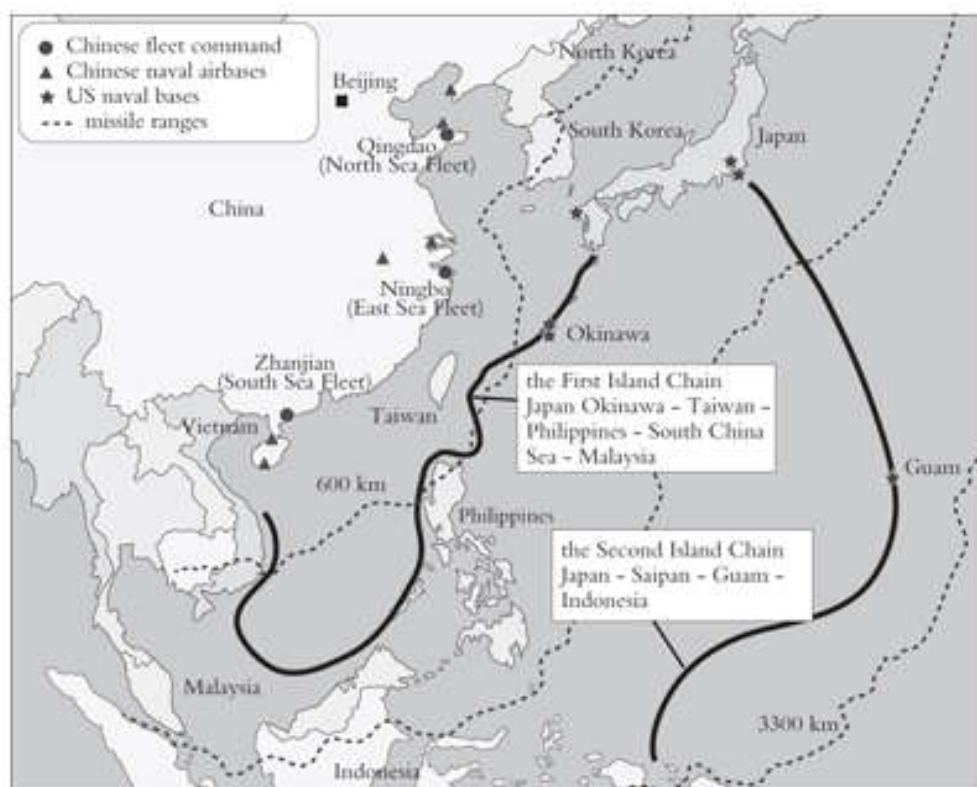


FIGURA 8 – Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas.
Fonte: KIM, 2013.

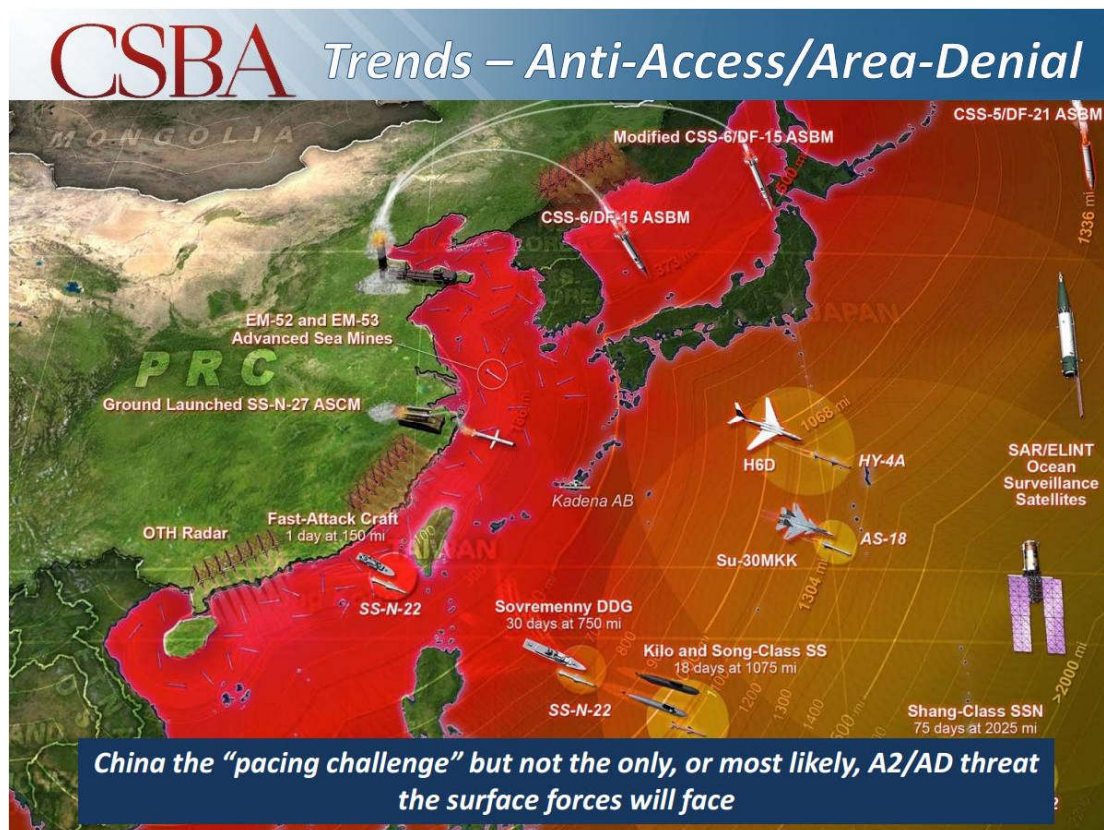


FIGURA 9 – Geoestratégia A2/AD da RPC.
 Fonte: CSBA, 2014.

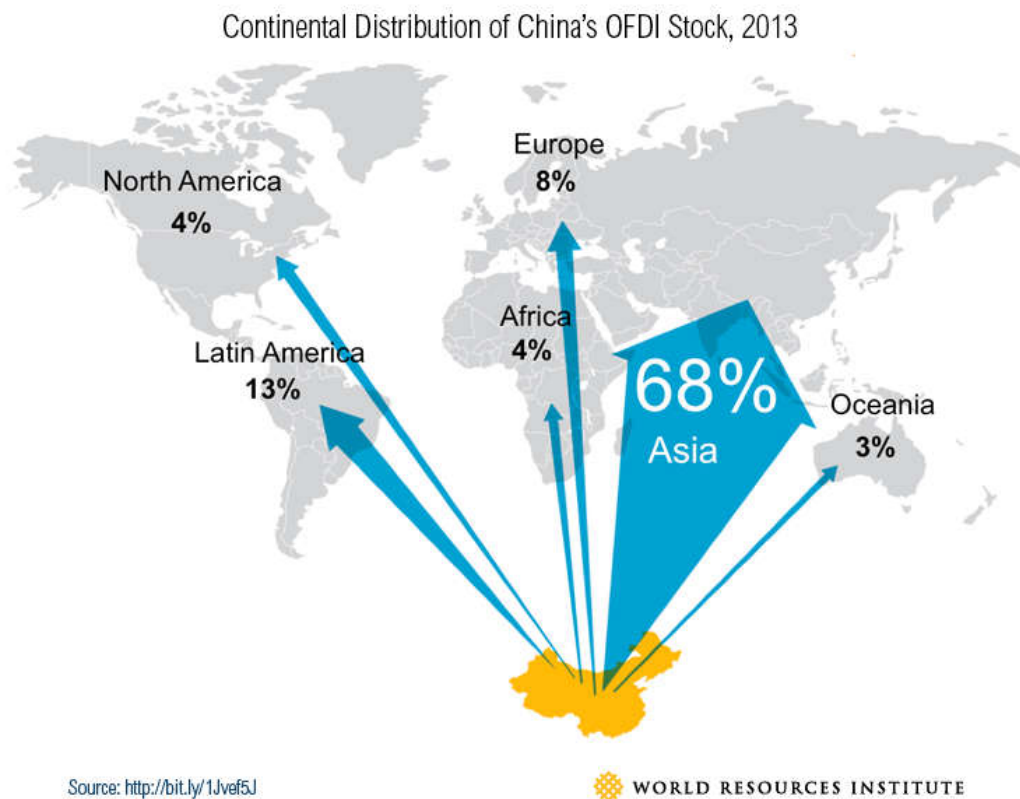


FIGURA 10 – Distribuição dos investimentos diretos chineses no mundo.
Fonte: ZHOU; LEUNG, 2015.

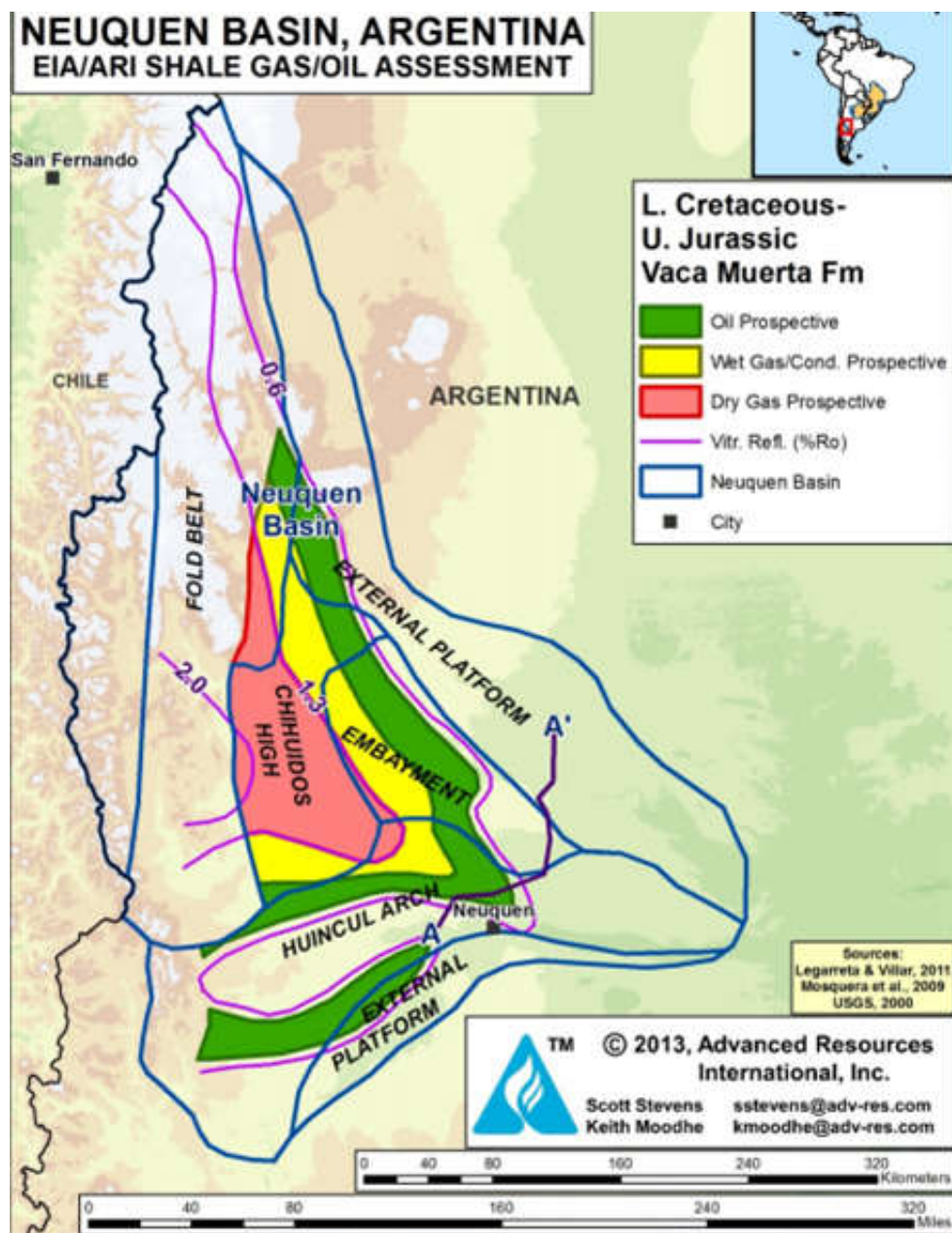


FIGURA 11 – A Bacia de Neuquén e a formação *Vaca Muerta*.
Fonte: ARGENTINA, 2016b.



FIGURA 12 – Local do afundamento do barco pesqueiro chinês.
Fonte: MARCO, 2016

ANEXO C - TABELAS

TABELA 1
Produto Interno Bruto 2014, com base na Paridade de Poder de Compra

Ranking	Economia	Milhões de dólares
1	China	18.017.073
2	Estados Unidos da América	17.419.000
3	Índia	7.384.099
4	Japão	4.655.494
5	Alemanha	3.757.092
6	Federação Russa	3.358.561
7	Brasil	3.275.227
8	Indonésia	2.676.109
9	França	2.604.193
10	Reino Unido	2.597.421

Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016d.

TABELA 2
Produto Interno Bruto 2014, Preço Corrente

Ranking	Economia	Milhões de dólares
1	Estados Unidos da América	17.419.000
2	China	10.354.832
3	Japão	4.601.461
4	Alemanha	3.868.291
5	Reino Unido	2.988.893
6	França	2.829.192
7	Brasil	2.416.636
8	Itália	2.141.161
9	Índia	2.048.517
10	Federação Russa	1.860.598

Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016c.

TABELA 3
Os 50 Maiores Exportadores e Importadores de Mercadorias em 2014

(Billion dollars and percentage)

Rank	Exporters	Value	Share	Annual percentage change	Rank	Importers	Value	Share	Annual percentage change
1	China	2342	12.3	6	1	United States	2413	12.6	4
2	United States	1621	8.5	3	2	China	1959	10.3	0
3	Germany	1508	7.9	4	3	Germany	1216	6.4	2
4	Japan	684	3.6	-4	4	Japan	822	4.3	-1
5	Netherlands	672	3.5	0	5	United Kingdom	684	3.6	4
6	France	583	3.1	0	6	France	678	3.5	-1
7	Korea, Republic of	573	3.0	2	7	Hong Kong, China	601	3.1	-3
						retained imports	151	0.8	6
8	Italy	529	2.8	2	8	Netherlands	588	3.1	0
9	Hong Kong, China	524	2.8	-2	9	Korea, Republic of	526	2.8	2
	domestic exports	16	0.1	-20					
	re-exports	508	2.7	-1					
10	United Kingdom	506	2.7	-7	10	Canada a	475	2.5	0
11	Russian Federation	498	2.6	-5	11	Italy	472	2.5	-2
12	Canada	475	2.5	4	12	India	463	2.4	-1
13	Belgium	471	2.5	1	13	Belgium	452	2.4	0
14	Singapore	410	2.2	0	14	Mexico	412	2.2	5
	domestic exports	216	1.1	-1					
	re-exports	194	1.0	1					
15	Mexico	398	2.1	5	15	Singapore	366	1.9	-2
						retained imports	173	0.9	-5
16	United Arab Emirates b	360	1.9	-5	16	Spain	358	1.9	5
17	Saudi Arabia, Kingdom of	354	1.9	-6	17	Russian Federation a	308	1.6	-10
18	Spain	325	1.7	2	18	Switzerland	276	1.4	-14
19	India	322	1.7	2	19	Chinese Taipei	274	1.4	2
20	Chinese Taipei	314	1.7	3	20	United Arab Emirates b	262	1.4	4
21	Switzerland	311	1.6	-13	21	Turkey	242	1.3	-4
22	Australia	241	1.3	-5	22	Brazil	239	1.3	-5
23	Malaysia	234	1.2	3	23	Australia	237	1.2	-2
24	Thailand	228	1.2	0	24	Thailand	228	1.2	-9
25	Brazil	225	1.2	-7	25	Poland	220	1.2	6
26	Poland	217	1.1	6	26	Malaysia	209	1.1	1
27	Austria	178	0.9	2	27	Austria	182	1.0	-1
28	Indonesia	176	0.9	-3	28	Indonesia	178	0.9	-5
29	Czech Republic	174	0.9	7	29	Saudi Arabia, Kingdom of	163	0.9	-3
30	Sweden	164	0.9	-2	30	Sweden	163	0.9	1
31	Turkey	158	0.8	4	31	Czech Republic	152	0.8	6
32	Viet Nam	150	0.8	14	32	Viet Nam	149	0.8	13
33	Norway	144	0.8	-7	33	South Africa	122	0.6	-3
34	Qatar	132	0.7	-4	34	Hungary	105	0.5	5
35	Ireland	118	0.6	3	35	Denmark	99	0.5	3
36	Denmark	111	0.6	1	36	Norway	89	0.5	-1
37	Hungary	111	0.6	3	37	Slovak Republic	82	0.4	1
38	Kuwait, the State of	104	0.5	-9	38	Portugal	78	0.4	3
39	Nigeria b	97	0.5	-7	39	Romania	78	0.4	6
40	South Africa	91	0.5	-5	40	Finland	77	0.4	-1
41	Iran b	89	0.5	8	41	Israel	75	0.4	1
42	Slovak Republic	87	0.5	1	42	Chile	72	0.4	-9
43	Iraq	85	0.4	-6	43	Ireland	71	0.4	8
44	Venezuela, Bolivarian Rep. of b	80	0.4	-10	44	Philippines	68	0.4	4
45	Kazakhstan	78	0.4	-8	45	Egypt	67	0.4	16
46	Chile	76	0.4	-1	46	Argentina	65	0.3	-11
47	Finland	74	0.4	0	47	Colombia	64	0.3	8
48	Argentina	72	0.4	-12	48	Greece	63	0.3	2
49	Romania	70	0.4	6	49	Nigeria b	60	0.3	7
50	Israel	68	0.4	2	50	Iraq b	59	0.3	-3
Total of above c		17608	92.7	-	Total of above c		17361	90.9	-
World c		19002	100.0	0	World c		19091	100.0	0

a Imports are valued f.o.b.
b Secretariat estimates.
c Includes significant re-exports or imports for re-export.
Note: For annual data 2004-2014, see Appendix A6 and A7

TABELA 4
Ranking Mundial dos 50 Maiores Portos em 2014 em Volume Total e Tráfego de Contêineres

WORLD PORT RANKINGS - 2014								
TOTAL CARGO VOLUME					CONTAINER TRAFFIC			
TONS, 000s					TEUs (Twenty-Foot Equivalent Units), 000s			
RANK	PORT	COUNTRY	MEASURE	TONS	RANK	PORT	COUNTRY	TEUs
1	Shanghai	China	Metric Tons	678.376	1	Shanghai	China	35.286
2	Singapore	Singapore	Freight Tons	581.268	2	Singapore	Singapore	33.860
3	Guangzhou	China	Metric Tons	500.975	3	Shenzhen	China	23.798
4	Qingdao	China	Metric Tons	465.055	4	Hong Kong	China	22.374
5	Port Hedland	Australia	Metric Tons	446.922	5	Ningbo	China	19.450
6	Tianjin	China	Metric Tons	445.780	6	Busan	South Korea	18.423
7	Rotterdam	Netherlands	Metric Tons	444.733	7	Qingdao	China	16.624
8	Ningbo	China	Metric Tons	429.912	8	Guangzhou	China	16.160
9	Dalian	China	Metric Tons	337.366	9	Dubai Ports	United Arab Emirates	14.750
10	Busan	South Korea	Revenue Tons	335.411	10	Tianjin	China	14.050
11	Hong Kong	China	Metric Tons	297.737	11	Rotterdam	Netherlands	12.453
12	Qinhuangdao	China	Metric Tons	261.702	12	Port Kelang	Malaysia	10.736
13	South Louisiana	United States	Metric Tons	242.578	13	Kaohsiung	Taiwan	10.599
14	Port Kelang	Malaysia	Metric Tons	217.289	14	Dalian	China	10.128
15	Houston	United States	Metric Tons	212.561	15	Hamburg	Germany	9.729
16	Nagoya	Japan	Freight Tons	207.621	16	Antwerp	Belgium	9.136
17	Antwerp	Belgium	Metric Tons	199.032	17	Xiamen	China	8.572
18	Shenzhen	China	Metric Tons	192.093	18	Los Angeles	United States	8.340
19	Xiamen	China	Metric Tons	184.604	19	Tanjung Pelepas	Malaysia	7.897
20	Dampier	Australia	Metric Tons	172.802	20	Long Beach	United States	6.821
21	Dubai Ports	UAE	Metric Tons	171.860	21	Laem Chabang	Thailand	6.518
22	Ulsan	South Korea	Revenue Tons	170.710	22	Saigon Port Co. LTD	Viet Nam	6.334
23	Chiba	Japan	Freight Tons	162.830	23	Bremen Ports	Germany	5.796
24	Newcastle	Australia	Metric Tons	162.789	24	New York/New Jersey	United States	5.772
25	Incheon	South Korea	Revenue Tons	150.084	25	Yingkou	China	5.768
26	Hamburg	Germany	Metric Tons	145.673	26	Tanjung Priok	Indonesia	5.034
27	Metro Vancouver	Canada	Metric Tons	139.629	27	Ulsungyang	China	5.005
28	Kwangyang	South Korea	Revenue Tons	134.947	28	Tokyo	Japan	4.917
29	Tanjung Pelepas	Malaysia	Metric Tons	131.528	29	Saigon New Port	Viet Nam	4.750
30	Kaohsiung	Taiwan	Metric Tons	122.951	30	Jawaharlal Nehru	India	4.496
31	Yokohama	Japan	Freight Tons	117.014	31	Algeiras - La Linea	Spain	4.457
32	Yantian	China	Metric Tons	115.628	32	Valencia	Spain	4.442
33	Hay Point	Australia	Metric Tons	114.976	33	Khor Fakkan	United Arab Emirates	4.256
34	New York/New Jersey	United States	Metric Tons	114.451	34	Jeddah	Saudi Arabia	4.200
35	Santos	Brazil	Metric Tons	111.159	35	Colombo	Sri Lanka	4.097
36	Tubarao	Brazil	Metric Tons	109.809	36	Santos	Brazil	3.685
37	Kitakyushu	Japan	Freight Tons	100.098	37	Santos	Brazil	3.685
38	Gladstone	Australia	Metric Tons	99.011	38	Felixstowe	UK	3.680
39	Amsterdam Ports	Netherlands	Metric Tons	97.790	39	Manila	Philippines	3.673
40	Saigon New Port	Viet Nam	Metric Tons	94.880	40	Seattle/Tacoma Seaport Alliance	United States	3.456
41	Richards Bay	South Africa	Metric Tons	94.821	41	Ambarli	Turkey	3.443
42	Kobe	Japan	Freight Tons	92.387	42	Tanger	Morocco	3.354
43	Algeiras - La Linea	Spain	Metric Tons	88.077	43	Savannah	United States	3.346
44	Tokyo	Japan	Freight Tons	87.186	44	Balboa	Panama	3.236
45	Osaka	Japan	Freight Tons	86.475	45	Balboa	Panama	3.236
46	Beaumont	United States	Metric Tons	79.184	46	Gioia Tauro	Italy	3.062
47	Marseilles	France	Metric Tons	78.520	47	East Port Said Port	Egypt	3.036
48	Bremen Ports	Germany	Metric Tons	78.236	48	Mina Raysut (Salalah)	Oman	3.030
49	Long Beach	United States	Metric Tons	77.136	49	Keelung	Taiwan	2.943
50	Corpus Christi	United States	Metric Tons	77.047	50	Metro Port Vancouver	Canada	2.913

NOTE: The cargo rankings based on tonnage should be interpreted with caution since these measures are not directly comparable and cannot be converted to a single, standardized unit.

Sources: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ(Brazil); Institute of Shipping Economics & Logistics; U.S. Army Corps of Engineers' Waterborne Commerce Statistics Center, Secretariat of Communications and Transport (Mexico); Waterborne Transport Institute (China); AAPA Surveys; various port internet sites.

Fonte: WORLD SHIPPING COUNCIL, 2016.

TABELA 5
Investimentos Estrangeiros da China em Outros Países

CHINA
Table 2. FDI flows abroad, by geographical destination
(Millions of US dollars)

Region / economy	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
World	..	..	2 855	5 498	12 261	17 634	26 506	55 907	56 529	68 811	74 654	87 804
Developed economies	..	..	211	336	731	520	2 747	2 787	7 043	10 864	13 423	13 508
Europe	..	..	113	74	190	130	1 050	467	2 991	6 129	7 597	8 137
European Union	..	..	113	73	190	129	1 045	467	2 967	5 963	7 561	6 120
Austria	..	..	-	-	-	-	-	-	-	-	20	53
Belgium	..	..	-	-	-	-	5	-	24	45	36	98
Bulgaria	..	..	-	-	2	-	-	-	-2	16	54	54
Croatia	..	..	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Cyprus	..	..	-	-	-	-	-	-	-	-	90	3
Czech Republic	..	..	-	-	-	9	5	13	16	2	9	18
Denmark	..	..	74	-8	11	-59	-	1	3	2	6	5
Finland	..	..	-	-	-	-	-	3	1	18	2	1
France	..	..	-	10	6	6	10	31	45	26	3 482	154
Germany	..	..	25	28	129	77	239	183	179	412	512	799
Greece	..	..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Hungary	..	..	1	-	1	-	9	2	8	370	12	41
Ireland	..	..	-	-	-	25	-	42	-1	33	17	49
Italy	..	..	-	3	7	8	8	5	46	13	225	119
Latvia	..	..	2	-	-	-	-2	-	-	-	-	-
Lithuania	..	..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Luxembourg	..	..	-	-	-	-	4	42	2 270	3 207	1 285	1 133
Malta	..	..	-	-	-	-	-	-	-2	-	-	-
Netherlands	..	..	4	2	4	5	107	92	101	65	168	442
Poland	..	..	2	-	-	-	12	11	10	17	49	8
Portugal	..	..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Romania	..	..	1	3	3	10	7	12	5	11	-	25
Slovakia	..	..	-	-	-	-	-	-	-	-	6	2
Spain	..	..	-	2	1	7	6	1	60	29	140	46
Sweden	..	..	-	3	1	5	68	11	8	1 367	49	285
United Kingdom	..	..	2	29	25	35	567	17	192	330	1 420	2 775
Other developed Europe	..	..	-	1	1	1	5	-	25	165	36	17
Liechtenstein	..	..	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Norway	..	..	-	-	-	-	4	-	4	135	19	8
Switzerland	..	..	-	1	1	1	1	-	21	27	17	9
North America	..	..	58	125	264	233	1 228	469	1 522	2 451	2 365	4 843
Canada	..	..	-7	5	32	35	1 033	7	613	1 142	554	795
United States	..	..	65	120	232	198	196	462	909	1 308	1 611	4 048
Other developed countries	..	..	41	137	276	157	469	1 851	2 530	2 285	3 460	2 528
Australia	..	..	30	125	193	88	532	1 892	2 436	1 702	3 165	2 173
Bermuda	..	..	-	1	57	25	-103	-105	-	171	118	39
Israel	..	..	-	-	6	1	2	-1	-	11	2	12
Japan	..	..	7	15	17	39	39	59	84	338	149	211
New Zealand	..	..	3	-5	3	3	-2	6	9	64	28	94
Developing economies	..	..	2 605	5 065	11 216	16 565	22 891	52 055	48 780	56 736	60 034	70 017
Africa	..	..	75	317	392	520	1 574	5 491	1 439	2 112	3 173	2 517
North Africa	..	..	5	166	190	154	281	11	358	260	1 153	365
Algeria	..	..	2	11	85	99	146	42	229	186	114	246
Egypt	..	..	2	6	13	9	25	15	134	52	66	119
Libya	..	..	-	-	-	-9	42	11	-39	-11	48	-7
Morocco	..	..	-	2	1	2	3	7	16	2	9	1
Sudan	..	..	-	147	91	51	65	-63	19	31	912	-2
Tunisia	..	..	-	-	-	2	-	-1	-	-	4	-1
Other Africa	..	..	70	152	201	366	1 293	5 479	1 080	1 852	2 020	2 152
Angola	..	..	-	-	-	22	41	-10	8	101	73	392
Botswana	..	..	1	-	4	3	2	14	18	44	22	21
Cameroon	..	..	-	-	-	1	2	2	1	15	2	18
Congo	..	..	-	1	8	13	3	10	28	34	7	99
Congo, Democratic Rep. of	..	..	-	12	5	37	57	24	227	236	75	344
Côte d'Ivoire	..	..	1	7	9	-3	2	-7	2	-5	1	4
Equatorial Guinea	..	..	-	2	6	10	13	-5	21	22	12	139
Eritrea	..	..	-	-	-	-	-	-0	-	3	3	2
Ethiopia	..	..	1	-	5	24	13	10	74	59	72	122
Gabon	..	..	-	6	2	6	3	32	12	23	2	31

1...

(Continua)

TABELA 5 (continuação)

Table 2. FDI flows abroad, by geographical destination (continued)

(Millions of US dollars)

Region / economy	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ghana	...	...	3	-	3	1	2	11	49	56	40	208
Guinea	...	...	1	14	16	1	13	8	27	10	25	64
Kenya	...	...	1	3	2	-	9	23	28	101	68	79
Liberia	...	...	-	1	9	-7	-	3	1	30	21	12
Madagascar	...	...	1	14	-	1	13	61	43	34	23	8
Malawi	...	...	-	-	-	-	-	5	-	10	1	10
Mali	...	...	5	-	-	3	7	-1	8	3	48	44
Mauritania	...	...	2	-	-	5	-5	-1	7	6	20	31
Mauritius	...	...	10	-	2	17	16	34	14	22	419	58
Mozambique	...	...	-	1	3	-	10	6	16	-	20	231
Namibia	...	...	1	-	-	1	1	8	12	6	5	25
Niger	...	...	-	2	6	8	101	-	40	196	52	-196
Nigeria	...	...	24	46	53	68	390	163	172	185	197	333
Rwanda	...	...	-	-	1	3	-	13	9	13	10	5
Senegal	...	...	1	-	-	-	-	4	11	19	-	4
Seychelles	...	...	-	-	-	-	-	-	-	12	4	53
Sierra Leone	...	...	-	6	0	4	3	11	1	-	11	8
South Africa	...	...	9	18	47	41	454	4 808	42	411	-14	-815
Togo	...	...	-	2	-	5	3	4	9	12	9	21
Uganda	...	...	1	-	-	-	4	-7	1	27	10	10
United Rep. of Tanzania	...	...	-	2	1	13	-4	18	22	26	53	120
Zambia	...	...	6	2	10	87	119	214	112	75	292	292
Zimbabwe	...	...	-	1	1	3	13	-1	11	34	440	287
Asia	...	...	1 491	2 985	4 351	7 541	16 174	42 834	39 978	43 962	44 800	61 182
East Asia	...	...	1 340	2 749	4 076	7 009	14 051	39 660	36 604	38 103	36 718	53 324
Hong Kong, China	...	...	1 149	2 628	3 420	6 931	13 732	38 640	35 601	38 505	35 655	51 238
Korea, Republic of	...	...	154	40	589	27	57	97	265	-722	342	942
Macao, China	...	...	32	27	8	-43	47	643	456	96	203	17
Mongolia	...	...	4	40	52	82	196	239	277	194	451	904
Taiwan Province of China	...	...	-	-	-	-	-	-	-	17	11	113
South-East Asia	...	...	119	196	158	336	968	2 484	2 696	4 405	5 905	6 100
Brunei Darussalam	...	...	-	-	2	-	1	2	6	17	20	1
Cambodia	...	...	22	30	5	10	64	205	216	467	566	560
Indonesia	...	...	27	62	12	57	99	174	226	201	592	1 361
Lao People's Dem. Rep.	...	...	1	4	21	48	154	87	203	314	459	809
Malaysia	...	...	2	8	57	8	-33	34	54	164	95	199
Myanmar	...	...	-	4	12	13	92	233	377	876	218	749
Philippines	...	...	1	-	5	9	5	34	40	244	267	75
Singapore	...	...	-3	48	20	132	398	1 551	1 414	1 119	3 269	1 519
Thailand	...	...	57	23	5	16	76	45	50	700	230	479
Viet Nam	...	...	13	17	21	44	111	120	112	305	189	349
South Asia	...	...	20	22	29	15	947	460	204	928	1 525	1 143
Afghanistan	...	...	-	-	-	-	-	114	16	2	296	18
Bangladesh	...	...	1	1	-	5	4	5	11	7	10	33
India	...	...	-	-	11	6	22	102	-25	48	180	277
Iran, Islamic Republic of	...	...	8	18	12	66	11	-35	125	511	616	702
Nepal	...	...	-	2	1	-	1	-	1	1	9	8
Pakistan	...	...	10	1	4	-62	911	265	77	331	333	89
Sri Lanka	...	...	-	-	-	-	-2	9	-1	28	81	17
West Asia	...	...	12	18	89	181	208	229	472	526	652	615
Iraq	...	...	-	-	-	-	-	-2	2	48	122	148
Jordan	...	...	-	-	1	-6	1	-2	-	-	-	10
Kuwait	...	...	-	2	-	4	-6	2	3	23	42	-12
Oman	...	...	-	-	5	27	3	-23	-6	11	10	3
Qatar	...	...	1	1	-	4	10	10	-4	11	39	84
Saudi Arabia	...	...	-	2	21	117	118	88	90	36	123	154
Syrian Arab Republic	...	...	-	-	-	-	-11	-1	3	8	-2	-6
Turkey	...	...	2	2	-	1	2	9	293	8	14	109
United Arab Emirates	...	...	9	8	26	28	49	127	89	349	315	105
Yemen	...	...	-	3	35	8	43	19	2	31	-9	14
Latin America and the Caribbean	...	...	1 038	1 763	6 466	8 469	4 902	3 677	7 328	10 536	11 936	6 170
South America	...	...	16	19	38	64	352	75	330	877	635	2 971
Argentina	...	...	1	1	-	6	137	11	-23	27	185	743
Bolivia, Plurinational State of	...	...	-	-	-	18	2	4	18	3	9	43

/...

(Continua)

TABELA 5 (parte final)

Table 2. FDI flows abroad, by geographical destination (concluded)
(Millions of US dollars)

Region / economy	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brazil	-	-	7	6	15	10	51	22	116	487	126	194
Chile	-	-	-	1	2	7	4	1	8	34	14	26
Colombia	-	-	-	5	1	3	-	7	6	7	33	84
Ecuador	-	-	-	-	9	2	4	-9	18	22	-35	311
Guyana	-	-	-	-	-	-	60	-	-	28	-	99
Paraguay	-	-	-	-	-	-	-	3	6	28	6	1
Peru	-	-	-	-	1	5	7	25	58	139	214	-49
Suriname	-	-	1	1	3	-	18	2	1	6	-	-33
Uruguay	-	-	1	-	-	-	-	-	5	-	-	10
Venezuela, Bolivarian Rep. of	-	-	6	5	7	18	70	10	116	94	82	1 542
Central America	-	-	-	29	12	-4	21	11	15	53	43	101
Honduras	-	-	-	1	-	-	-4	-1	-	-	-	-
Mexico	-	-	-	27	4	-4	17	6	1	27	42	100
Panama	-	-	-	-	8	-	8	7	14	26	1	1
Caribbean	-	-	1 022	1 715	6 416	8 409	4 530	3 591	6 984	9 609	11 259	3 098
Antigua and Barbuda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Bahamas	-	-	-1	44	23	3	39	-56	1	-	-	-
Barbados	-	-	-	-	-	2	-	1	1	-2	-	1
British Virgin Islands	-	-	210	386	1 226	538	1 876	2 104	1 612	6 120	6 208	2 239
Cayman Islands	-	-	807	1 286	5 163	7 833	2 602	1 524	5 366	3 496	4 936	827
Jamaica	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	35	36
Oceania	-	-	-	-	6	35	240	53	35	124	125	148
Fiji	-	-	-	-	-	5	2	8	2	6	20	68
Marshall Islands	-	-	-	-	-	2	34	8	27	13	-27	-
Papua New Guinea	-	-	-	-	6	29	197	30	5	5	17	26
Samoa	-	-	-	-	-	-	-	-	1	99	118	48
Vanuatu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Transition economies	-	-	39	97	315	549	868	1 065	706	1 211	1 198	4 279
South-East Europe	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	2
Bosnia and Herzegovina	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Serbia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
CIS	-	-	37	97	315	549	868	1 065	705	1 209	1 198	4 276
Azerbaijan	-	-	-	-	-	4	-1	-1	2	-	18	-
Belarus	-	-	-	-	-	-	-	2	2	19	9	44
Kazakhstan	-	-	3	2	95	46	280	496	67	36	582	2 996
Kyrgyzstan	-	-	2	5	14	28	15	7	137	82	145	161
Russian Federation	-	-	31	77	203	452	478	395	348	568	716	785
Tajikistan	-	-	-	5	1	7	68	27	17	15	22	234
Ukraine	-	-	-	1	2	2	6	2	-	2	1	2
Uzbekistan	-	-	1	1	-	1	13	39	5	-5	88	-27
Georgia	-	-	-	5	-	10	8	10	8	41	1	69

Source : UNCTAD FDI/TNC database, based on data from the Ministry of Commerce (MOFCOM).

Fonte: CNUCED, 2014

NOTAS

- ¹ Política adotada por Deng Xiaoping na qual a RPC mantém o sistema socialista, enquanto que Hong Kong e Taiwan permanecem sob o sistema capitalista (RPC, 1984).
- ² É a ideologia oficial do PCC, com base no marxismo e no socialismo científico, porém adaptado às condições chinesas, na qual a China se encontra no primeiro estágio do socialismo e praticando um sistema econômico básico, com a propriedade pública servindo como esteio e desenvolvimento conjunto das diversas formas de propriedade, o que determina que as instituições e o sistema legal chinês são socialistas com características chinesas. A sua principal característica é a abertura, modernização do socialismo e a reforma (RPC, 2011b) (YU, 2004). Foi uma política criada por Deng Xiaoping que previa a abertura de mercado ao investimento estrangeiro e incentivo à iniciativa privada, com a manutenção do socialismo e o partido único, o PCC (KISSINGER, 2011). Segundo declaração de Hu Jintao, “o socialismo com características chinesas é o único caminho para rejuvenescimento da China” (RPC, 2011a, p.1).
- ³ GOLDEN, 2010 *apud* SEVARES, 2015.
- ⁴ O Entorno Estratégico Brasileiro pode ser definido como a região onde o Brasil quer exercer sua influência e liderança econômica, diplomática e militar, e que compreende a América do Sul, a Antártica, o Atlântico Sul e os respectivos países limítrofes da África (FIORI, 2013) (BRASIL, 2012b).
- ⁵ Vento divino que designava o vento inclemente do folclore japonês (KISSINGER, 2011, p. 26).
- ⁶ O almirante Zheng He era um eunuco muçulmano chinês, a serviço do imperador Ming (KISSINGER, 2011, p. 27).
- ⁷ Termo cunhado por Joseph S. Nye Jr para designar a utilização de recursos ideológicos, institucionais e culturais a fim de exercer influência em outros Estados sem se recorrer à coerção ou incentivos econômicos, de forma a encontrar menos resistência (NYE, 1990, p. 166-167).
- ⁸ Período compreendido entre os séculos XV e XVIII. Os historiadores consideram seu início em 1453 com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos e seu término em 1789 com o início da Revolução Francesa.
- ⁹ Segundo Coutau-Bégarie (2010, p. 571-572) “a geoestratégia é uma estratégia fundamentada na exploração sistemática das possibilidades oferecidas pelos grandes espaços em termos de extensão, de forma, de topografia, de recursos de toda ordem”...“a geoestratégia raciocina em termos de espaço e de redes (os famosos C4I americanos: Comando, Controle, Comunicações, Computação e Inteligência); que a geografia militar era descritiva e estática, enquanto a geoestratégia se faz prescritiva e dinâmica. A geoestratégia, finalmente, é irmã da estratégia nuclear.”.
- ¹⁰ A dimensão e diversidade do território chinês encorajava o pensamento de que a China era um mundo em si mesma e o imperador governava “Tudo sob o Céu” (KISSINGER, 2011, p. 25).
- ¹¹ Período compreendido do século XV ao século XVII.
- ¹² Período da Dinastia Qing foi de 1644 a 1911.
- ¹³ Kong Fuzi ou Confúcio, versão latinizada, viveu de 551 a 479 a.C., no período conhecido como Primavera e Outono, de 770 a 476 a.C., e foi um filósofo que propagava a harmonia social, um governo compassivo, ritualístico e que deveria disseminar a devoção filial na sociedade. Após sua morte, seus discípulos disseminaram sua filosofia que se encontrava compilada nos Analectos (coleção de seus aforismos) e em livros que evoluíram para algo semelhante a combinação de uma bíblia e uma constituição num único documento (KISSINGER, 2011, p. 30-32).
- ¹⁴ O ato *knowtow* de ajoelhar-se, em completa prostração, e encostar a testa no chão três vezes em reverência e reconhecimento da superioridade do imperador chinês (KISSINGER, 2011, p. 27 e 32).
- ¹⁵ Título no qual, simbolicamente, era o intermediário entre o Céu, a Terra e a Humanidade (KISSINGER, 2011, p. 33).
- ¹⁶ Para efeito de comparação, a Europa, no início da era moderna, encontrava-se politicamente fragmentada. (KISSINGER, 2011, p. 33).
- ¹⁷ Para a China, enviados estrangeiros vinham para serem civilizados pelo imperador, para pagarem tributos

em reconhecimento de sua suserania e os diplomatas chineses eram, na verdade, enviados celestiais da corte celestial (KISSINGER, 2011, p. 35).

¹⁸ As duas Guerras do Ópio (1839 a 1842 e 1856 a 1860).

¹⁹ Ou a superioridade benevolente das elites chinesas (KISSINGER, 2011, p. 38).

²⁰ Dinastia Yuan, de 1271 a 1368, a primeira a governar toda a China a partir de Pequim.

²¹ Dinastia Qing.

²² Um ministro da dinastia Han propôs os cinco charizes para lidar com os bárbaros que consistiam em presentear com roupas e carruagens para corromper seus olhos, com comida para corromper suas bocas, com música e mulheres para corromper seus ouvidos; fornecer escravos, celeiros e amplas construções para corromper suas barrigas; e, caso se rendessem, o imperador mostraria a sua mercê em uma recepção imperial, onde ele próprio serviria vinho e comida para corromper suas mentes (KISSINGER, 2011, p. 38).

²³ No século XIX, a comercialização do ópio era proibida na China, porém legalizada na Grã-Bretanha, que a cultivava na Índia britânica. Apesar de o comércio ser visto como vergonhoso, o Ocidente insistia em importar o ópio para dentro da China. Porém, a corte Qing decidiu pela erradicação de seu comércio, o que levou ao envio de uma esquadra britânica, a tomada de Hong Kong, bombardeios de portos e uma série de acordos de paz humilhantes para a China, e a cada concessão chinesa geravam-se novas demandas das potências ocidentais. Tanto os Estados Unidos da América (EUA) quanto a França obtiveram seus tratados com a cláusula de Nação mais favorecida. Foram tratados infames assinados sob a ameaça da força militar estrangeira. Estava em jogo muito mais do que o ópio e o protocolo e o Tratado de Nanquim assegurou a igualdade entre os dignatários britânicos e chineses (KISSINGER, 2011, p. 61-69).

²⁴ A palavra de origem grega que descreve o conjunto de hábitos, costumes traços comportamentais e crenças de um povo ou nação, bem como suas características morais e sociais. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/ethos/>>. Acesso em: 26 maio 2016.

²⁵ Nas negociações, o outro lado é adulado e tratado como um amigo antigo e, dessa forma, conflitos se tornam mais dolorosos, e os diplomatas chineses tentam a estratégia de induzir a proposta chinesa de forma que a concordância pareça um favor pessoal (KISSINGER, 2011, p. 246).

²⁶ Período de 475 a 221 a.C., no qual sete Estados soberanos lutavam entre si e antecedeu a unificação chinesa sob a dinastia Qin (221 a 206 a.C.).

²⁷ Taiwan representou a República da China até 25 de outubro de 1971, quando foi substituída pela República Popular da China, conforme a resolução 2758 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

²⁸ Este termo, que surgiu durante a Guerra Fria, foi cunhado pelo demógrafo e economista francês Alfred Sauvy, em 1952, para designar os países que não eram alinhados nem aos EUA e nem à União Soviética e apresentavam características comuns de subdesenvolvimento e rápido crescimento demográfico. Disponível em: <<http://www.cvce.eu/en/education/unit-content/-/unit/dd10d6bf-e14d-40b5-9ee6-37f978c87a01/02b0c4ea-6fea-42c5-a8f9-ab7ed08fc829>>. Acesso em: 27 maio 2016.

²⁹ O Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA) foi criado com o colapso do sistema colonial e no auge da Guerra Fria. A Conferência de Bandung, realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, estabeleceu as bases para a criação do grupo e os dez princípios que a norteiam. Em setembro de 1961, na Conferência de Belgrado, o MNA foi criado. Disponível em: <<http://mea.gov.in/in-focus-article.htm?20349/History+and+Evolution+of+NonAligned+Movement>>. Acesso em: 27 maio 2016.

³⁰ Criado em 15 de junho 1964 e reúne os setenta e sete países em desenvolvimento, signatários da Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países em Desenvolvimento, estabelecido no fim da primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra. Visa articular e promover interesses econômicos coletivos dos países do Sul e fortalecer a capacidade conjunta das negociações no sistema das Nações Unidas e promover a cooperação Sul-Sul. É composta por 134 membros, mas manteve-se o nome original devido aos fatores históricos. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/>>. Acesso em: 27 maio 2016.

³¹ Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, mais conhecido como o Pacto de Varsóvia, foi assinado em 14 de maio de 1955 pelas Repúblicas Populares da Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia e Romênia, República Democrática Alemã, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e República Tcheca e estabelecia uma aliança militar e cooperação econômica entre os países signatários do bloco socialista. O

-
- Pacto foi renovado em 26 de abril de 1985 e se dissolveu oficialmente 01 de julho de 1991. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/tratado-de-amizade-cooperacao-e-assistencia-mutua-pacto-de-varsovia/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- ³² Parte da doutrina de revolução contínua de Mao. Combinava política econômica, ideologia e política externa e buscava alcançar os ideais maoistas de desenvolvimento industrial e agrícola. Porém as metas eram exorbitantes e no período de 1959 a 1962 morreram de fome cerca de vinte milhões de chineses (KISSINGER, 2011, p. 186-189).
- ³³ A disputa envolvia territórios nos platôs entre o Tibete e a Índia. A RPC reivindicava as antigas fronteiras imperiais, o que chamava de Tibete do Sul e as reivindicações da Índia da região de Arunachal Pradesh se baseavam na história colonial mais recente, na qual foi decorrente do esforço britânico em demarcar uma linha divisória com o Império Russo que avançava em direção ao Tibete. Em 1914 é demarcada com o Tibete a Linha McMahon no setor leste. No setor oeste, o território em disputa era conhecido como Aksai Chin. A RPC atacou maciçamente as posições indianas, avançando até a proximidade da linha de fronteira imperial, para depois recuar ao ponto de origem, atrás da linha que reivindicavam. Não conquistou o território ao sul da Linha McMahon neste conflito e, o mesmo, permanece em disputa até os dias atuais (KISSINGER, 2011, p. 189-195).
- ³⁴ Assinado em 14 de fevereiro de 1950, substituiu o tratado anterior com a República da China. Disponível em: <<http://www.php.isn.ethz.ch/publications/areastudies/documents/sinsov/Kuisong.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- ³⁵ A Guerra do Vietnã, de 1959 a 1975, foi travada entre o Vietnã do Norte e do Sul, que era apoiado pelos EUA e que entraram na guerra em 1965 e se retiraram em 1973. Terminou oficialmente em 30 de abril de 1975. O Vietnã se unificou em 1976 sob o nome República Socialista do Vietnã.
- ³⁶ Conceito no qual uma estratégia preemptiva é utilizada para desferir um golpe psicológico que leve ao inimigo a desistir de suas ações e não necessariamente derrotá-lo no campo militar (KISSINGER, 2011, p. 220).
- ³⁷ Episódio conhecido como a diplomacia do pingue-pongue (KISSINGER, 2011, p. 234).
- ³⁸ A RPC já vivia mais de duas décadas de isolamento (KISSINGER, 2011, p. 241).
- ³⁹ O presidente Richard Nixon visita Pequim em 21 de fevereiro de 1972 (KISSINGER, 2011, p. 255).
- ⁴⁰ Estratégia de contenção da URSS, considerada uma ameaça global pela RPC, proposta por Mao na qual a cooperação com os EUA e outros países aceleraria a vitória. Uma coalizão entre EUA, China, Japão e Europa poderia derrotar a URSS. A RPC não pediria ajuda nem condicionaria sua cooperação a cooperação com outros, mas adotaria estratégias paralelas. Visava mudar a orientação pró-soviética de países do Oriente Médio, tornar custosa a dependência Iraquiana da URSS e apontava a importância da Turquia, Irã e Paquistão como barreiras aos soviéticos. Também propunha a ampliação das forças estadunidenses no Oceano Índico. Porém, apresentava contradições, ambiguidades e seria difícil de conciliar com o conceito de autonomia chinês e de forma paradoxal, os líderes chineses teriam dificuldades em acreditar que os outros países correriam os mesmos riscos que eles (KISSINGER, 2011, p. 279-283).
- ⁴¹ Esta abordagem foi anunciada por Deng Xiaoping, na época vice-premiê, na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ela substituiu a Linha Horizontal, e estabelecia uma visão de três mundos, na qual o primeiro mundo seriam os EUA e a URSS, ao segundo mundo pertenciam o Japão e a Europa e o Terceiro Mundo englobava os países subdesenvolvidos, incluindo a China. Como pesava sobre o mundo o conflito irreconciliável de duas superpotências nucleares, os países do terceiro mundo deveriam buscar utilizar o conflito para seus próprios interesses de forma que o poder real não pertencia aos EUA ou URSS mas sim ao Terceiro Mundo (KISSINGER, 2011, p. 299-300).
- ⁴² Mao Tsé-Tung faleceu em 09 de setembro de 1976.
- ⁴³ A primeira guerra foi a guerra anticolonialista do Vietnã contra a França, chamada de Guerra da Indochina, (1946 a 1954) e a segunda foi a Guerra do Vietnã (1959 a 1975) (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2016).
- ⁴⁴ Esta invasão foi uma tentativa do Vietnã de criar uma Federação Indochinesa e assumir o papel dominante no Sudeste Asiático (KISSINGER, 2011, p. 334).
- ⁴⁵ Mao Tsé-Tung concebia a ameaça dos EUA e da URSS em termo do jogo *wei qi*. Este jogo pode ser traduzido como “o jogo de peças circundantes” (KISSINGER, 2011, p. 40; 114) no qual o objetivo é impedir

o cerco estratégico.

- ⁴⁶ A Guerra Fria foi um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica decorrente das disputas entre duas superpotências, os EUA e a URSS, que dividiam o mundo em dois blocos de países, um capitalista, liderados pelos EUA, e outro comunista, liderados pela URSS. Este conflito perdurou do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até a extinção da URSS, em 1991. Este conceito decorre do fato de que nunca houve uma guerra entre as duas potências nucleares, pois uma vitória seria impossível devido à deterrence nuclear baseada na doutrina da Destruição Mútua Assegurada. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/guerra-fria/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.
- ⁴⁷ A política das Quatro Modernizações da China foi proposta inicialmente pelo premiê Zhou Enlai e visava modernizar a agricultura, a indústria, ciência e tecnologia e a defesa nacional (KISSINGER, 2011, p. 353).
- ⁴⁸ Foi instituída em 8 de agosto de 1967 pela Declaração de Bangkok e é composta por dez países-membros. Disponível em: <<http://asean.org/asean/about-asean/overview/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.
- ⁴⁹ De 1979 a 1989, a URSS se envolveu diretamente na Guerra do Afeganistão, também chamada Guerra Afegã-Soviética, na qual as tropas soviéticas lutaram ao lado do governo marxista da República Democrática do Afeganistão contra os grupos guerrilheiros *mujahidins*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7883532.stm>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- ⁵⁰ Também conhecida como A Praça das Paz Celestial, foi palco de protestos estudantis, de 15 de abril a 04 de junho de 1989, contra a corrupção, censura, inflação, as condições universitárias e o PCC. Houve a ocupação da praça pelos estudantes, adquirindo contornos de revolta em desafio ao governo, que reprimiu violentamente com o uso do *People's Liberation Army* (PLA) para esvaziar a praça, o que provocou uma tragédia televisada para todo o mundo, com um saldo de centenas de mortos (KISSINGER, 2011, p. 396-398).
- ⁵¹ A RPC passou a utilizar suas reservas cambiais para aquisição de títulos do Tesouro dos EUA, se tornando, em 2008, a maior detentora das dívidas estadunidenses (KISSINGER, 2011, p. 461).
- ⁵² *Purchasing Power Parity* (PPP) é um fator de conversão no qual a unidade monetária de um país deve ser convertida na unidade monetária de outro país para se equalizar a compra da mesma quantidade de produtos e serviço nos dois países (CALLEN, 2007).
- ⁵³ Os *four continues* foram apresentados no 17º Congresso Nacional do PCC (GUANGKAI, 2009, p. 65).
- ⁵⁴ O termo utilizado inicialmente foi ascensão pacífica, logo substituída pelas autoridades chinesas para desenvolvimento pacífico, por ser menos ameaçador. O termo “mundo harmonioso” foi pronunciado pelo presidente Hu Jintao, em um discurso na Assembleia das Nações Unidas, em 2005 (KISSINGER, 2011, p. 479).
- ⁵⁵ O grupo étnico Han é o maior dos 56 grupos étnicos da China, correspondendo a 92% da população total. É encontrado em todas as partes do país, mas principalmente nos trechos médio e inferior do Rio Amarelo (*Huanghe*), Rio Yangtze (*Changjiang*) e Rio das Pérolas (*Zhujiang*), bem como as planícies *Songliao*. Possui sua própria linguagem falada e escrita, conhecida como a língua chinesa, que pertence à família das línguas sino-tibetanas (CHINACULTURE.ORG, 2016).
- ⁵⁶ Estados ou regiões tampões, territórios entre as fronteiras de dois países, que competem entre si, e que atuam como uma garantia contra a expansão e anexação territorial do adversário. É uma área que sirva para mitigar ou neutralizar conflitos potenciais. Disponível em: <<http://www.jornal.ceiri.com.br/pt/a-questao-dos-estados-tampoes-no-mundo-contemporaneo/>> e <<http://www.dictionary.com/browse/buffer-zone>>. Acesso em: 15 nov. 2016 e 13 ago. 2016.
- ⁵⁷ Tratado assinado em 24 de julho de 2001 (RPC, 2001).
- ⁵⁸ Esta organização foi fundada em 15 de junho de 2001 e entrou em vigor em 19 de setembro de 2003. A SCO é uma organização intergovernamental composta pela RPC, Federação Russa, República do Cazaquistão, República do Quirguistão, Tajiquistão e a República do Uzbequistão. Os seus principais objetivos são de reforçar a confiança mútua e de boa vizinhança entre os países-membros; promover a cooperação econômica, política, científica, técnica e cultural, bem como na educação, energia, transportes, turismo, proteção ambiental; promover a segurança comum e da manutenção da paz regionais; promover a criação de uma nova ordem internacional democrática, justa e racional (SCO, 2016).
- ⁵⁹ As Ilhas *Spratly* são um arquipélago de mais de cem pequenas ilhas e recifes, rodeadas por recursos

pesqueiros e, potencialmente, por depósitos de gás e petróleo. São disputadas, integralmente, pela China, Taiwan e Vietnã, enquanto que a Malásia e as Filipinas reivindicam uma parte das ilhas. Cerca de 45 ilhas são ocupadas por forças militares da China, Malásia, Filipinas, Taiwan e Vietnã. Desde 1985, Brunei reivindica a ZEE da plataforma continental da região Sul das ilhas Spratly (EUA, 2016c).

- ⁶⁰ Publicada originalmente pela RPC, em 1947, possuía 11 traços. Dois traços, que se inseriam no Golfo de Tonkin, foram retirados em 1949 e os limites parcialmente definidos entre a China e o Vietnã (BAUMERT; MELCHIOR, 2014).
- ⁶¹ Nestas ilhas artificiais (AMTI, 2016b), a RPC tem construído bases com facilidades militares, como pistas de pouso, defesas anti-aéreas, cais de atracação, helipontos e radares, como parte de sua estratégia A2/AD (AMTI, 2016a).
- ⁶² Rota Marítima da Seda (*Maritime Silk Road*) são um conjunto de LCM em direção ao Ocidente, que passam pelo Mar do Sul da China e Oceano Índico, incorporando o Sul e Sudeste asiático, o leste da África e o Oriente Médio (CLEMENS, 2015).
- ⁶³ Segundo Spykman (1969), o *rimland* corresponde ao crescente interno como definido por Mackinder (2004), que englobam as regiões costeiras além das barreiras montanhosas da Eurásia, situadas entre o *Heartland* de Mackinder (2004) e os mares periféricos. Região que funciona como um *buffer* de zona de conflitos entre os poderes terrestres e marítimos e é na sua natureza anfíbia (Estados costeiros) que residem seus problemas de segurança.
- ⁶⁴ EUA, 2014b.
- ⁶⁵ *One Belt, One Road* é uma estratégia da RPC, iniciada em 2013, na qual *Silk Road Economic Belt* (cinturão econômico da rota da seda – tradução nossa) pretende ligar a China à Europa através da Ásia Central e Oriente Médio, e a *21st Century Maritime Silk Road* (rota marítima da seda do século XXI – tradução nossa), ligará a China aos países do Sudeste Asiático, África e Europa. Estas rotas são um roteiro de como a China quer se integrar mais plenamente na economia mundial e reforçar a sua influência nessas regiões (RPC, 2016b).
- ⁶⁶ Em 1999, a RPC lançou a política de *Going Global* para avançar o desenvolvimento de suas empresas e a globalização de sua economia, na qual promove os investimentos de suas empresas no exterior. Isto se explica pela enorme quantidade de divisas acumuladas; aumento de competitividade; busca de matérias-primas para sustentar seu crescimento; crescimento de suas empresas no mercado mundial; e investimentos para fabricar e vender nos países, de forma a burlar restrições e barreiras comerciais a suas exportações (SEVARES, 2015).
- ⁶⁷ Compra e venda simultânea de moedas estrangeiras, realizadas com a mesma contraparte, com mesma taxa de câmbio, para duas datas de liquidação diferentes (EITEMAN; STONEHILL; MOFFETT, 2013).
- ⁶⁸ O renminb, que significa a moeda do povo, é a moeda da RPC cuja unidade básica é o *yuan*, um *yuan* é dividido em 10 *jiao* e um *jiao* é dividido em 10 *fen* (UNIVERSIA, 2016). O RMB foi lançado em 1954 e, desde então, já foram emitidos 120 trilhões de *yuan*, cerca de USD 20 trilhões, a uma taxa de RMB 6,2 (LIANG, 2015).
- ⁶⁹ Banco Central da RPC.
- ⁷⁰ O SDR é uma reserva criada pelo FMI em 1969 com a finalidade de suplementar as reservas oficiais dos países-membros. O SDR pode ser trocado livremente por câmbio corrente. O seu valor é baseado em uma cesta de quatro moedas, o USD, euro, *yen* japonês e a libra esterlina. Em primeiro de outubro de 2016, a cesta passará a incluir o RMB, como a quinta moeda (FMI, 2016).
- ⁷¹ O *Heartland* é uma área pivot, região eixo, terra central ou coração continental, conceito chave da teoria do poder terrestre. Este conceito criado por Mackinder (2004) definia que o núcleo da grande massa da Eurásia coincidia geopoliticamente com as fronteiras da Rússia do início do século (MELLO, 1999).
- ⁷² Linha traçada em um mapa ou carta que une regiões com a mesma taxa de precipitação pluvial, conforme o dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=za7jM>>. Acesso em: 03 abr. 2016.
- ⁷³ O termo contenção para o bloqueio da expansão da influência da URSS foi utilizado pela primeira vez pelo Diplomata do EUA George F. Kennan, embaixador na URSS em 1946, em um ensaio publicado na revista *Foreign Affairs*, em 1947, com o pseudônimo de “X”, no qual formulava a política de contenção da URSS

no contexto da Guerra Fria (KENNAN, 1947) e (EUA, 2016c).

- ⁷⁴ *String of Pearls* foi um termo utilizado pela primeira vez em 2005, em um relatório encaminhado ao, então, Secretário de Defesa dos EUA, Donald H. Rumsfeld, intitulado *Energy Futures in Asia*, pela consultoria de defesa de Booz Allen Hamilton, no qual alegava que a RPC estava adotando a estratégia de criar bases do Oriente Médio ao Sul da China. Neste contexto, as pérolas seriam bases navais ou postos de espionagem eletrônica construídas em Myanmar, Bangladesh, Paquistão e no Sri Lanka com o propósito de projetar seu poder além-mar e proteger suas LCM (BO, 2014).
- ⁷⁵ Na guerra global, a estratégia militar deve considerar o mundo todo como uma unidade e considerar as relações entre todas as frentes (SPYKMAN, 1969, p. 6).
- ⁷⁶ Foi uma guerra global, travada principalmente nos mares e nas colônias, cujos atores principais foram o Reino Unido e a França. O estopim foi a invasão da Saxônia pela Prússia. Nesta guerra o Reino Unido conquistou a supremacia nos mares, principalmente com a derrota humilhante da França, que perdeu 37 *ships-of-the-line* e 56 fragatas, e formou o Império Britânico. O Tratado de Paris selou a paz entre a França, Espanha e o Reino Unido, em fevereiro de 1763 (MAHAN, 1987).
- ⁷⁷ Corresponde a uma marinha de guerra “capaz de operar de forma sustentada em alto-mar, em geral com o apoio de navios-aeródromo, e capaz de projetar o poder naval sobre terra.” (VIDIGAL, 2010, p. 8).
- ⁷⁸ A primeira cadeia de ilhas corresponde a uma linha que se estende do Japão a Okinawa, Taiwan, Filipinas e Malásia. Esta é a linha de defesa costeira na estratégia naval *Near Seas*, ou *Offshore*, no interior da qual são conduzidas operações navais (BURNS, 2015). A segunda cadeia de ilhas corresponderia a região na qual a RPC possuiria o controle marítimo e aéreo sobre a aproximação de navios-aeródromo e mísseis de cruzeiro dos EUA que poderiam ser utilizados para atacar a China, de forma a proteger o seu território e derrotar tal ataque (MCDEVITT, 2016a).
- ⁷⁹ São operações militares conjuntas, que tem por objetivo evitar que uma força naval hostil se aproxime e entre em um teatro de operações, por meio de ataques de longas distâncias (*anti-access*) e, caso estas ações falhem, busca-se negar a liberdade de ação e movimento no interior desta área (*area denial*) (MCDEVITT, 2016a).
- ⁸⁰ Pode ser traduzida como operações em águas azuis (MACDEVITT, 2016b).
- ⁸¹ É um MBCAN, com alcance de 1.500 km (GLOBALSECURITY, 2016b).
- ⁸² O AEGIS é um sistema de armas e de comando e controle (C2), baseado em computador, centralizado e automatizado, concebido para abranger todas as fases da detecção do alvo e sua destruição. O coração do sistema é o radar AN/SP-1 do tipo *phased-array*, ou matriz faseada (tradução nossa), multifuncional com capacidade de detecção e acompanhamento automáticos e é capaz de executar a busca, acompanhamento e guiagem de mísseis simultaneamente com o acompanhamento de mais de cem alvos. O sistema permite operar, de forma simultânea, em um ambiente multimiragem, com ameaças aéreas, de superfície e submarinas (EUA, 2016d).
- ⁸³ *Air Independent Propulsion* (propulsão independente de ar - tradução nossa) é um sistema de propulsão no qual o submarino transporta o combustível e o oxidante, que reagem em um dispositivo próprio, para produzir energia elétrica e carregar as baterias, ou minimizar a sua descarga, de forma a se obter a propulsão, sem ter que emergir para o procedimento de recarga com a mesma frequência de um sistema tradicional. Este sistema aumenta a discrição e o alcance do submarino submerso. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=9&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewi2ioqJrMnOAhWlj5AKHS2bBegQFgheMAG&url=http%3A%2F%2Fwww.dtic.mil%2Fcgi-bin%2FGetTRDoc%3FAD%3DADA304112&usg=AFQjCNfKHrQU6FJcUZayl_6cNLoASN38ng&sig2=ID2YCSawBbBtdNYuzmiIzQ&bvm=bv.129759880,d.Y2I>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- ⁸⁴ Política baseada no uso do poder militar ou econômico, de forma coercitiva, para influenciar as ações e decisões de outros governos (MERRIAM-WEBSTER, 2016).
- ⁸⁵ Segundo Clausewitz (1989, p. 703), devemos manter em mente as características dominantes de ambos os beligerantes. Destas características um determinado centro de gravidade é formado, o ponto central de todo o poder e movimento, do qual tudo depende. Este é o ponto contra o qual todas as energias devem ser dirigidas.
- ⁸⁶ Significa que a China não travará guerras contra outros países. Porém, a China manterá a unidade da defesa estratégica e uma postura operacional e tática ofensiva. A RPC não será a primeira a disparar (YUNZHU, 2015).

-
- ⁸⁷ Entende-se como manter meios independentes de defesa nacional. A China tem afirmado repetidamente a sua política de não-aliança, e adotou uma posição de não-interferência. Um bom exemplo é a estratégia nuclear de autodefesa da China, na qual afirma explicitamente que a China somente usará suas armas nucleares com o propósito de se defender, e não fornecerá um guarda-chuva nuclear para qualquer outro país (YUNZHU, 2015).
- ⁸⁸ Significa que, mesmo depois de ter sofrido um ataque por um adversário, a RPC deve manter a capacidade para contra-atacar e vencer. A estratégia nuclear de autodefesa da China estabelece que, uma vez que a China seja atacada com armas nucleares, o seu contra-ataque nuclear deve infligir danos inaceitáveis ao agressor (YUNZHU, 2015).
- ⁸⁹ “Nós não atacaremos a não ser que sejamos atacados, mas nós certamente contra-atacaremos se formos atacados.” (tradução nossa).
- ⁹⁰ Segundo a estratégia militar chinesa (RPC, 2015), é uma prática militar básica e uma importante garantia para a salvaguarda da paz, contenção de crises e vitória nas guerras. Prescreve o planejamento, tanto para as ameaças tradicionais quanto para os novos domínios de segurança, como o espaço e a cibernética, de forma que as Forças Armadas estejam prontas para salvaguardar a soberania e segurança, proteger os direitos e interesses marítimos, lidar com conflitos e emergências, ou seja, o PLA deve estar continuamente melhorando sua prontidão para o combate, alto estado de alerta e conscientemente organizar as defesas aéreas, costeiras e fronteiriças.
- ⁹¹ A RPC possui 9.6 milhões de km² e o Brasil 8.5 milhões de km², aproximadamente.
- ⁹² Linha costeira da RPC é de 14.500 km e a do Brasil é de 7.367 km
- ⁹³ Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/home-1/noticias/portos-do-brasil-movimentam-98-6-das-exportacoes-em-2015>>. Acesso em: 06 ago. 2016.
- ⁹⁴ COUTAU-BÉGARIE, 2010.
- ⁹⁵ O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (tradução nossa) foi estabelecido originalmente em 1987. Não é um tratado, é uma associação informal e voluntária de países que compartilham os interesses da não-proliferação de sistemas não-tripulados capazes de transportar armas de destruição em massa. Conta com 35 países associados, incluindo o Brasil. Disponível em: <<http://www.mtcr.info/english/index.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- ⁹⁶ Missil Tático de Cruzeiro AV-TM 300, com alcance de 300 km, que se encontra em desenvolvimento pela empresa AVIBRAS integrante da BID do Brasil. Disponível em: <<https://www.avibras.com.br/site/nossos-produtos-e-servicos/sistemas-de-defesa/av-tm-300.html>>. Acesso em: 16 ago. 2016.
- ⁹⁷ Programa Sino-Brasileiro que possui cinco satélites lançados de órbita heliossíncrona a 778 km de altura. Disponível em: <http://www.cbers.inpe.br/sobre_satelite/introducao.php>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- ⁹⁸ Este autor localizou uma planta de situação de maio de 1969 da Diretoria de Hidrografia e Navegação, com o quebra-mar do ancoradouro e o aeródromo, na Secretaria do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT) no Comando do 1º Distrito Naval. Essa planta faz referência a uma outra de 1968 do então Ministério da Aeronáutica sobre um projeto de construção de um aeródromo com uma pista de mil metros na Ilha da Trindade, cuja identificação é “planta número 65026-62 de 09 de janeiro de 1968” e consta o arquivamento na então Diretoria de Engenharia da Marinha, SUDEG, número 9623, tubo 135. Também foi localizado com o Encarregado do POIT o Relatório de Construção das Instalações, 1ª Fase de 04 de fevereiro a 03 de abril de 1999, no qual apresenta a realização de procedimentos de aproximação simulando pouso por uma aeronave C-115 Búfalo da Força Aérea Brasileira (FAB). Os pilotos constataram que uma pista de barro de 650 metros, entre a praia da Calheta e o Morro das Tartarugas onde a área é plana, seria suficiente para pouso e decolagem da aeronave C-130 Hércules.
- ⁹⁹ O Brasil possui tecnologia própria, por meio de empresas de sua BID, na produção de radares, tais como sistemas radares de mapeamento e monitoramento do meio ambiente, e no desenvolvimento de sistema tridimensional de longo alcance para vigilância aérea primária e secundária. Disponível em: <<http://www.bradar.com.br/br/empresa/tecnologia.html>>. Acesso em: 01 ago. 2016.
- ¹⁰⁰ BRASIL, 2016a.
- ¹⁰¹ XINHUANET, 2015.
- ¹⁰² O Premier Zhou Enlai, ao se reunir com uma delegação diplomática indiana em 1953 elaborou pela primeira

vez estes cinco princípios de respeito mútuo da soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência mútua nos assuntos internos de cada país, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica (RPC, 2016a).

- ¹⁰³ A Junta Militar argentina possuía um posicionamento anticomunista porém retomou e promoveu as relações diplomáticas com a RPC. Mantinha, também, boas relações com a URSS a qual exportou cereais quando embargo dos EUA em 1979, devido a invasão do Afeganistão pelos soviéticos (SEVARES, 2015).
- ¹⁰⁴ Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/502\(1982\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/502(1982))>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- ¹⁰⁵ Renovável a cada cinco anos (ARGENTINA, 1985).
- ¹⁰⁶ É um princípio das relações internacionais segundo o qual a melhor opção para um país sem peso estratégico é aderir à política da potência dominante. Este princípio foi adotado no governo do presidente argentino Carlos Menem (SEVARES, 2015). Por meio do Realismo Periférico, a Argentina procurou se modernizar, de forma a sair da periferia e se converter como parte do centro do sistema internacional, porém fracassou no seu intuito (ESCUDE, 2012).
- ¹⁰⁷ *Negociaciones entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Popular China para el Ingreso de la República Popular China a la Organización Mundial de Comercio* (ARGENTINA, 2000).
- ¹⁰⁸ ARGENTINA, 2004.
- ¹⁰⁹ ARGENTINA, 2004.
- ¹¹⁰ Estes obstáculos eram, possivelmente, represálias chinesas contra as medidas antidumping adotadas pela Argentina para proteger seus produtos (SEVARES, 2015, p. 120).
- ¹¹¹ *Memorandum de Entendimiento sobre el Fortalecimiento de Intercambio y Cooperación en Materia de Defensa entre el Ministerio de Defensa de la República Argentina y el Ministerio de Defensa Nacional de la República Popular China*, com validade de 5 anos. Este acordo foi extinto em 15 de junho de 2012 (ARGENTINA, 2007).
- ¹¹² *Memorandum De Entendimiento entre el Ministerio de Defensa de la República Argentina y el Ministerio de Defensa Nacional de la República Popular China sobre Cooperación en Materia de Defensa* (ARGENTINA, 2012).
- ¹¹³ Setenta por cento das exportações da Argentina para a RPC são de alimentos, principalmente da soja e seus derivados (CARDENAL; ARAUJO, 2011).
- ¹¹⁴ ARGENTINA, 2008.
- ¹¹⁵ *Memorandum de Entendimiento entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Popular China para Expandir y Diversificar su Relación en Materia de Comercio e Inversiones* (ARGENTINA, 2010).
- ¹¹⁶ A soja transgênica corresponde a 95% da produção de soja da Argentina (SEVARES, 2015, p. 123).
- ¹¹⁷ A INVAP S. A. é uma empresa estatal da Argentina dedicada à concepção e construção de sistemas tecnológicos complexos, ao desenvolvimento de tecnologia avançada em vários campos da indústria, da ciência e da investigação aplicada, e criação de pacotes tecnológicos de alto valor agregado, tanto para satisfazer as necessidades da Argentina quanto realizar exportações (ARGENTINA, 2016d). A INVAP vendeu à China, em 2003, um sistema para diversificar o uso de um reator nuclear da província de Sichuan, na China (SEVARES, 2015, p. 125).
- ¹¹⁸ A lista completa dos acordos da Argentina com a RPC está disponível em: <<http://tratados.mrecic.gov.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=4>>.
- ¹¹⁹ *Declaración Conjunta sobre el Establecimiento de la Asociación Estratégica Integral entre la República Argentina y la República Popular China* (ARGENTINA, 2014d).
- ¹²⁰ *Convenio Marco de Cooperación en Materia Económica y de Inversiones entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Popular China* (ARGENTINA, 2014c).
- ¹²¹ *Acuerdo de Cooperación entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Popular China sobre la Construcción, el Establecimiento y la Operación de una Estación de Espacio*

-
- Lejano de China en la Provincia del Neuquén, Argentina, en el Marco del Programa Chino de Exploración de la Luna* (ARGENTINA, 2014a).
- ¹²² ARGENTINA, 2014b, 2015
- ¹²³ *Pressurized Water Reactor* (Reator de Água Pressurizada - tradução nossa).
- ¹²⁴ A RPC possui acordos dessa natureza com outros 18 países, incluindo o Brasil (SEVARES, 2015).
- ¹²⁵ Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/china/foreign-exchange-reserves>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- ¹²⁶ ARGENTINA, 2014c.
- ¹²⁷ Empresa da família Bulgheroni com concessões de grandes reservas petrolíferas no Golfo de São Jorge, entre as províncias de Chubut e Santa Cruz (SEVARES, 2015).
- ¹²⁸ A Oxy possuía participações na Repsol Brasil e em empresas petrolíferas no Equador e Colômbia, além de 23 concessões de exploração nas províncias de Chubut, Mendoza e Santa Cruz, que expiram em 2027 (SEVARES, 2015).
- ¹²⁹ Maior empresa da China, especializada no processamento e distribuição de petróleo (SEVARES, 2015).
- ¹³⁰ Empresa internacional de exploração e extração de petróleo e gás, com sede em Houston, EUA. Disponível em: <<http://www.oxy.com/aboutOccidental/Pages/default.aspx>>.
- ¹³¹ É um depósito de xisto betuminoso, no qual houve a formação de hidrocarbonetos que podem ser explorados. Sua extração é viável a partir dos dois mil metros de profundidade do solo (ARGENTINA, 2016a) e possui uma superfície de 30.000 km² (YPF, 2016).
- ¹³² Unidade de medida da indústria de petróleo e gás.
- ¹³³ CUÉ, 2015.
- ¹³⁴ SEVARES, 2015.
- ¹³⁵ Empresa de Hong Kong que atua no agronegócio, energia e mineração (SEVARES, 2015).
- ¹³⁶ ARGENTINA, 2014c.
- ¹³⁷ ARGENTINA, 2014a.
- ¹³⁸ ARGENTINA, 2014d.
- ¹³⁹ ARGENTINA, 2012.
- ¹⁴⁰ *Acuerdo de Cooperación sobre Pesca entre el Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la República Argentina y el Ministerio de Agricultura de la República Popular de China*, assinado em treze de julho de 2010. Disponível em: <http://tratados.mrecic.gov.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=11976&tipo=1&id=9777&caso=pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- ¹⁴¹ O calamar *Illex* é a terceira espécie em importância para o setor pesqueiro argentino; em primeiro e segundo lugares estão o camarão e a merluza Hubbsi (SEVARES, 2015).
- ¹⁴² ARGENTINA, 2014d.
- ¹⁴³ O Corredor Bioceânico Aconcágua proverá o transporte ferroviário de cargas e passageiros entre as cidades de Luján de Cuyo, na Argentina, e Los Andes, no Chile, com prazo de prontificação inicialmente previsto para o ano de 2022 (ARGENTINA, 2011). Porém, com a assunção do governo Macri, este projeto foi relegado em prol do projeto do Túnel de Água Negra (ROSSI, 2016).
- ¹⁴⁴ O Túnel Água Negra Argentina-Chile é um empreendimento internacional, que contará com financiamento de US\$ 1.600 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e ligará a província de San Juan, na Argentina, a cidade portuária de Coquimbo, no Chile. As obras iniciarão em 2017 (ARGENTINA, 2016f).
- ¹⁴⁵ Região oceânica entre a costa da região nordeste do Brasil e a África ocidental, considerada de vital importância ao comércio mundial (BRASIL, 2016b).
- ¹⁴⁶ BRAGA, 2004.
- ¹⁴⁷ Empresa de Gerenciamento de Projetos Navais (EMGEPRON) é uma empresa pública, vinculada ao

-
- Ministério da Defesa, por meio da Marinha do Brasil. Disponível em: <<https://www.emgepron.mar.mil.br/index/aempresa.php>>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- ¹⁴⁸ *Corporación de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo de la Industria Naval Marítima y Fluvial* (COTECMAR) é uma empresa pertence ao Ministério da Defesa Nacional da Colômbia, vinculada a Armada Nacional, sendo o braço de desenvolvimento tecnológico da Marinha Colombiana. Disponível em: <<http://www.cotecmar.com/quienes-somos>>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- ¹⁴⁹ Disponível em: <<https://www.armada.mil.co/es/content/cotecmar-y-emgepron-firman-convenio-para-el-diseno-de-un-buque-patrullero-para-el-rio>>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- ¹⁵⁰ *Servicios Industriales de la Marina* (SIMA) é uma empresa estatal peruana, vinculada ao Ministério da Defesa e à Marinha do Peru. Disponível em: <http://www.sima.com.pe/ace_empresa.asp>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- ¹⁵¹ Regras de classificação para navios militares da Sociedade Classificadora RINA. Disponível em: <<http://www.rina.org/en/our-services/classification/naval-ship-services>>. Acesso em: 03 ago. 2016.
- ¹⁵² Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (BRASIL, 2015b).
- ¹⁵³ Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Defesa (BRASIL, 2011).
- ¹⁵⁴ Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. Disponível em: <dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_213>. Acesso em: 19 ago. 2016. Este Acordo foi promulgado pelo Decreto nº 6.084, de 19 de abril de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6084.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- ¹⁵⁵ Em entrevista concedida a revista Defesa Aérea & Naval (PADILHA, 2016).
- ¹⁵⁶ Em 24 de março de 2015, a MB incorporou o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico “Vital de Oliveira”, fruto de um projeto conjunto entre o Ministério da Defesa, o Ministério de Ciência e Tecnologia e as empresas Petrobras e Vale. O navio foi construído no estaleiro *Guangzhou Hantong Shipbuilding and Shipping Co. Ltd.*, na cidade de *Xinhui*, na RPC (BRASIL, 2015a).
- ¹⁵⁷ A MB possui, entre outros, os seguintes atos internacionais firmados com a ARA: Acordo entre a MB e a ARA sobre Medidas de Segurança para a Proteção de Informação Militar Sigilosa; Acordo de Catalogação entre o Brasil e Argentina; Memorando de Entendimento para o estabelecimento de um programa de intercâmbio de Pessoal Militar entre a Armada da República Argentina e a Marinha do Brasil; e o Memorando de Entendimento entre a ARA e a MB.
- ¹⁵⁸ Como exemplo, pode-se citar o intercâmbio de aspirantes (BRASIL, 2014). Outro exemplo marcante foi a formação dos primeiros aviadores navais de aeronaves de asa fixa da MB realizado na ARA, entre os anos de 1995 e 2002.
- ¹⁵⁹ A saber a ARAEX, FRATERNO, TENDEREX, ATLASUR e UNITAS.
- ¹⁶⁰ BRASIL, 2014.
- ¹⁶¹ Operação conjunta entre a MB e a ARA cuja finalidade é aprimorar o nível de adestramento no planejamento e na execução de operações conjuntas e de reforçar os laços de amizade entre as duas Marinhas. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/noticias/marinha-do-brasil-e-armada-da-argentina-realizam-exercicios-na-fraterno-xxxiii>>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- ¹⁶² Operação conjunta entre a MB, ARA, Armada da República Oriental do Uruguai e a África do Sul.
- ¹⁶³ Exercícios navais conjuntos entre as marinhas da África do Sul, Brasil e Índia.